

MANUAL DAS BIO-REGIÕES

Uma estratégia integrada de
desenvolvimento dos territórios rurais



FICHA TÉCNICA

Coordenação:

Rede Rural Nacional

Autores:

Cristina Amaro da Costa - Escola Superior Agrária de Viseu | Politécnico de Viseu

Cândida Santos - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Custódia Correia - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Daniela Costa - Escola Superior Agrária de Viseu | Politécnico de Viseu

Helena Esteves Correia - Escola Superior Agrária de Viseu | Politécnico de Viseu

Joana Dias - ACTUAR

Raquel Dias - Escola Superior Agrária de Viseu | Politécnico de Viseu

Sara Rocha - ACTUAR

Sónia Mesquita - Escola Superior Agrária de Viseu | Politécnico de Viseu

Contributos:

Tânia Andrade - Município de Idanha-a-Nova

Cristina Preguiça - Município de Idanha-a-Nova

Marie L.C. Bartz - Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento

José Ferreira - VAGARI

Francisco Sarmento - VAGARI

Revisão

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

ISBN.

978-989-8539-17-5

Editora

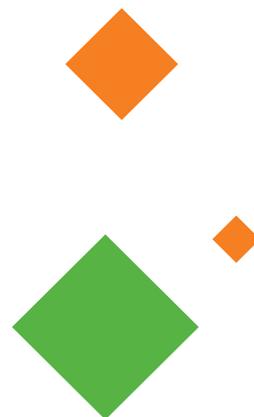
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Lisboa, 76 páginas, 2022



MANUAL DAS BIO-REGIÕES

Uma estratégia integrada de
desenvolvimento dos territórios rurais



ÍNDICE

1. Enquadramento	07
2. Sistemas alimentares, desenvolvimento territorial e sustentabilidade	09
2.1 Desenvolvimento regional e políticas alimentares	11
2.2 As Bio-regiões enquanto modelo de desenvolvimento territorial	15
2.2.1 Conceito e objetivos	15
2.2.2 As Bio-regiões no mundo e em Portugal. Aparecimento e evolução	16
2.3 O SIPAM enquanto estratégia para preservação dinâmica de sistemas agrícolas essenciais para a Bio-região	22
2.4 Diálogo com a promoção de SIPAM para a transição para sistemas alimentares territoriais sustentáveis	26
3. Análise territorial das Bio-regiões portuguesas	29
3.1. População e principais sectores de atividade	29
3.1.1. População	29
3.1.2. Sectores de Atividade	31
3.1.3. Turismo	31
3.2. Ambiente	32
3.3. Superfície agrícola utilizada (SAU) e superfície biológica	33
3.3.1 Ocupação cultural da SAU	33
3.3.2 SAU com agricultura biológica	34
3.3.3 Culturas em agricultura biológica	35
3.4 Operadores biológicos	36
3.4.1. Operadores biológicos de produção vegetal	36
3.4.2. Operadores biológicos de produção animal	37
3.5. Preparadores de alimentos biológicos	38
4. Primeira Bio-região de Portugal - Idanha-a-Nova	40
4.1. O território	40
4.1.1. Aspetos socioeconómicos	42
4.2. A dinâmica territorial	45
4.3. Construção da Bio-região	47
4.3.1. Identificação e caracterização dos atores envolvidos	47
4.3.2. Modelo de governança	48
4.3.3. Atividades desenvolvidas	50
4.4. Boas práticas	57
4.5. Desafios	57
5. Perspetiva exploratória do modelo das Bio-regiões em Portugal	59
5.1. Consulta pública através dos grupos focais	59
5.1.1. Quem são os atores a envolver no processo de construção da Bio-região e qual o seu contributo/papel?	61
5.1.2. Quais os modelos/processos de governança que consideram de maior relevância para a constituição de Bio-Regiões?	62
5.1.3. Dentro do quadro de parâmetros mínimos que permitem reconhecer uma Bio-região, quais os que considera de maior relevância?	62
6. Implementação de uma Bio-região	64
6.1. Objetivos	64
6.2. Etapas de implementação	65
7. Processo de integração e reconhecimento das Bio-regiões a nível internacional	71
8. Referências bibliográficas	73

1 Enquadramento

A alimentação está, hoje, no centro do debate sobre o desenvolvimento sustentável, tal como ilustrado pela recente Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis, que teve lugar em Nova Iorque, em setembro de 2021, onde estiveram reunidos líderes mundiais num esforço para encontrar novas formas de produzir alimentos saudáveis para a crescente população mundial, sem prejudicar o planeta.

É inquestionável que não será possível alcançar a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e fornecer uma alimentação saudável à população mundial sem ter em conta os recursos naturais do planeta. O sistema alimentar mundial precisa, hoje, de uma urgente mudança. Esta afirma-se no sentido da **promoção ativa de sistemas alimentares territoriais baseados na agricultura familiar e em modos de produção sustentáveis que promovam a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais e as dietas saudáveis**.

Neste contexto, nasceu a parceria entre o CMCD - Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova, ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Município de Idanha-a-Nova, para a implementação do projeto **Bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais** (PDR2020-2024-055398), que visa a **criação de uma Estratégia**, de âmbito nacional, **para a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios rurais, a partir da construção institucional e técnica de Pactos para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis**, baseada no modelo das **Bio-regiões**, que contempla princípios e metodologias com sucesso reconhecido à escala internacional.

A primeira conquista deste esforço conjunto de articulação entre atores, conhecimento e iniciativas, em torno da promoção de sistemas alimentares sustentáveis foi a realização, em julho de 2019, do **FISAS - Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis**, que colocou no centro do debate político a promoção de sistemas alimentares sustentáveis no quadro dos ODS, a Década da Agricultura Familiar e a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, através de matrizes baseadas em Bio-regiões e/ou em Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM).

A partir do capital resultante da experiência de Idanha-a-Nova enquanto primeira Bio-região portuguesa, têm sido empreendidos esforços no sentido da construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento de sistemas alimentares territoriais sustentáveis a partir do modelo das Bio-regiões, que, articulada com a valorização e preservação dinâmica de sistemas agrícolas relevantes e sistemas alimentares tradicionais, servirão de base à sustentação de um pacto local em torno da Bio-região.

Este Manual visa, assim, contribuir para parametrizar e definir o modelo das Bio-regiões de forma ajustada à realidade dos territórios rurais nacionais, em articulação com propostas de preservação dinâmica de SIPAM, enquanto mecanismos de promoção de **sistemas alimentares territoriais sustentáveis**. Servirá, pois, como guia de orientação e informação para as Bio-regiões portuguesas, bem como outros territórios interessados em aderir, quanto à correta implementação, operacionalização e monitorização do modelo de desenvolvimento integrado e sustentável preconizado.

Como mencionado atrás, se o objetivo geral do projeto consiste na criação de uma estratégia, de âmbito nacional, para a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios rurais, com base no modelo das Bio-regiões, em articulação com propostas de preservação dinâmica de SIPAM, daqui resultam dois objetivos específicos: (1) fomentar a adesão de territórios portugueses à Rede Internacional das Bio-regiões e (2) desenvolver e testar novas abordagens de inovação em meio rural, assentes na construção institucional e técnica de pactos para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis.

O Manual funcionará, assim, como um *roadmap* que ajudará ao planeamento estratégico das Bio-regiões, enquanto modelo de desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios rurais, assim como proporcionará a definição de referenciais de caracterização e monitorização das Bio-regiões e poderá contribuir para a definição de políticas e programas de apoio para a sua concretização.

Para o desenvolvimento deste Manual, foram realizados: grupos focais, com sessões plenárias e grupos de trabalho; ações de construção de capacidade e co-construção de consensos com atores locais e nacionais; diagnóstico territorial rápido de sistemas alimentares em Idanha-a-Nova; visitas e oficinas técnicas; levantamento bibliográfico e entrevistas semi-estruturadas. O presente Manual estrutura e sistematiza, assim, os principais resultados e aprendizagens decorrentes destas atividades, partindo de uma análise e consensualização dos conceitos associados aos sistemas alimentares, desenvolvimento territorial e sustentabilidade, centrados no desenvolvimento de Bio-regiões e SIPAM, para, a partir daí, apresentar orientações para o estabelecimento de Modelos de Governança na promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis, passo a passo, assentes no reconhecimento de Bio-regiões e SIPAM a nível nacional e internacional.

Sistemas alimentares, desenvolvimento territorial e sustentabilidade

Em conformidade com a definição proposta pela FAO (2018), um sistema alimentar sustentável é aquele que garante segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas, de tal forma que os seus fundamentos económicos, sociais e ambientais não comprometam as gerações vindouras, o que implica necessariamente a sua sustentabilidade.

A partir da abordagem proposta no “Diagnóstico Territorial Rápido de Sistemas Alimentares - Idanha-a-Nova” (Diaz e Dias 2020), neste trabalho entender-se-á **território** como resultado da interação da sociedade com o espaço através do tempo (Hurtado 2014). Neste contexto e enquanto espaços socialmente construídos, territórios são, portanto, espacial e socialmente delimitados. Dada a multidimensionalidade das interações sociais (e respetivas diferentes especialidades), o mesmo espaço faz parte de vários territórios simultaneamente, o que exige uma organização da ação pública e privada em vários níveis territoriais.

Central nas políticas públicas nacionais e locais, enquanto objetivo coletivo a longo prazo, o desenvolvimento sustentável dos territórios implica definir orientações ao nível económico e técnico que promovam o bem-estar social e ambiental (Domenech and Bahn-Walkowiak 2019). Neste contexto, o desenvolvimento sustentável dos territórios baseia-se na reorganização da produção a nível regional e local, e nas especificidades do território, ao nível da sua especialização produtiva, nível de cooperação e competitividade entre atividades económicas, sociais, tradições, relações de confiança e interdependências produtivas entre atores locais e externos (Lowe *et al.* 1995).

Os modelos de desenvolvimento sustentável dos territórios têm sido tradicionalmente associados a diversas atividades, desde o turismo (Hjalager 2000), cultura (Sacco *et al.* 2015), para além da produção de alimentos (Brasili and Fanfani 2006; Jeong *et al.* 2010). Neste último contexto, modelos de desenvolvimento como as Bio-regiões (ou Bio-Distritos) enfatizam essa dimensão territorial, ao associar a determinada área geográfica um conjunto de princípios e práticas comuns, desde o campo até ao prato, com base num compromisso local, que incorpora preocupações económicas, sociais e ambientais.

A partir desta aceção, as Bio-regiões são territórios socialmente construídos, onde agricultores, cidadãos, operadores turísticos, associações e o poder local estabelecem uma parceria para a gestão sustentável dos recursos locais, partindo do modelo biológico e agroecológico de produção e consumo, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento integrado e sustentável das suas potencialidades económicas, sociais e culturais (Basile 2017).

O sucesso das Bio-regiões, nomeadamente da sua primeira experiência em Cilento (Itália), conduziu à adoção deste modelo de desenvolvimento quer em Itália quer no resto da Europa. Atualmente, a Rede Internacional das Bio-regiões (IN.N.E.R.) envolve dezenas de territórios em países como a Itália, Áustria, França, Espanha, Portugal e Suíça. Em Portugal, Idanha-a-Nova foi o primeiro território a constituir-se como uma Bio-região e a aderir ao IN.N.E.R., ao reconhecer o interesse desta estratégia de desenvolvimento, designadamente ao nível da dinamização da agricultura biológica.

Em resposta ao reconhecimento das Bio-regiões como dinâmicas de sucesso (Assiri *et al.* 2021), surge a necessidade de propor abordagens que identifiquem analiticamente estes territórios, de acordo com uma matriz de variáveis (desde o ponto de vista ambiental, agrícola, alimentar, social, cultural, entre outros).

Paralelamente, procurar simbioses entre diversas iniciativas que contribuam para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis permitirá reforçar os seus impactos e congregar esforços no sentido de um objetivo comum. Neste contexto, o reconhecimento de Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial (SIPAM) pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), como dinâmicas a integrar no desenvolvimento das Bio-regiões, reveste-se de particular relevância; ao contribuir para a conservação dinâmica de sistemas e paisagens notáveis, que refletem a evolução cultural da humanidade, a diversidade dos seus conhecimentos e a relação que desenvolveram com a natureza e a biodiversidade, os SIPAM, muito frequentemente sistemas agrícolas e alimentares ameaçados, constituem estratégias de conservação dinâmica urgentes e imprescindíveis para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis.

Efetivamente, os SIPAM são sistemas que promovem o desenvolvimento sustentável dos territórios, baseados na natureza (*Nature-based Systems*), e constituem uma oportunidade para uma melhor gestão dos agroecossistemas e paisagens, que podem contribuir para assegurar a produtividade, segurança alimentar e viabilidade económica e, simultaneamente, para a resistência a crises, catástrofes e alterações climáticas (Arnés García e Santivañez 2021).

No caso de Portugal e na sequência das conclusões do FISAS (iniciativa, que em 2019 articulou, de forma coerente, diversos atores, conhecimentos e iniciativas em curso, que visam a promoção de sistemas alimentares sustentáveis), será estratégica uma abordagem sinérgica entre as Bio-regiões e iniciativa SIPAM para reforçar a centralidade da preservação dinâmica destes sistemas agrícolas essenciais ao desenvolvimento da Bio-região e à promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis (FISAS, 2019).

Neste sentido, é premente o reconhecimento e apoio institucional e político a este tipo de dinâmicas a incorporar na construção institucional, com base em orientações consensualizadas a nível nacional e internacional, e a dinamização de **pactos multi-atores** para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis, com base em iniciativas, programas e políticas locais, regionais e nacionais que permitam a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

AS BIO-REGIÕES NO MUNDO

Desde a sua constituição, o IN.N.E.R. tem congregado iniciativas que partilham princípios comuns às Bio-regiões, e se constituem enquanto Sistemas Alimentares Sustentáveis, dentro e fora da Europa. São disso exemplo o Organic Valley, no Ontário, Canadá, que desde 2008 veio a congregar 1300 agricultores biológicos, a partir de uma Cooperativa de origem familiar e de um modelo evolutivo baseado num estilo de vida biológico ("*organic food lifestyle*") e as Regionalwert Bürgeraktiengesellschaft, na Alemanha (Freiburg, Hamburgo, Berlin, Colónia), sociedades de capitais, em que os consumidores investem para apoiarem os agricultores e a produção e alimentos biológicos.



O desenvolvimento regional tem merecido nas últimas décadas atenção especial por parte da comunidade científica, decisores políticos e comunidades locais. Enquanto conceito multidimensional que abrange uma grande diversidade socioeconómica determinada por uma multiplicidade de fatores (OECD 2021), o desenvolvimento regional deve ter por base uma estratégia de desenvolvimento assente numa abordagem de governação participada, que envolva governos e atores regionais e locais e com um papel menos dominante dos governos centrais (OECD 2018).

A concepção de território como construção sociocultural e política e como capital territorial subjacente ao desenvolvimento regional e à adoção da coesão territorial significa que o ambiente deve ser equacionado como uma mais-valia competitiva quando pensado do ponto de vista da sua atratividade territorial, desde que sujeito a critérios de sustentabilidade. Em Portugal, o Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), de 2016, procura reforçar a coesão territorial e o desenvolvimento dos territórios do interior do país (UMVI 2016), através do debate sobre modelos adequados de governança que apoiem a promoção do desenvolvimento e a coesão territoriais (Monteiro 2019) e assentes em estratégias integradas, que assentam em duas visões: (1) coesão territorial; (2) modernização ecológica. De modo a contribuir para os objetivos europeus (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo), estas estratégias têm um carácter político (e de suporte à alocação dos fundos de apoio) e estratégico (de orientação da coerência das intervenções territoriais) (Dias e Seixas 2018).

Se o desenvolvimento regional, rural e urbano tem como objetivo tornar todas as regiões mais equitativas, inclusivas e resilientes, e colocar o bem-estar e os padrões de vida das comunidades no centro da abordagem política e económica local, então surgem diversos modelos para apoiar e incentivar este desenvolvimento, em particular em contextos rurais. Como tal, a política de desenvolvimento rural, enquanto componente importante da política agrícola comum, procura criar soluções para as preocupações económicas, sociais e ambientais em meios rurais e promove o desenvolvimento sustentável nas zonas rurais europeias (Comissão Europeia 2006; European Commission 2021)¹.

Ainda em resposta à crescente preocupação de desenvolvimento dos territórios rurais, os programas e políticas de ordenamento do território (em Portugal, retratada nos Planos Nacionais de Ordenamento do Território, PNPOT) surgem como um instrumento de gestão, em que se definem objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial que devem servir como instrumentos orientadores e quadros de referência (Pinheiro, 2021). Os modelos e princípios de gestão territorial adotados nestes instrumentos procuram promover a “cultura do território” entre os diferentes atores da sociedade civil, científica, técnica e política e constituem um “laboratório” para o desenho e implementação de esquemas de desenvolvimento sustentável (Carmo, 2020).

À escala global, diversos países reconhecem o papel central do território no desenvolvimento na abordagem das questões multidimensionais dos sistemas alimentares e estão interessados em desenvolver estratégias próprias de desenvolvimento territorial ou local assentes em diferentes tipologias de sistemas alimentares sustentáveis (FAO 2022a). De entre as vantagens destas abordagens integradas referem-se: (1) estratégias, políticas e planos de desenvolvimento local baseados no local e orientados para a comunidade; (2) participação das partes interessadas e parcerias locais; (3) abordagem multidimensional e equilibrada; (4) descentralização e governança multinível; (5) integração de múltiplos setores de atividade e atores.

Uma perspetiva territorial dos sistemas alimentares facilita a articulação e integração de políticas sectoriais relevantes em diferentes escalas de ação, desde a gestão integrada da paisagem, à dimensão sócio-ecológica entre espécies e ecossistemas, até às dimensões socioeconómicas da utilização dos recursos naturais (UNCDF 2021). Para além de ligar escalas locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como zonas urbanas e rurais, e ter em conta os efeitos e impactos da globalização, promove uma maior participação social e permite e tomar decisões mais bem informadas em diferentes sectores. Os decisores políticos e o sector privado podem utilizar a informação territorial para orientar e dar prioridade aos investimentos necessários para suportar o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.



¹ São exemplos desses modelos de desenvolvimento o *Programa LEADER* (mais informação disponível em <http://leader2020.minhatererra.pt/leader-pdr2020.T223.php>), as *Smart-Villages* (mais informação disponível em https://enrd.ec.europa.eu/enrd-thematic-work/smart-and-competitive-rural-areas/smart-villages_en) e o *Organic Food System Program* (mais informação disponível em <https://organicfoodsystem.net/the-ofsp-programme/>).

Com a preocupação crescente relativa à disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, e à necessidade de redução dos efeitos negativos da agricultura sobre o ambiente, biodiversidade e saúde, ganha centralidade a urgência de uma transição veloz e efetiva para sistemas alimentares que sejam ambiental, económica e socialmente sustentáveis. A presença de uma “geografia alimentar híbrida”, ainda dominada pelo “modelo agroindustrial”, tem sido tendencialmente substituída por “modelos territoriais integrados”, assentes em sistemas alimentares que surgem a partir das características específicas de cada território (económicas, sociais, culturais), em conjunto com atividades de conservação da natureza, turismo e educação (Cristóvão 2020).

Os sistemas alimentares podem ser definidos como redes complexas de atividades, infraestruturas e atores envolvidos na produção de alimentos desde o cultivo, processamento, distribuição, consumo ao tratamento/eliminação dos resíduos alimentares, e que dependem de fatores socio-culturais, económicos, políticos, biofísicos, ambientais, estruturais e técnicos (Figura 1) (Popkin 2017; ESCWA 2021). Assim, apresentam um conjunto de características que se podem sistematizar: (1) estão fortemente ligados aos territórios, na sua estrutura produtiva base, a agricultura; (2) estão diretamente relacionados com os recursos naturais disponíveis, como o solo, água e clima; (3) têm uma influência direta na saúde humana e bem-estar; (4) apresentam uma forte dimensão cultural; (5) contribuem para a construção e preservação da paisagem; e (6) envolvem múltiplos atores, desde a oferta (agricultores, técnicos, comerciantes) à procura (consumidores) (Ferreiro et al. 2020).

É também por isso que as dinâmicas associadas aos sistemas alimentares implicam sinergias com diversas outras políticas, desde a agricultura e desenvolvimento rural; ordenamento e coesão do território; ambiente; educação e formação; e, ainda, alimentação e saúde, quer ao nível regional, nacional e internacional. No caso do sistema alimentar, a centralidade da dimensão territorial envolve múltiplas dimensões desde a localização, aspetos físicos, ecológicos, socioeconómicos e institucionais, e por isso as políticas alimentares são também instrumentos de ordenamento do território e vice-versa².

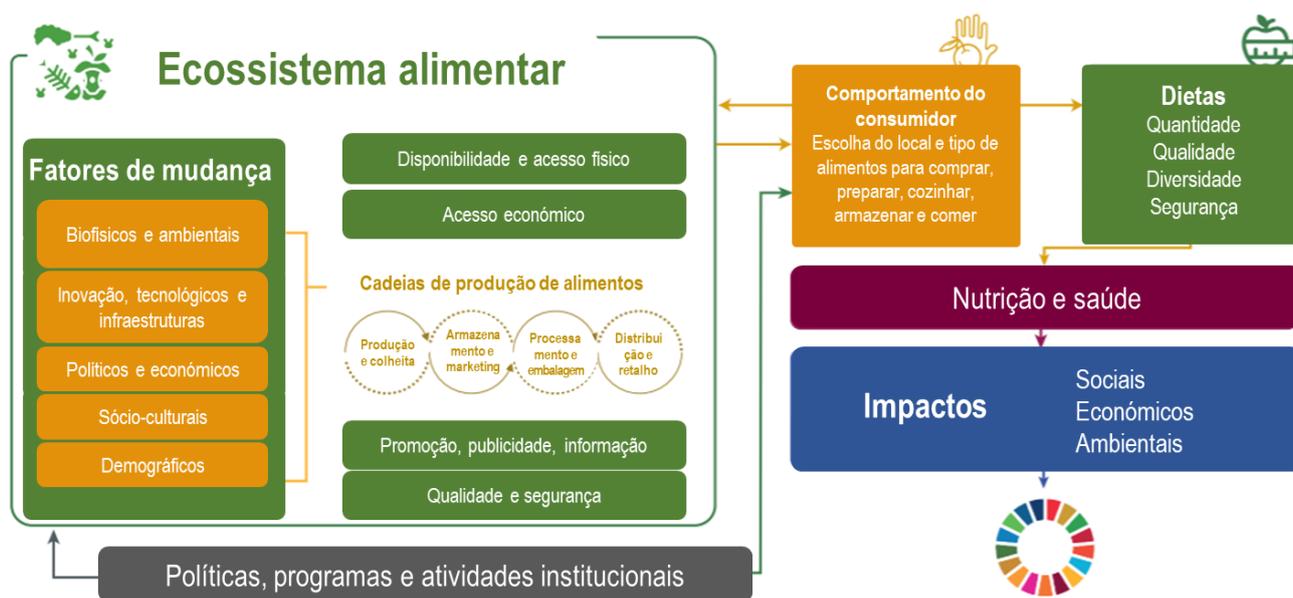


Figura 1 O sistema alimentar (Adaptado de UN 2020)

O papel das políticas públicas na transição do sistema alimentar tem sido destacado pela literatura, nomeadamente em Portugal onde se verifica a insuficiência das medidas de política pública local relativamente à alimentação já que “(...) a reduzida implementação de políticas alimentares nos municípios (...) revela que, em Portugal, as políticas alimentares urbanas estão ainda na infância, e que é necessário incorporar preocupações relativas



² Os sistemas alimentares estão profundamente associados com a coesão territorial e as políticas associadas. Na Europa, a Política de Coesão, que visa o desenvolvimento regional, representa cerca de um terço do orçamento comunitário e é a principal política de investimento - cerca de 8,5 % do investimento de capital público na UE. A coesão territorial surge, ainda, intimamente associada à ideia de sustentabilidade (Ferreiro et al. 2020), nomeadamente no que se refere à qualidade (qualidade de vida, condições de trabalho, acesso a serviços e conhecimento), eficiência (uso da energia, espaço e recursos naturais e na competitividade) e identidade (capital social e visões partilhadas sobre o futuro).

aos sistemas alimentares em debates sobre sustentabilidade e ambiente mais abrangentes”³ (Galli *et al.* 2020: 12). A existência de ferramentas de coordenação e governança, consciencialização e estratégias de comportamento de consumo, incentivos e regulação da reorientação produtiva são dimensões necessárias para o sucesso de sistemas alimentares sustentáveis⁴.

Efetivamente, a emergência de sistemas alimentares sustentáveis terá de ser apoiada pela ação pública em diferentes domínios (agricultura e desenvolvimento rural, alimentação, território, biodiversidade). A implementação das políticas públicas envolvidas nestes domínios deverá ser feita de forma multi-setorial, integrada e coerente, de modo a atingir uma mudança paradigmática do sistema alimentar. Neste sentido, a construção de pactos multi-atores para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis, a nível local ou regional, terá um papel estratégico nesse sentido, e poderá incorporar as potencialidades de eventuais Bio-regiões e SIPAM, enquanto instrumentos sinérgicos.

Assente na necessidade de implementar políticas de adaptação e mitigação para os efeitos adversos das alterações climáticas, em particular em territórios mais expostos pela sua posição geográfica e características socioeconómicas e ambientais, como Portugal, devem privilegiar-se modelos de desenvolvimento assentes em soluções agroecológicas, que promovam os serviços dos ecossistemas e valorizem os territórios rurais (Dias e Seixas, 2018), como as Bio-regiões.

Assim, as Bio-regiões assentes em linhas orientadoras de promoção e gestão sustentável dos recursos locais, de promoção da agricultura biológica numa abordagem territorial, de conservação dos recursos naturais e do ambiente, de melhoria da qualidade de vida dos múltiplos atores e valorização dos pontos fortes de cada território, contribuem para a prossecução dos objetivos dos diversos programas de desenvolvimento territorial em Portugal, cumprindo também alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos no Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁵.

Para cada Bio-região, importa avaliar o seu potencial como ferramenta de desenvolvimento local a partir das suas características próprias e da matriz (sociais, económicos, culturais, ambientais) que importa promover, de modo a que contribuam para a melhoria da sustentabilidade ambiental e resiliência climática, desencadeando um círculo virtuoso que sustente o desenvolvimento de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis (Basile, 2018).

Afinal, esta mudança de paradigma está a refletir-se nas estratégias criadas pela Europa para criar condições para um planeta mais saudável e mais sustentável. Em junho de 2019, foi lançado o Pacto Ecológico Europeu, que visa impulsionar a utilização eficiente dos recursos através da transição para uma economia mais limpa e circular, mas também para restaurar a biodiversidade e reduzir a poluição (Comissão Europeia, 2019).



3 Tradução livre dos autores; no original “(...) low food policy implementation identified in municipalities (...) reveals that urban food policies are still in their infancy in Portugal, and calls for the need to incorporate food system concerns into wider sustainability and environmental discussions” (Galli *et al.* 2020: 12).

4 Ainda sobre o caso português, (Cardoso *et al.* 2017) referem o papel das políticas públicas, incluindo a política de ordenamento do território (p.e. planos diretores municipais) e a Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural, no contexto da análise da capacidade de auto-provisionamento e de realocização da produção de alimentos na região de Lisboa, Alentejo e Ribatejo.

5 Efetivamente, ao longo dos últimos anos, os territórios rurais têm sofrido mudanças notáveis que influenciaram fortemente as atividades produtivas, ambientais, comerciais e mesmo culturais e trouxeram novos desafios aos seus atores. Cada vez mais, a agricultura se desenha não apenas como uma atividade de produção de alimentos, mas como uma dinâmica que se associa à preservação e desenvolvimento dos territórios através da integração de múltiplos serviços, desde a produção alimentar ao consumo, mas também através da valorização da paisagem e serviços ecossistémicos, da promoção da cultura e atividades turísticas. Neste contexto, é cada vez mais visível uma mudança de mentalidade que inclui uma preocupação crescente com as práticas agrícolas e ambientais utilizadas, e que exige a redução dos impactos da atividade agrícola e a preservação/construção de sistemas alimentares mais sustentáveis. Estas preocupações estão patentes nos ODS, que visam orientar as decisões políticas para combater as desigualdades e os problemas no mundo nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental) e promover a paz, a justiça e a eficiência das instituições. Neste contexto, as Bio-regiões contribuem para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, nomeadamente, para erradicar a pobreza (ODS 1), erradicar a fome zero (ODS 2), assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos (ODS 3), promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos (ODS 8), reduzir as desigualdades (ODS 10), assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis (ODS 12), combater a mudança climática e seus impactos (ODS 13), proteger a vida terrestre (ODS 15) e criar parcerias e meios para a sua implementação (ODS 17). As Bio-regiões, enquanto dinâmicas de desenvolvimento local, com particular enfoque em pequenos agricultores e na agricultura familiar, ao valorizar o papel das mulheres agricultoras, contribuem para alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas (ODS 5) e para promover sociedades pacíficas e inclusivas (ODS 16), através do reforço da coesão territorial (UN, 2021).

Como parte do Pacto Ecológico Europeu, a estratégia “Do prado ao prato” (Comissão Europeia, 2020) enfatiza a importância de criar um sistema agrícola e alimentar europeu mais saudável e mais sustentável. Os principais objetivos desta estratégia são:

- Garantir que os europeus tenham alimentos saudáveis, acessíveis e sustentáveis;
- Combater as alterações climáticas;
- Proteger o ambiente e preservar a biodiversidade;
- Garantir um retorno económico justo na cadeia alimentar;
- Expandir a agricultura biológica.

25%
Área em
agricultura
biológica
até 2030

Para cumprir estes objetivos, a Comissão Europeia pretende, até 2030, reduzir em 50% os pesticidas químicos mais perigosos, reduzir a utilização de fertilizantes em 20% e reduzir as perdas de nutrientes no solo em até 50%, uma vez que o excesso de nutrientes no ambiente é a principal fonte de poluição do solo, água e ar, tendo um impacto muito negativo na biodiversidade e no clima. Pretende-se igualmente reduzir em 50% a venda de antibióticos para animais de exploração e aquacultura e, finalmente, pretende atingir 25% da área agrícola útil dedicada à agricultura biológica (Comissão Europeia, 2020).

Por outro lado, no âmbito da Agenda para Inovação “Terra Futura”, visa-se atingir mais de metade da área agrícola em modo de produção sustentável, aumentar o valor da produção agroalimentar em 15%, aumentar a adesão à Dieta Mediterrânica e instalar 80% dos novos jovens agricultores em territórios de baixa densidade (Ministério da Agricultura 2020). Ambiciona-se, com esta estratégia, contribuir para cidadãos conscientes do papel da sua alimentação na promoção da saúde e do bem-estar, apoiar agentes do território que protegem o planeta e valorizam os recursos naturais, que são inovadores e competitivos à escala global e que se constituem como agentes de Políticas Públicas que apoiam a e promovem o desenvolvimento agrícola.

Neste cenário de mudança, várias iniciativas locais surgiram com o objetivo de reforçar o ambiente rural através de instrumentos sustentáveis, que são capazes de associar boas práticas e que permitem melhorar a rentabilidade da agricultura, contrariar a desertificação dos territórios apoiando aqueles que tendem a permanecer nos territórios, principalmente os jovens, e favorecer medidas que beneficiam não só as pessoas, mas também o ambiente, como é o caso da agricultura biológica (SAPEA, 2020). De entre os modelos de desenvolvimento dos territórios, a formalização de Bio-regiões é uma das estratégias de sucesso para alcançar as metas propostas até 2030 (pilares e iniciativas), em particular ao promoverem uma alimentação saudável ao nível dos territórios, enquanto contribuem para a Mitigação e adaptação às alterações climáticas, promovem uma agricultura circular e territórios sustentáveis, e revitalizam as zonas rurais, em particular através da adoção de inovação e da valorização dos produtos agroalimentares locais (Ministério da Agricultura 2020).

A AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL EM 2020

A Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) ambiciona duplicar a área de agricultura biológica em Portugal até 2027 (meta de 12 % da superfície agrícola utilizada) e incrementar o consumo de produtos biológicos em 50%, entre outros objetivos.

8,16%
do valor da
superfície
agrícola
utilizada

Em 2019, a área de agricultura biológica (certificada e em conversão) aproximou-se dos 300 mil hectares (293.213) ha, com maior expressão na cultura de prados e pastagens permanentes (60%), culturas permanentes - árvores de fruto, vinha, olival (21 %) e terras aráveis (19%).

Os operadores em agricultura biológica aumentaram expressivamente desde 1994. Em 2020, o número total de operadores era de 6795 (inclui todas as categorias: produção, processamento, comercialização).

6795
operadores
em biológico
em 2020 em
Portugal

Fonte: REA, 2022

As Bio-regiões enquanto modelo de desenvolvimento territorial

2.2.1. Conceito e objetivos

Em conformidade com a proposta conceptual de Basile (Basile 2014)⁶, o termo Bio-região refere-se a um território, dentro do qual existe cooperação entre todos os seus atores, que identificam a agricultura biológica ou a agroecologia como o pilar do desenvolvimento rural. Nestes territórios, os agricultores e suas associações, operadores turísticos, consumidores e poder local, assinam um acordo para a gestão sustentável dos recursos locais, partindo do modelo biológico de produção e consumo (circuitos curtos de comercialização, grupos de compras solidárias, integração da produção local nas cantinas públicas e atividades de restauração, hotelaria, animação turística). A promoção dos produtos biológicos articula-se em associação com a promoção do território e das suas peculiaridades, para atingir um plano de desenvolvimento das potencialidades económicas, sociais e culturais (Cuoco e Basile 2014).

Em conformidade com o exposto, o termo Bio-região refere-se a um território dentro do qual existe uma cooperação entre todos os atores locais que identificam a agricultura biológica ou a agroecologia como um pilar do desenvolvimento rural. Estas dinâmicas contribuem para a melhoria da sustentabilidade ambiental e da resiliência climática, desencadeando um ciclo virtuoso e visando um sistema alimentar saudável, sustentável e diversificado (OEP 2019).

Pretende-se, no entanto, não restringir a Bio-região à valorização da agricultura biológica, mas que esta se constitua como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável que envolva toda a comunidade local e que, através de políticas e dinâmicas locais, reforce a valorização do ambiente, tradições e conhecimentos locais (Garcia 2018). Os processos de construção das Bio-regiões podem, assim, resultar de iniciativas dos agricultores biológicos que procuram mercados locais para os seus produtos, de consumidores interessados em comprar alimentos saudáveis e que respeitem o ambiente, de operadores turísticos que encontram oportunidades de requalificação e ampliação da oferta turística através de turismo gastronómico, ecológico e rural, de decisores políticos que encontram nesta estratégia uma forma de impulsionar o desenvolvimento dos seus territórios.

AGRICULTURA BIOLÓGICA



“sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas em matéria ambiental e climática, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais e a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e de normas exigentes em matéria de produção em sintonia com a procura, por parte de um número crescente de consumidores de produtos produzidos através da utilização de substâncias e processos naturais. A produção biológica desempenha, assim, uma dupla função social: por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens disponíveis para o público em geral que contribuem para a proteção do ambiente e do bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural”



⁶ Segundo Basile (2014: 4), “Uma Bio-região é uma área geográfica não administrativa, mas funcional, na qual se estabelece uma aliança entre agricultores, cidadãos, operadores turísticos, associações e administrações públicas, para a gestão sustentável dos recursos. Esta sinergia realiza-se com base nos princípios e práticas biológicas de produção e consumo (cadeia curta, grupos organizados de oferta e procura, restauração de qualidade, cantinas biológicas). Na Bio-região, a promoção de produtos biológicos está intrinsecamente ligada à promoção do território e suas peculiaridades, a fim de alcançar o pleno desenvolvimento do âmbito económico, social e cultural”. Os termos Bio-região, Bio-distrito/Bio-distretto, Eco-região/Eco-Region e Organic District surgem na documentação relacionada com as Bio-regiões com o mesmo significado, incluindo na designação adotada pelo I.N.N.E.R. (International Network of Eco Regions). No entanto, o termo Eco-Region é também utilizado, desde os anos 80, para referir áreas onde os ecossistemas (e o tipo, qualidade e quantidade de recursos ambientais) são geralmente semelhantes (EPA, <https://www.epa.gov/eco-research/ecoregions>; EEA, <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/digital-map-of-european-ecological-regions>). Neste sentido, e também porque o termo adotado em Portugal para este modo de produção foi “biológico”, optou-se por utilizar sempre a designação Bio-região.

Deste modo, uma Bio-região deve basear-se em três dimensões principais que ajudam ao desenvolvimento do território onde estão inseridas (Bui and Lamine 2015; Pugliese e Antonelli 2015; Basile 2017):

- **Dimensão social:**

Promoção da coesão social do território com base em estratégias sustentáveis e inclusivas, centradas no agricultor, para prosseguir a melhor agregação social e mudanças culturais, para criar novos empregos, especialmente destinados a grupos vulneráveis e através da agricultura social e para assegurar a revitalização das zonas rurais e a proteção da saúde dos agricultores e consumidores.

- **Dimensão económica:**

Centrada nos benefícios económicos que as empresas agrícolas, turísticas, culturais, gastronómicas podem obter por fazerem parte de um Bio-região, através da redução dos custos na certificação biológica (que ainda representam um valor bastante elevado para o agricultor e que, muitas vezes, é um fator inibidor para a conversão à agricultura biológica), aparecimento de atividades económicas inovadoras emergentes, integração em circuitos de distribuição, suporte a dinâmicas de comercialização em mercados locais (canais curtos de distribuição, venda direta, grupos de consumo, compras verdes da administração pública), proteção do poder de negociação e contratualização dos agricultores, recurso a ferramentas de marketing e de agregação do fornecimento local de alimentos, que facilitam o acesso a novos canais de mercado.

- **Dimensão ambiental:**

Proteção da biodiversidade, com recurso à utilização e preservação de sementes regionais e variedades tradicionais e à adoção de princípios e práticas agroecológicos, que salvaguardem os recursos naturais, melhoram a fertilidade do solo e mantêm a paisagem.

Estas dinâmicas contribuem para melhorar as condições de vida e de trabalho das comunidades, ao reforçar o desenvolvimento de atividades de formação, saúde, mobilidade, conectividade, digitalização, bem como de apoio técnico e divulgação de boas práticas e tecnologias e processos de inovação (Assael 2014).

As Bio-regiões promovem um desenvolvimento rural ético, justo e solidário, ao valorizar os produtos naturais junto dos seus territórios de origem, e contribuem para um desenvolvimento económico e turístico baseado no respeito e na valorização dos recursos locais (Oliveira 2020). Isto torna-se possível através de um constante e sistemático diálogo social entre os diferentes atores do território, de modo a que as exigências e aspirações de cada um sejam integradas em ações partilhadas, sustentáveis e eficazes. Para além da melhoria da qualidade de vida e de trabalho e da competitividade das empresas, procura-se aperfeiçoar a gestão do património natural, cultural e social, em conjunto com a utilização otimizada dos recursos naturais e dos consumos energéticos (Basile 2014).

2.2.2. As Bio-regiões no mundo e em Portugal. Aparecimento e evolução

A primeira Bio-região na Europa nasceu em Cilento, Itália, por iniciativa dos agricultores da região, como forma de promover e vender os produtos biológicos produzidos nas suas explorações. A Câmara Municipal local aliou-se à iniciativa, com base num conjunto de objetivos estratégicos de desenvolvimento sustentável para o território, a partir da promoção e criação de uma associação de agricultores e com a finalidade de dar a conhecer a cultura, tradições, tipicidade e biodiversidade das zonas rurais aos turistas que visitavam a zona costeira durante o período de férias de verão. Para colocar em prática esta iniciativa, a Câmara Municipal articulou-se em rede com outras instituições públicas, operadores turísticos, restauração e atores da fileira agroalimentar. Desde 2004, foram promovidos pela Associação Italiana para Agricultura Biológica (AIAB) fóruns públicos e reuniões com associações de agricultores, municípios e outros atores locais, interessados em iniciativas que promovessem a gestão sustentável de recursos. Este processo culminou com a criação, em 2009, da primeira Bio-região multi-vocacional (agrícola, ambiental, cultural, social, ecoturístico e etno-gastronómica), em Cilento. A experiência pioneira de Cilento constituiu-se como importante referência para mais de quarenta iniciativas que foram surgindo ao longo dos últimos anos, cada uma com características e dinâmicas distintas, mas todas partilhando a visão e os objetivos da Bio-região e, como tal, inscritas na própria Rede Internacional de Bio-regiões (Figura 2 e 3).



Figura 2 Bio-regiões/Bio-distritos constituídas e em desenvolvimento na Europa, até 2021

BIO REGIÕES | CRONOGRAMA

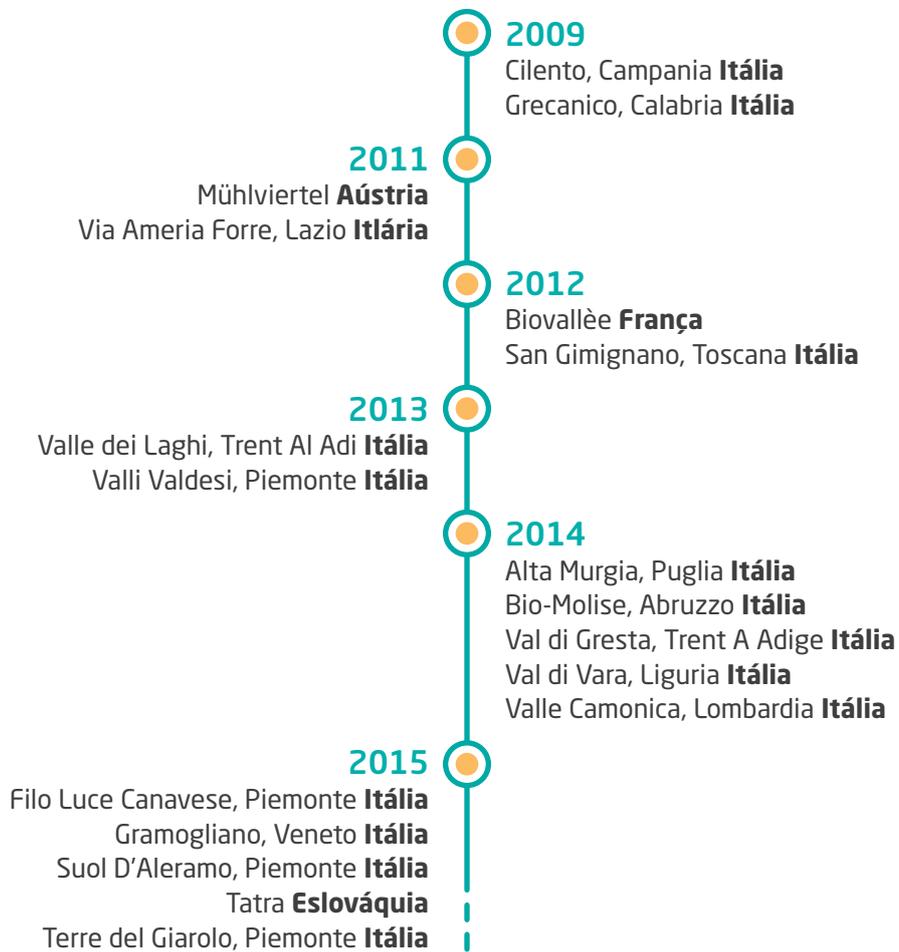




Figura 3

Lista de Bio-regiões em 2021 (Fonte: <https://bio-distretto.net/> e <https://www.ecoregion.info/map-3/>, acessado em 17.08.2021 e 14.10.2021)

Não obstante as especificidades de cada uma, existem em Portugal, até à data, quatro Bio-regiões reconhecidas pelo IN.N.E.R - Idanha-a-Nova, Alto-Tâmega, S. Pedro do Sul e Margem Esquerda do Guadiana, a que acresce a Bio-região do Tâmega e Sousa, em processo de organização (Figura 4 e Tabela 1).

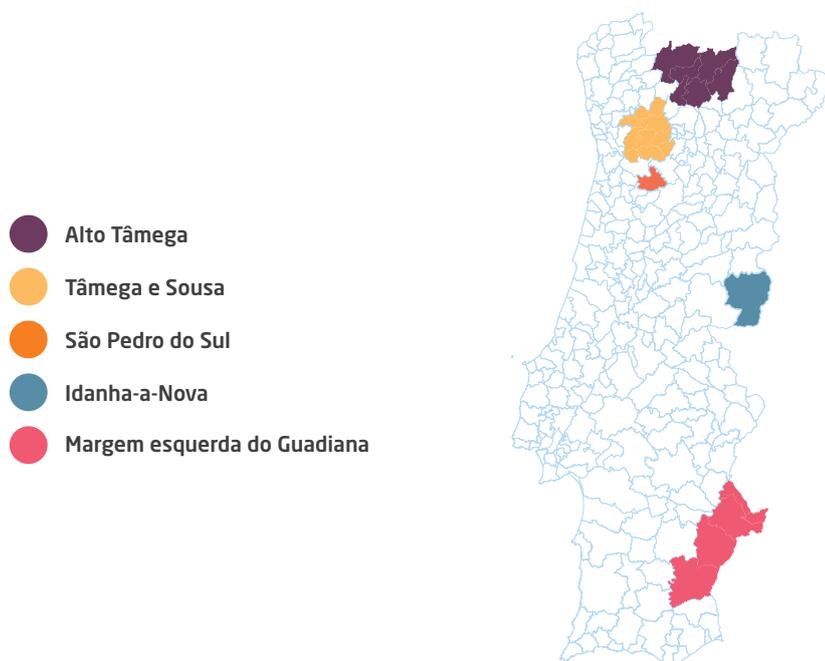


Figura 4 Bio-regiões em Portugal, em 2021, constituídas e em constituição

A primeira Bio-região em Portugal nasceu em Idanha-a-Nova, em fevereiro de 2018, por iniciativa do município, em articulação com os diversos atores, a partir vontade de promover a gestão sustentável do território, com base na agricultura biológica.

Em novembro do mesmo ano, a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), que inclui os concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, aderiu à IN.N.E.R., com o objetivo de envolver toda a comunidade na gestão sustentável dos recursos locais, promover a agricultura biológica e contribuir para um desenvolvimento com respeito pela conservação dos recursos, ambiente, espaço e qualidade de vida.

A Bio-região de S. Pedro do Sul nasceu no ano seguinte (em abril de 2019), impulsionada pelo município e por um grupo de agricultores e outros atores locais (hotéis, restaurantes, escolas, instituições sociais) que constituíram com esse fim a Associação da Bio-região de S. Pedro do Sul (ABRE), na qual todos os membros assumiram uma estratégia conjunta para a gestão sustentável dos recursos, com base em modelos de produção agroecológicos/biológicos e no respeito e valorização dos recursos locais.

Por fim, em outubro do mesmo ano, surge a Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana, de carácter supramunicipal, que engloba os municípios de Serpa, Barrancos, Mértola, Moura e Mourão. Esta Bio-região nasceu por intermédio de uma associação de desenvolvimento local (GAL), a Associação Rota do Guadiana, mas segue as mesmas orientações, ou seja, a gestão sustentável dos recursos, com base em modelos de produção certificados em agricultura biológica, baseados no respeito e valorização dos recursos locais. A força deste modelo é assente numa estratégia que envolve agricultores, associações, empresários do turismo e outros setores económicos, bem como as escolas, que, em articulação com o poder local, cumprem objetivos comuns que permitem apresentar e defender o território como um coletivo comprometido com a produção biológica (Freitas e Alves 2019).

Tabela 1. Matriz de caracterização das Bio-regiões portuguesas

IDANHA-A-NOVA



ALTO TÂMEGA



Área (km2)	1 416,34	2 922,01
Número de municípios	1	6
Número de habitantes	8 356	78 368
Ano de criação	2018	2018
Entidade promotora	Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento	Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega
Número de empresas/ biológicas da região	81*	102*
Modelo de certificação	Entidades privadas	Entidades privadas
Principais culturas:	Horticultura, fruticultura, produção animal, sementes, olival	Bagas, cogumelos, citrinos, vinha, frutos secos, produção animal, mel
Principais atores	Agricultores biológicos, câmara municipal de idanha-a-nova	Agricultores biológicos, municípios de boticas, chaves, montalegre, ribeira de pena, valpaços, vila pouca de aguiar
Modelo de governança	Poder local com participação e mobilização dos agentes do território	Poder regional com participação e mobilização dos agentes do território

* Dados da DGADR (operadores MPB)

**MARGEM ESQ.
GUADIANA**

S. PEDRO DO SUL

TAMEGA E SOUSA



3 804,02	348,68	1833.03
5	1	11
37 022	15.587	408 675
2019	2019	Em construção
Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado	Associação da Bio-região de S. Pedro do Sul	ADL Dolmen
135*	18	177*
Entidades privadas	Entidades privadas, com financiamento do município	Entidades privadas
Gado, prados e pastagens permanentes, olival, horticultura, fruticultura	Horticultura, fruticultura, produção animal	Bagas, cogumelos, citrinos, vinha, produção animal
Agricultores biológicos, municípios de barrancos, moura, mourão, mértola e serpa, iniav	Agricultores biológicos, turismo (termas s. Pedro do sul), consumidores, escolas, município de s. Pedro do sul.	Agricultores biológicos, municípios de amarante, baião, castelo de paiva, celorico de basto, cinfães, felgueiras, lousada, marco de canaveses, paços de ferreira, penafiel, resende
Associação de desenvolvimento em articulação com o poder local	Agricultores e outros atores locais com apoio do poder local	Associação de desenvolvimento com participação e mobilização dos agentes do território

Com vista à constituição da Bio Região do Tâmega e Sousa, a Comunidade Intermunicipal em parceria com entidades do setor da investigação e ensino, e associações de desenvolvimento local, promoverem um conjunto de debates públicos, onde reuniram uma grande diversidade de atores, com o objetivo de promover o debate em torno da construção do referencial estratégico para a região do Tâmega e Sousa e sensibilizar para a importância da transição para a agricultura biológica, conservação e valorização dos recursos genéticos vegetais e oportunidades para o setor, nomeadamente em culturas como os citrinos e ervas aromáticas, e para o potencial diferenciador associado à comercialização de cabazes locais e biológicos.

A partir das características das Bio-regiões, importa considerar as suas potencialidades enquanto ferramenta de desenvolvimento territorial sustentável, em particular em contextos rurais e as questões que se colocam quando se pretende adotar este modelo. Por um lado, as Bio-regiões surgem como solução para alguns dos problemas que as comunidades rurais enfrentam, e trazem uma visão de futuro, em particular através da criação de uma consciência e cultura agroecológica que está para além do processo de certificação biológica, pois permite criar e perceber um território saudável a todos os níveis (Cesaro 2018), “desde o campo ao prato”. Por outro, este modelo incide na revitalização da coesão territorial, enquanto procura reunir um conjunto de recursos e ferramentas que contrariam a tendência de abandono dos territórios e afirma a necessidade de apostar em objetivos estratégicos estruturais como a internacionalização, valorização do património produtivo, cultural e ambiental, melhoria e aumento da formação do capital humano, luta pelo direito humano à alimentação adequada e contra a pobreza, de forma integrada e sinérgica (Nicolleti 2014).

Também será de considerar que a adoção da agricultura biológica e de princípios e práticas agroecológicas terá um papel relevante no desenvolvimento dos territórios, com benefícios para todas as entidades e não apenas para as que sejam certificadas, já que a promoção de cadeias curtas de comercialização e a diversificação de atividades resultam, normalmente, no aumento de empresas e entidades multifuncionais (MIPAAF 2017).

Em função da análise das diferentes realidades encontradas em Portugal, sublinha-se a importância dos processos de participação ativa dos diversos grupos de atores para a construção das Bio-regiões (e não processos meramente replicados e com regras restritas), que representa uma inovação social capaz de reconectar entidades, poder local e comunidades e que, simultaneamente, considera as características e particularidades dos territórios aos níveis social, geográfico, físico, ambiental, cultural, histórico e económico, que determinam o modo como os membros da comunidade se relacionam com o território e entre eles mesmos.

PENSAR AS BIO-REGIÕES ATRAVÉS DE GRUPOS FOCAIS

A promoção de grupos focais com peritos na área da agricultura é uma ferramenta privilegiada para a sistematização de casos de boas práticas em diferentes setores (Parente et al., 2018). Assim, foram organizados três grupos focais para facilitar uma definição participada das orientações para a implementação das Bio-regiões, com diferentes participantes (agricultores, autoridades locais, escolas, associações, consumidores, entidades turísticas), em representação das diferentes Bio-regiões portuguesas. Três importantes conclusões decorreram dos grupos focais supra: (1) os agricultores e a agroecologia devem estar no centro das Bio-regiões, sempre em colaboração direta com um vasto conjunto de intervenientes; (2) modelos *bottom-up* favorecerão uma implementação participativa da Bio-região; (3) diretrizes informais e menos burocráticas poderão ser mais facilitadoras da adesão de um maior número de atores e territórios, nomeadamente os grupos em situação de maior vulnerabilidade, como os agricultores familiares.

2.3.

O SIPAM enquanto estratégia para preservação dinâmica de sistemas agrícolas essenciais para a Bio-região

O reconhecimento crescente da importância da patrimonialização de sistemas agrícolas como ferramenta de desenvolvimento territorial tem acompanhado a centralidade conferida pela comunidade internacional à urgente preservação da biodiversidade a partir de práticas agrícolas sustentáveis, e coloca este conceito numa posição biopolítica global fundamental. De facto, os SIPAM representam não apenas paisagens naturais deslumbrantes, mas acima de tudo práticas agrícolas que criam meios de subsistência em áreas rurais, e combinam de forma única biodiversidade, resiliência dos ecossistemas, tradição e inovação.

Segundo a FAO, que, em 2002, lançou a Parceria Global para a conservação e gestão adaptativa de “Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial”⁷, os SIPAM consistem em ecossistemas naturais transformados e sustentáveis que refletem a evolução cultural da humanidade, a diversidade dos seus conhecimentos e a relação que desenvolveram com a natureza e a biodiversidade. Estes sistemas têm sido criados e mantidos por produtoras e produtores familiares de alimentos ao longo de gerações, utilizando estratégias e práticas de gestão adaptadas localmente. Daqui resultaram paisagens e sistemas de conhecimento tradicionais importantes para a própria identidade das agricultoras e dos agricultores familiares.

Enquanto sistemas agroalimentares únicos, os SIPAM enfrentam diversos desafios, incluindo abandono de terras, alterações climáticas, poluição, esgotamento dos solos, entre outros, associados à falta de conhecimento e reconhecimento do seu valor cultural. Assim, é urgente identificar estes sistemas de especial importância na sustentabilidade dos territórios e combater à desertificação das zonas rurais, na manutenção das paisagens, floresta e biodiversidade, preservação da cultura e melhoria dos sistemas alimentares.

Para salvaguardar e manter os sistemas de património agrícola mundial, a FAO criou em 2002 um amplo programa para a conservação e gestão adaptativa dos SIPAM. Atualmente, existem já mais de sessenta SIPAM reconhecidos em 22 países, abrindo novas e renovadas perspectivas de (re)pensar a conservação dinâmica e a promoção da diversidade agrícola e socioambiental, com ênfase na sua dimensão patrimonial e que asseguram a contribuição para os cinco critérios SIPAM: (1) segurança alimentar e nutricional e meios de subsistência da população e das comunidades; (2) biodiversidade e função do ecossistema; (3) sistemas de conhecimento e tecnologias adaptadas; (4) cultura, sistemas de valores e organizações sociais; (5) paisagens excepcionais, características da gestão da terra e recursos hídricos.

Em Portugal, foi classificado em 2018 o Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso.

SISTEMAS IMPORTANTES DO PATRIMÓNIO MUNDIAL (SIPAM)

“sistemas agrícolas sustentáveis vivos e em evolução que criam impressionantes paisagens de grande valor, ricos em biodiversidade, desenvolvidos através da adaptação mútua de uma comunidade com o seu território” (FAO, 2021a)

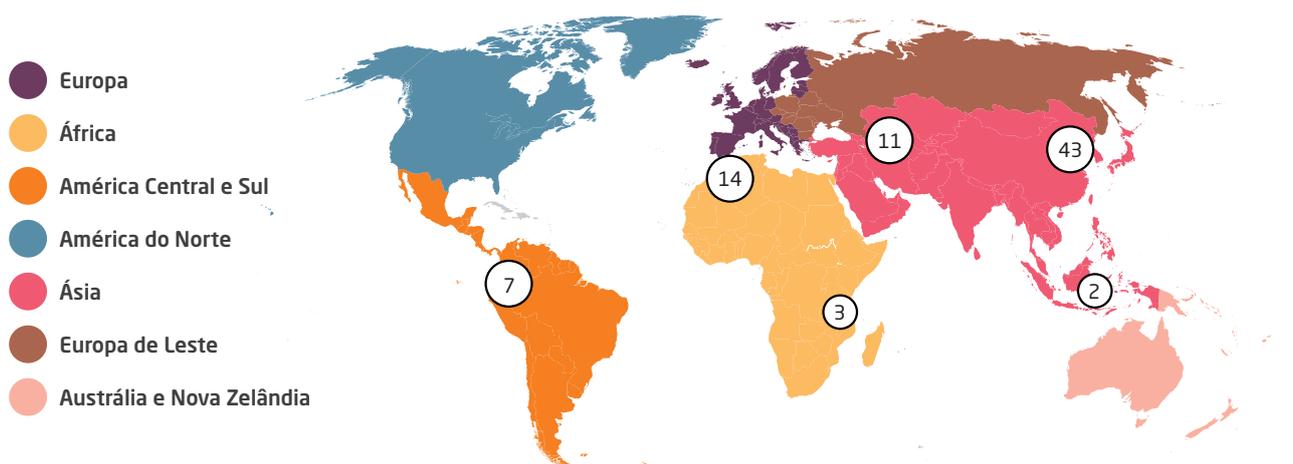


Figura 5 Sistemas de Património Agrícola de Importância Mundial (SIPAM) em 2021 (FAO 2022b).



⁷ Em inglês, Globally Important Agricultural Heritage System (GIAHS). Mais informações disponíveis em <http://www.fao.org/giahs/en/>.

A atribuição da classificação de SIPAM depende da apresentação de uma proposta, que inclui um diagnóstico detalhado do sistema a preservar o cumprimento de um conjunto de indicadores, que é depois avaliada por um Comité Científico internacional composto por especialistas de diferentes áreas (FAO 2022b). O processo de avaliação procura responder a diversas questões sobre o sistema agrícola nomeadamente se: (1) assegura as necessidades e segurança alimentar das comunidades locais; (2) possui alto grau de biodiversidade, pelo número de espécies e sua singularidade; (3) mantém conhecimentos e práticas tradicionais locais de gestão dos recursos naturais; (4) utiliza e acede aos recursos naturais de forma equitativa e garante a sua conservação, com base em organizações sociais, sistemas de valores e identidade cultural; (5) apresenta paisagens desenvolvidas lentamente e ao longo do tempo caracterizadas com forte ligação aos sistemas socioeconómicos locais que os originaram.

A construção participativa de um plano de ação (pacto) multi-atores SIPAM, que confira centralidade à promoção da agricultura familiar, converge em diversos aspetos com o processo de reconhecimento de uma Bio-região, nomeadamente ao nível dos mecanismos de governança e dos atores, contributos e responsabilidades, e justifica-se igualmente pela coerência e possibilidade de integração horizontal e vertical de iniciativas que visam a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis a partir de um pacto multi-atores para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis.

Nos países de língua portuguesa, desde 2012, a AC-TUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento tem vindo a empreender esforços no sentido de sensibilizar os diferentes atores membros e participantes do Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSANCPLP) para a importância de promover a formulação de propostas SIPAM e implementar os respetivos planos de ação nos países da CPLP, de modo a contribuir para a adoção de políticas que integram o património agrícola nos programas de desenvolvimento, para a utilização sustentável da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados e para a realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas.

PACTO MULTI-ATORES

Instrumento de programação de investimentos no território, construído coletivamente e participativamente pelos diferentes atores, o qual sistematiza as prioridades de intervenção, responsabilidades atribuídas e orçamentos previstos.

OS SIPAM NA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Em consonância com o compromisso assumido em 2018, por ocasião da Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar na CPLP (RANAF), em que os Estados-Membros reconfirmaram e reforçaram o seu compromisso de: “proteger, promover, respeitar e garantir a gestão participativa do acesso e do uso da biodiversidade, dos recursos naturais, da paisagem e dos conhecimentos tradicionais associados, assim como apoiar a preservação ativa dos sistemas agrícolas tradicionais, no contexto da CPLP, foram já classificados e/ou pré-identificados de forma participativa os primeiros sistemas SIPAM em Portugal (Sistema Agro-Silvo Pastoril do Barroso, na região do Alto Tâmega, aprovado em 2018) (Figura 6), Brasil (Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Sul, Minas Gerais, aprovado em 2020), São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Em São Tomé e Príncipe, este processo foi discutido no âmbito da reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANCPLP), em março de 2021. A elaboração da candidatura a SIPAM está já em curso, a partir de um processo participativo, de modo a garantir a apropriação por parte dos diferentes atores relativamente ao próprio plano de ação, peça central da candidatura a SIPAM.

O Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso, integrado no Parque Nacional da Peneda do Gerês, e proposto pela Associação de desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT), é um sistema agrícola em que as árvores e culturas coexistem, com predomínio de explorações agrícolas e pecuárias, ovinos, caprinos e suinocultura, de pequena dimensão, que desempenham um importante papel social na qualidade de vida das agricultoras e agricultores familiares (FAO 2021).



a Créditos: ADRAT - Associação de Desenvolv. da Região do Alto Tâmega



b Créditos: Lima, Vítor

Figura 6. (a) Sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso, Portugal e (b) Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional, Brasil

A preservação dinâmica e a patrimonialização de sistemas agrícolas e alimentares tradicionais a partir da iniciativa SIPAM na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SIPAM-CPLP⁸) confere, assim, a estes sistemas uma proteção adicional e permite o desenvolvimento de estratégias de gestão do território e de sustentabilidade. O objetivo, aliás, é que os respetivos planos de preservação dinâmica constituam núcleos virtuosos de um pacto territorial mais amplo para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, que dialoguem com estratégias de promoção da agricultura biológica no país (em linha com a estratégia da Bio-região).

A ligação da promoção de SIPAM com a promoção do desenvolvimento local e territorial é absolutamente central e tem sido destacada em inúmeras oportunidades, nomeadamente durante o Seminário Internacional SIPAM e ODS na CPLP, apoiado pelo Instituto Camões e co-organizado pela ACTUAR e pelo MSC-CONSAN, que teve lugar no âmbito do FISAS. Neste espaço de discussão, foram consensualizados os elementos centrais para a metodologia de construção e implementação de SIPAM no espaço de língua portuguesa. A partir do reconhecimento do papel crucial das agricultoras e agricultores familiares como guardiães e guardiões do património alimentar e da importância de uma abordagem baseada em direitos, a iniciativa SIPAM-CPLP visa:

- Promover o reconhecimento e consciencialização de agricultores familiares, comunidades locais e instituições locais e nacionais quanto à importância e potencialidades de sistemas de património agrícola e das ameaças que enfrentam;
- identificar mecanismos de mitigação dos riscos de erosão da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, degradação das terras e outras ameaças - a inscrever nos respetivos planos de ação elaborados participativamente em cada território SIPAM proposto;
- Contribuir para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, através da promoção de métodos de produção agrícola sustentáveis;
- Coordenar as ações nacionais, a partir de uma metodologia comum, desenvolvida e consensualizada pelos pontos focais de todos os países da CPLP, com os esforços regionais de desenvolvimento territorial sustentável em curso na região, e que contribuem para a implementação da ESAN-CPLP⁹.

Esta abordagem contribui para garantir a prestação sustentável de múltiplos bens e serviços, segurança alimentar e de subsistência, bem como qualidade de vida para milhões de agricultores e agricultoras familiares. Neste sentido, e como sublinha o ex-Diretor-Geral da FAO, o *“SIPAM é não só um reconhecimento das tecnologias tradicionais mas é um instrumento poderoso de política de desenvolvimento local e territorial”* (Graziano Silva, Diretor Geral da FAO, 2018). Neste sentido, SIPAM e Bio-Regiões podem e devem constituir-se em instrumentos sinérgicos para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis.

2.4.

Diálogo com a promoção de SIPAM para a transição para sistemas alimentares territoriais sustentáveis

Algumas características do modelo Bio-regiões destacadas anteriormente dialogam expressamente com os eixos centrais do modelo SIPAM; desde logo, a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis. Se a Bio-região promove expressamente métodos de produção biológicos ou agroecológicos, a iniciativa SIPAM acolhe métodos de produção sustentáveis, dando a iniciativa SIPAM-CPLP um passo mais, ao preconizar a transição para sistemas alimentares territoriais sustentáveis e agroecológicos.

Apesar de não se centrar na patrimonialização de sistemas agrícolas, a Bio-região promove a valorização de sistemas agrícolas sustentáveis; já o SIPAM, ao promover os sistemas tradicionais e a socio-biodiversidade inerentes, protege tais sistemas a partir da conservação dinâmica dos mesmos. A patrimonialização de sistemas agrícolas SIPAM significa, portanto, o reconhecimento da centralidade destes sistemas complexos, diversos e adaptados localmente a ambientes hostis, sendo resultado de interações contínuas e sinergias consolidadas ao longo de gerações. A sua resiliência tem dependido (e continuará a depender) da sua capacidade de conserva-



8 Iniciativa aprovada por unanimidade dos diferentes atores (governos dos diferentes países de língua portuguesa e mecanismos legalmente constituídos) em junho de 2017, por ocasião da II sessão extraordinária do CONSAN-CPLP, que teve lugar em Brasília - Brasil, tendo sido atribuída a responsabilidade de coordenação desta iniciativa regional ao Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN).

9 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Mais informação disponível em <https://www.fao.org/portugal/parcerias/fao-e-cplp/esan-cplp/pt/>

ção dinâmica, de adaptação aos novos desafios sem perder a sua especificidade e capacidade produtiva. Não se refere, pois, ao passado, mas ao futuro, concentrando as suas forças e as suas especificidades nas populações, nas comunidades tradicionais e nos agricultores familiares, os guardiães desses sistemas de conhecimento sócio-organizacional, económico, cultural e produtivo.

Este elemento diferenciador confere ao SIPAM uma importância central. Efetivamente, ao incidir sobre a preservação dinâmica de sistemas agrícolas em risco, o SIPAM contribui explicitamente para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento rural, através da agregação de valor aos seus produtos de qualidade diferenciada e do fomento da fixação de agricultores e agricultoras familiares como verdadeiros guardiães dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade subjacentes a sistemas agrícolas e alimentares SIPAM que combinam a agrobiodiversidade com ecossistemas resilientes e um valioso património cultural.

Se a Bio-região promove expressamente métodos de produção biológicos ou agroecológicos e a valorização destes produtos e serviços associados, a iniciativa SIPAM preserva os sistemas agrícolas tradicionais e os serviços eco-sistémicos com eles relacionados que são essenciais no médio e longo prazo para a viabilidade da transição agroecológica. O SIPAM aprofunda elementos essenciais para o objetivo e gestão estratégica de uma Bio-região.

De facto, a Bio-região promove a valorização de bens e serviços provenientes de sistemas agrícolas sustentáveis onde, em muitos casos, se inserem sistemas tradicionais ameaçados por diversos fatores (poluição, urbanização, métodos intensivos de produção, desertificação populacional, perda de biodiversidade, mudança climática, transição de dietas entre outros fatores). Estes sistemas são diversos, complexos e resultam de interações contínuas e de sinergias consolidadas ao longo de gerações. A sua resiliência depende da sua capacidade de preservação dinâmica, de adaptação aos novos desafios sem perder a sua especificidade e a sua capacidade produtiva.

A sua patrimonialização numa Bio-região contribui para um maior entendimento das condicionantes e características que influenciam a segurança alimentar e nutricional e os meios de subsistência da população agrícola, biodiversidade existente e serviços associados, sistemas de conhecimento e tecnologias adaptadas, cultura, sistemas de valores e organizações sociais e características da gestão da terra e dos recursos hídricos, todos aspetos importantes para a consolidação da Bio-região.

Dentro do território trabalhado como Bio-região haverá, portanto que identificar os sistemas tradicionais mais importantes e avaliar a seu potencial de patrimonialização enquanto SIPAM. Estes sistemas poderão, assim, constituir “núcleos” de geração de conhecimento, biodiversidade, bens e serviços importantes para toda a Bio-região.

A experiência demonstra que estes “núcleos” são, em muitos casos, fundamentais, por exemplo, num primeiro momento, para a preservação da fertilidade global dos solos numa Bio-região e, portanto, para a transição para modelos de produção biológica ou agroecológica a médio e longo prazo.

O título SIPAM contribui, igualmente, para novas oportunidades económicas que, somadas às conferidas pela marca “Bio-região”, poderão fortalecer a fixação da população e a redução da desertificação rural. Assumem particular importância os guardiões e guardiãs, ou seja, os agricultores e agricultoras¹⁰ que protegem e promovem estes sistemas de importância reconhecida. O turismo é um exemplo. Efetivamente, o interesse crescente por turismo em espaços rurais (potenciado inclusive pela própria pandemia vivenciada no passado recente) valoriza-se através das tradições agrícolas e alimentares e do reconhecimento dos seus significados histórico e cultural.

Finalmente, vale a pena destacar que ambos os modelos (Bio-regiões e SIPAM) visam a promoção de mecanismos de governança horizontais, resultantes de estratégias *bottom-up* (“de baixo para cima”), para a operacionalização e manutenção das estratégias de desenvolvimento no território. Assim, a partir de planos de ação multi-atores, em ambos os casos, são constituídos pactos territoriais para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis, que dialogam com estratégias de promoção da agricultura biológica no país, em conformidade com os compromissos assumidos internacionalmente.



10 A salvaguarda das paisagens agrícolas consideradas e a considerar como Património é, na maioria dos casos, assegurada por agricultores familiares, que gerem explorações de pequena dimensão, essencialmente com base em mão-de-obra familiar não assalariada e cujo saber se transmite de geração em geração. Quase 90% das explorações agrícolas no mundo são de agricultura familiar, produzem cerca de 70% dos alimentos consumidos e garantem o sustento de 40% das famílias (FAO 2014). Em Portugal, cerca de 96% das explorações são familiares, ocupam 67% da Superfície Agrícola Utilizada do continente, representam 38% da população residente em meio rural e 25% do emprego regional (INE 2016).

Este elemento foi sublinhado pelos parceiros do projeto *Bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais*, inclusive no quadro da discussão e negociação do Plano Estratégico para a Política Agrícola Comum (PEPAC). Nessa oportunidade, os parceiros do projeto contribuíram ativamente para a formulação e consensualização das seguintes propostas e recomendações prioritárias a considerar no Plano Estratégico:

- O Plano de Ação para o desenvolvimento da produção biológica aprovado em março de 2021 pela Comissão Europeia reconhece o papel das Bio-regiões e convida os Estados-Membros a apoiarem o seu desenvolvimento e implementação. Assim, o PEPAC deve contemplar as Bio-regiões face ao seu contributo para a promoção dos territórios, a partir do reconhecimento e apoio explícito a novos processos piloto e a medidas para a implementação e consolidação dos planos de ação correspondentes.
- O conceito de paisagem assume cada vez mais um papel central na multifuncionalidade que a sociedade espera, hoje, da agricultura e da floresta, conforme sublinhado na proposta de Plano Estratégico da PAC 2021-2027 (dezembro 2020). Assim, o PEPAC deverá explicitamente reconhecer e apoiar processos de preservação dinâmica de paisagens agrícolas tradicionais, particularmente estruturados em processos de candidatura a Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM) e implementação dos planos de ação correspondentes com foco na proteção dos valores ambientais, culturais e paisagísticos de tais sistemas e assentes na sustentabilidade das comunidades rurais.
- O PEPAC deverá explicitamente apoiar e reforçar mecanismos e espaços de articulação locais e nacionais, multi-setoriais e multi-atores, onde futuros planos de ação para Bio-regiões e para SIPAM deverão ser discutidos, formulados, aprovados e monitorados, em conformidade com os resultados do Manual desenvolvido no âmbito do projeto Bio-regiões: uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais.
(Fonte: Síntese final do Webinar “Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais em Portugal. Contributos para a Reforma da PEPAC” (ANIMAR, junho de 2021). Tema 3 - o papel das Bio-regiões na sustentabilidade dos territórios).

De referir ainda que políticas e ações específicas para apoiar a agricultura familiar terão, necessariamente, de estar inscritas nos planos de ação correspondentes a qualquer SIPAM e Bio-região, os quais deverão ser construídos com a participação dos diferentes atores relevantes, incluindo, evidentemente, as agricultoras e os agricultores guardiões de tais paisagens alimentares.

Neste sentido, cinco eixos merecem centralidade na promoção de SIPAM como estratégia de desenvolvimento local e territorial: i) agricultores e agricultoras familiares como verdadeiros guardiões dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e cultura alimentar; ii) mecanismos de governança multi-atores; iii) análise de sistemas agrários, tendo em consideração análise de relações de poder e de género; iv) sistemas de produção sustentáveis, de transição agroecológica; v) monitoramento da implementação.

No seio do debate público, equaciona-se, hoje e de modo sistemático, a necessidade urgente de tomar consciência de que os recursos naturais são finitos e que é urgente fazer escolhas sustentáveis, em particular ao nível da alimentação, e que não comprometam as gerações futuras. Para ajudar a alcançar este objetivo, importa, pois, assegurar uma alimentação e nutrição adequada e acessíveis a todos os seres humanos e gerir os recursos naturais utilizados de forma a respeitar o ecossistema. No âmbito dos SIPAM, as comunidades locais assumem o controlo sobre a produção alimentar e devem ter acesso equitativo aos recursos (Arnés García e Santivañez 2021). Deste modo, estes modelos de desenvolvimento dos territórios contribuem para os seguintes objetivos (FAO 2014): i) ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição; ii) tornar a agricultura, a silvicultura e a pesca mais produtivas e sustentáveis; iii) reduzir a pobreza rural; iv) permitir sistemas agrícolas e alimentares inclusivos e eficientes; e v) aumentar a resiliência dos meios de subsistência a desastres.

Um sistema agrícola e alimentar sustentável deve englobar um conjunto de atores e respetivas atividades envolvidas na produção, agregação, processamento, distribuição, consumo e disponibilidade de alimentos, e ser capaz de garantir a segurança alimentar e nutrição sem comprometer a dimensão económica, ambiental e social para as gerações futuras. Os modelos da Bio-regiões e SIPAM são, assim, promotores de sistemas alimentares sustentáveis, uma vez que no conjunto de critérios subjacentes ao seu reconhecimento surge o contributo para a segurança alimentar das comunidades locais, com base em sistemas de produção sustentáveis, de transição agroecológica, construídos e geridos numa ótica participada e assegurando igual acesso a todos os intervenientes.

3

Análise territorial das Bio-regiões portuguesas

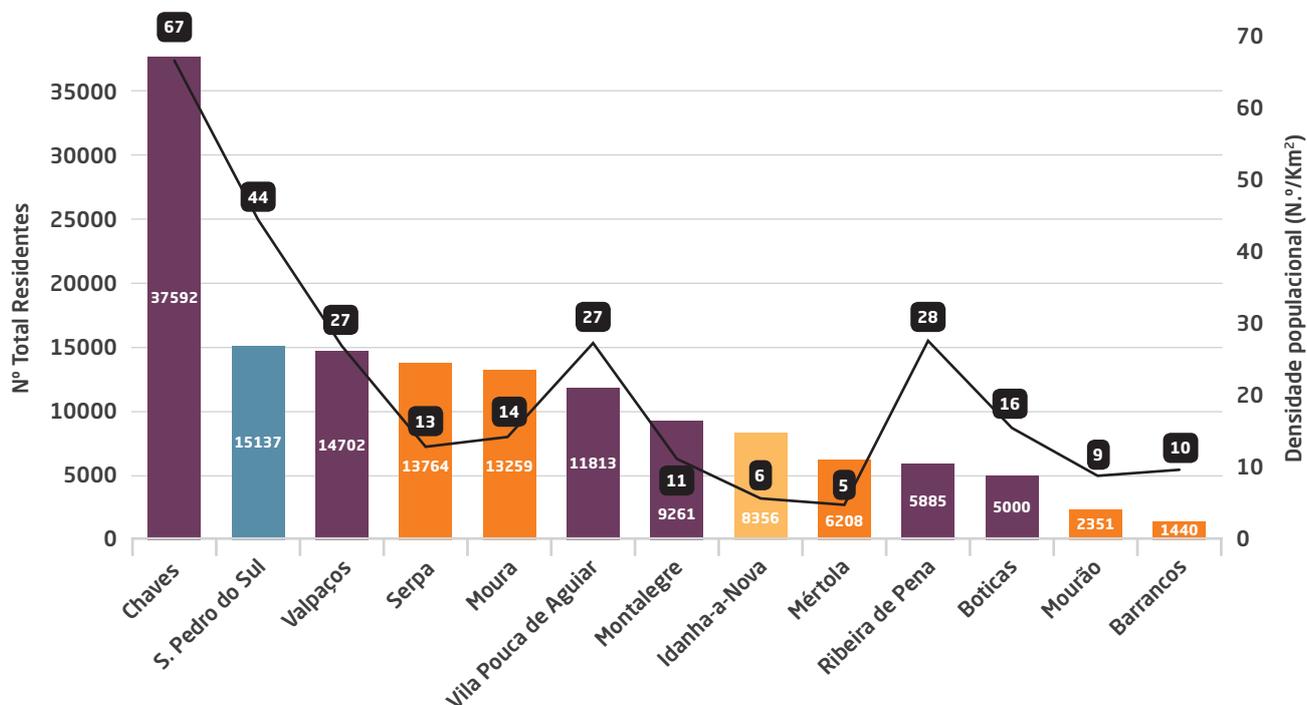
O presente capítulo tem como principal objetivo caracterizar territorialmente as Bio-regiões reconhecidas pela Rede Internacional das Bio-regiões (INNER), baseando-se nos dados do último recenseamento agrícola do INE (2019) e nos dados da agricultura biológica da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), referentes ao ano de 2020.

3.1.

População e principais setores de atividade

3.1.1. População

Na figura 7 encontram-se ilustradas quatro Bio-regiões (Alto Tâmega, São Pedro do Sul, Idanha-a-Nova e Margem Esquerda do Guadiana) relativamente ao nº de residentes e densidade populacional. Em termos gerais, verifica-se que a densidade populacional é relativamente baixa em todas as Bio-regiões, com valores abaixo de 50 habitantes por Km², destacando-se Idanha-a-Nova com o menor valor, com uma densidade de 6 habitantes por Km² e o Alto Tâmega com o maior valor, apresentando uma densidade acima dos 50 habitantes por Km² no concelho de Chaves.

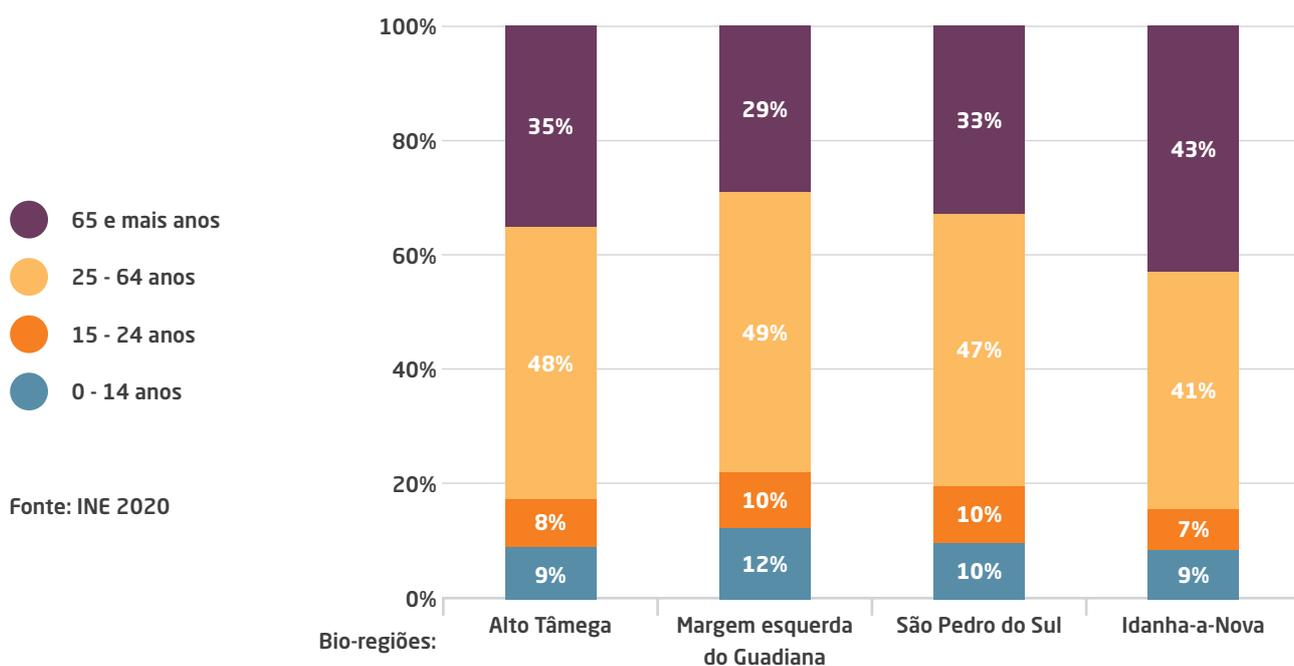


Bio-Regiões: Alto Tâmega Idanha-a-Nova Margem Esquerda do Guadiana
 São Pedro do Sul - Densidade populacional (N.º/km²)

Fonte: INE 2020

Figura 7 Nº de residentes e densidade populacional (N.º/ km²) distribuídas por Bio-região e respetivos concelhos

Na figura 8 está representada a distribuição percentual por grupo etário da população que faz parte das quatro Bio-regiões. O grupo etário predominante situa-se entre os 25- 64 anos no Alto Tâmega, Margem Esquerda do Guadiana e São Pedro do Sul, com valores muito próximos, oscilando entre os 47% e 49%. Em Idanha-a-Nova, a faixa predominante de idade é de 65 e mais anos, representando 43% da população, enquanto a faixa etária entre os 25-65 anos representa 41%. As idades compreendidas entre os 15 e 24 anos apresentam uma percentagem baixa da população nas quatro Bio-regiões, variando entre os 8% e 10%, evidenciando territórios pouco rejuvenescidos.

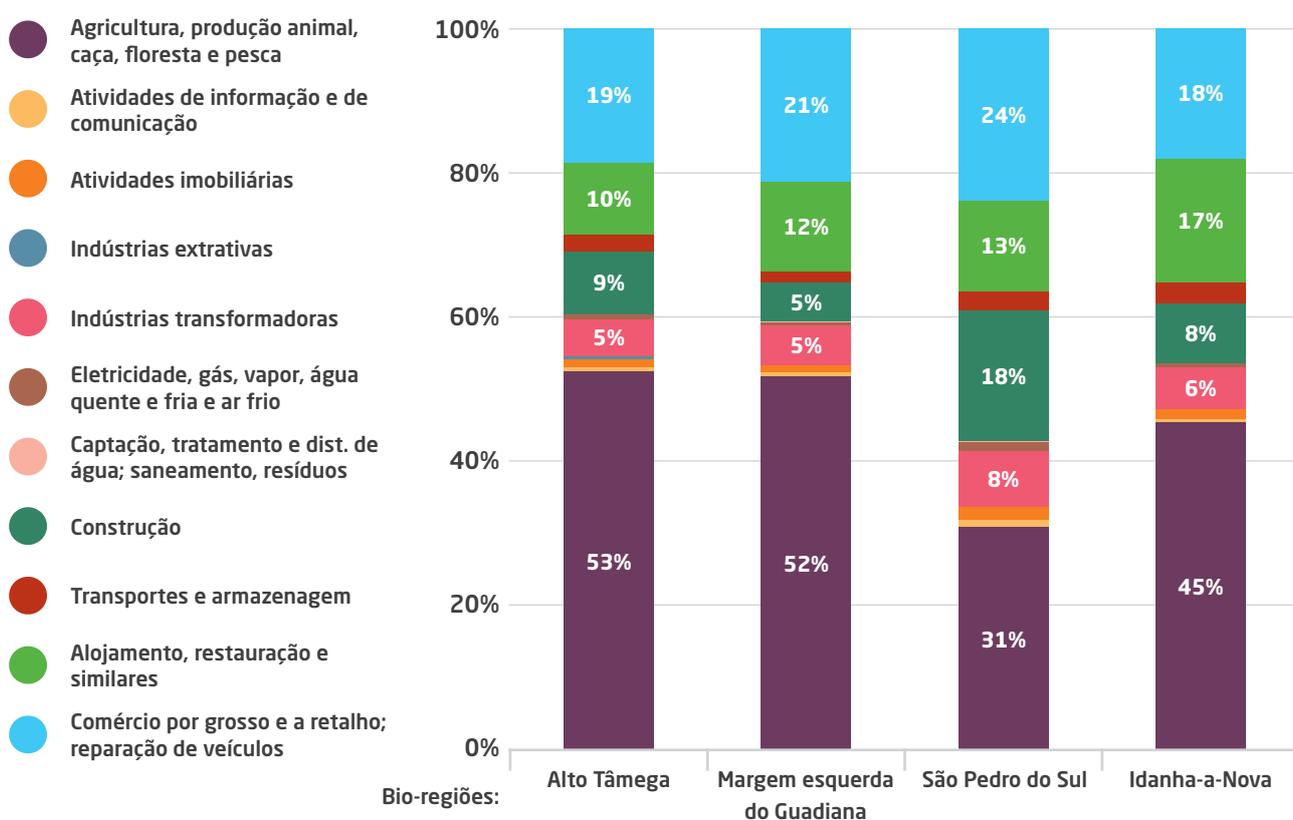


Fonte: INE 2020

Figura 8 População por grupo etário e Bio-região

3.1.2. Setores de atividade

Na figura 9 está representada a distribuição percentual do número de empresas por atividade económica. A atividade da “agricultura, animal, caça, floresta e pesca” é a predominante nas quatro Bio-regiões, representando mais de 50% no Alto Tâmega e Margem Esquerda do Guadiana, enquanto que em São Pedro do Sul este setor apresenta o valor mais baixo (31%). O segundo setor económico mais representativo nas quatro Bio-regiões é o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos”, com valores mais altos em São Pedro do Sul (24%) e na Margem Esquerda do Guadiana (21%). No geral, o terceiro lugar destaca-se em quase todas as Bio-regiões, no setor do “Alojamento, restauração e similares”, com valores mais altos em Idanha-a-Nova (17%). Na Bio-região de São Pedro do Sul, o terceiro lugar é ocupado pela atividade da “Construção”, com 18% e o “Alojamento, restauração e similares” aparece em quarto lugar com 13%.



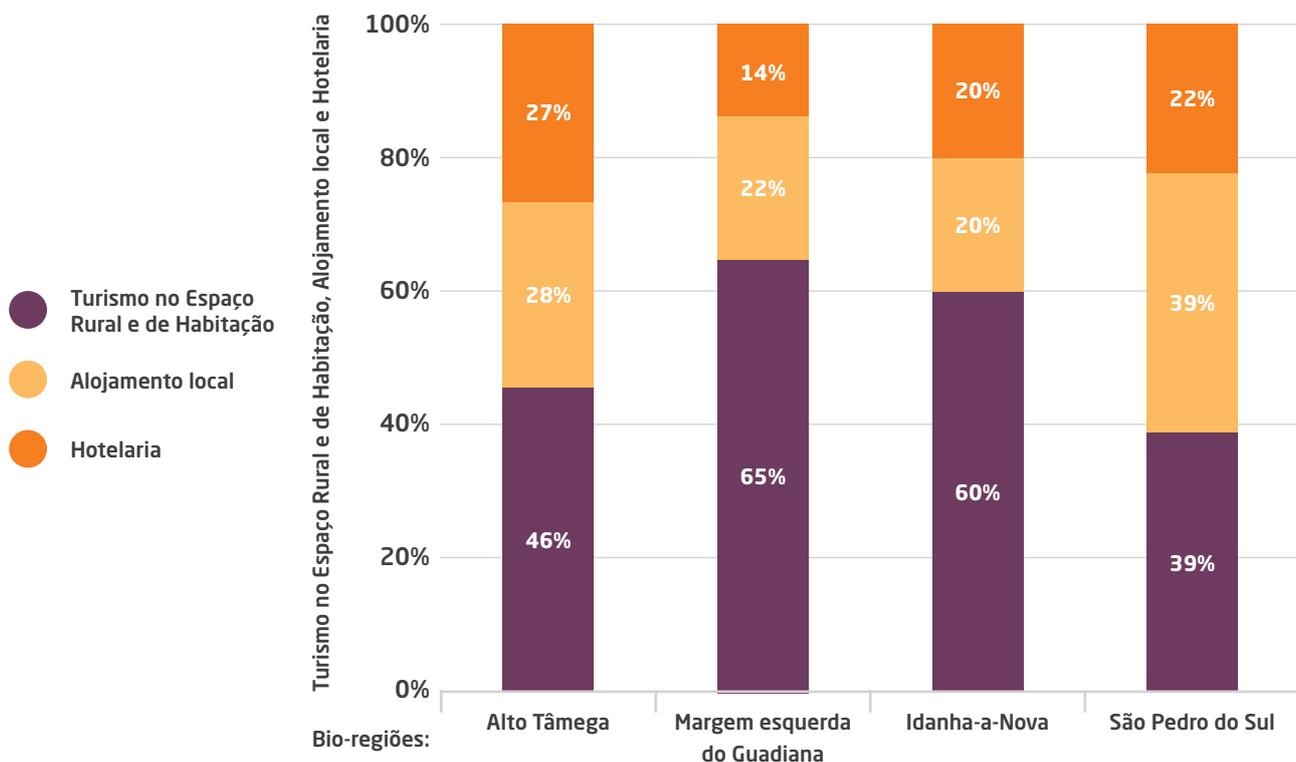
Fonte: INE 2020

Figura 9 Empresas por atividade económica distribuídas Bio-região

3.1.3. Turismo

Na figura 10 está representada por Bio-região, a distribuição percentual dos alojamentos turísticos por tipologia. O “Turismo no espaço rural e de habitação” é o predominante, destacando-se a Margem Esquerda do Guadiana com 65% e Idanha-a-Nova com 60%. Em São Pedro do Sul este tipo de turismo apresenta igual valor (39%) com o turismo “Alojamento Local”.

A hotelaria apresenta a percentagem mais baixa na Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana, com um valor de 14%.



Fonte: INE 2020

Figura 10 Distribuição do tipo alojamento turístico por Bio-região

3.2

Ambiente

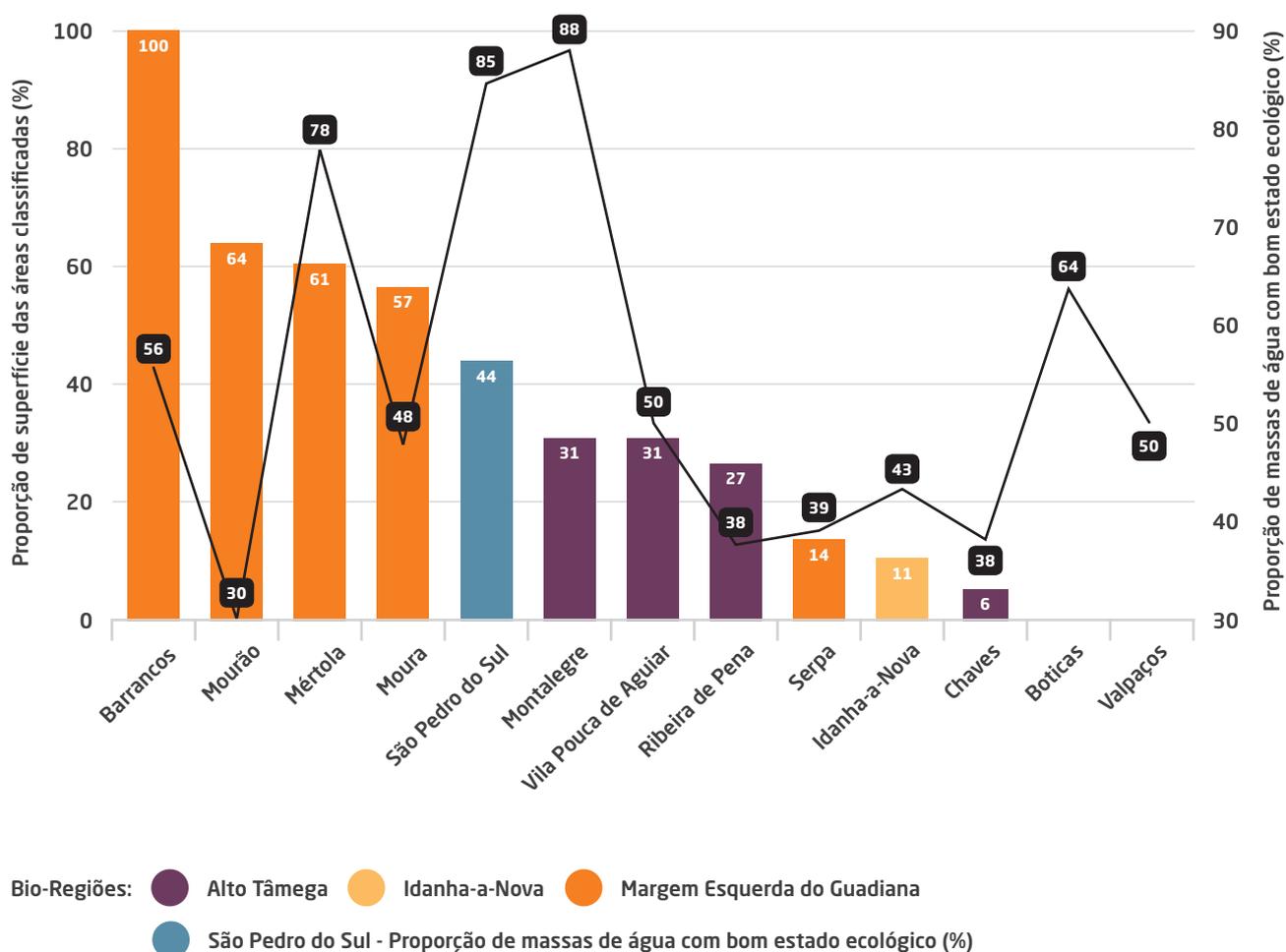
Na figura 11, encontram-se ilustradas por Bio-região, as percentagens de área dos sítios da Rede Natura 2000, das zonas de proteção especial e das áreas protegidas, que no conjunto representam as “áreas classificadas” (eixo-x do lado esquerdo), e a percentagem de “massas de água com bom estado/ potencial ecológico” ** (eixo-x do lado direito).

A Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana apresenta em quase todos os concelhos, com exceção de Serpa, uma percentagem superior a 50 % do território com áreas classificadas, chegando a 100% em Barrancos. No que respeita à qualidade das “massas de água com bom estado/potencial ecológico”, a percentagem varia entre os 30% e 78%, com a percentagem mais elevada em Mértola e a mais baixa em Mourão.

A Bio-região de São Pedro do Sul apresenta uma percentagem elevada da qualidade das “massas de água em bom estado/potencial ecológico”, situando-se nos 85%, verificando-se também que 44% do território está ocupado com “áreas classificadas”.

A Bio-região do Alto Tâmega destaca-se pela percentagem elevada da qualidade das “massas de água em bom estado/potencial ecológico” no concelho de Montalegre com um valor de 88%. Relativamente às “áreas classificadas”, nos concelhos de Boticas e Valpaços não existem áreas classificadas na Rede Natura 2000, zonas de proteção especial e áreas protegidas. Nos outros concelhos que fazem parte desta Bio-região, verifica-se o maior valor de “áreas classificadas” em Vila Pouca de Aguiar, com 50% e o mais baixo em Chaves com 6%.

A Bio-região de Idanha-a-Nova apresenta 11% do território com “áreas classificadas”; No que respeita às “massas de água com bom estado/potencial ecológico”, o valor é de 43%.



Fonte: INE 2020

Figura 11 Proporção de superfície das áreas classificadas e massas de água com bom estado/ potencial ecológico (%) por Bio-região (concelho)

3.3 Superfície agrícola utilizada (SAU) e superfície biológica

3.3.1. Ocupação cultural da SAU

Na figura 12 está representada a proporção das principais ocupações culturais da SAU por Bio-região. A ocupação cultural predominante em todas as Bio-regiões são as pastagens permanentes, representando 77% da área agrícola utilizada em Idanha-a-Nova, 62% no Alto Tâmega e 52% na Margem Esquerda do Guadiana. A SAU da Bio-região de São Pedro do Sul é a que apresenta maior percentagem de área com terras aráveis, assim como a maior percentagem de hortas familiares (3%), quando comparada com as outras Bio-regiões.



** Correspondem às águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de águas artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Excluem-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais, e as águas das zonas de transição tais como pântanos salobros, lagoas e estuários). São massas de água com classificação de 'Bom' ou 'Excelente'.

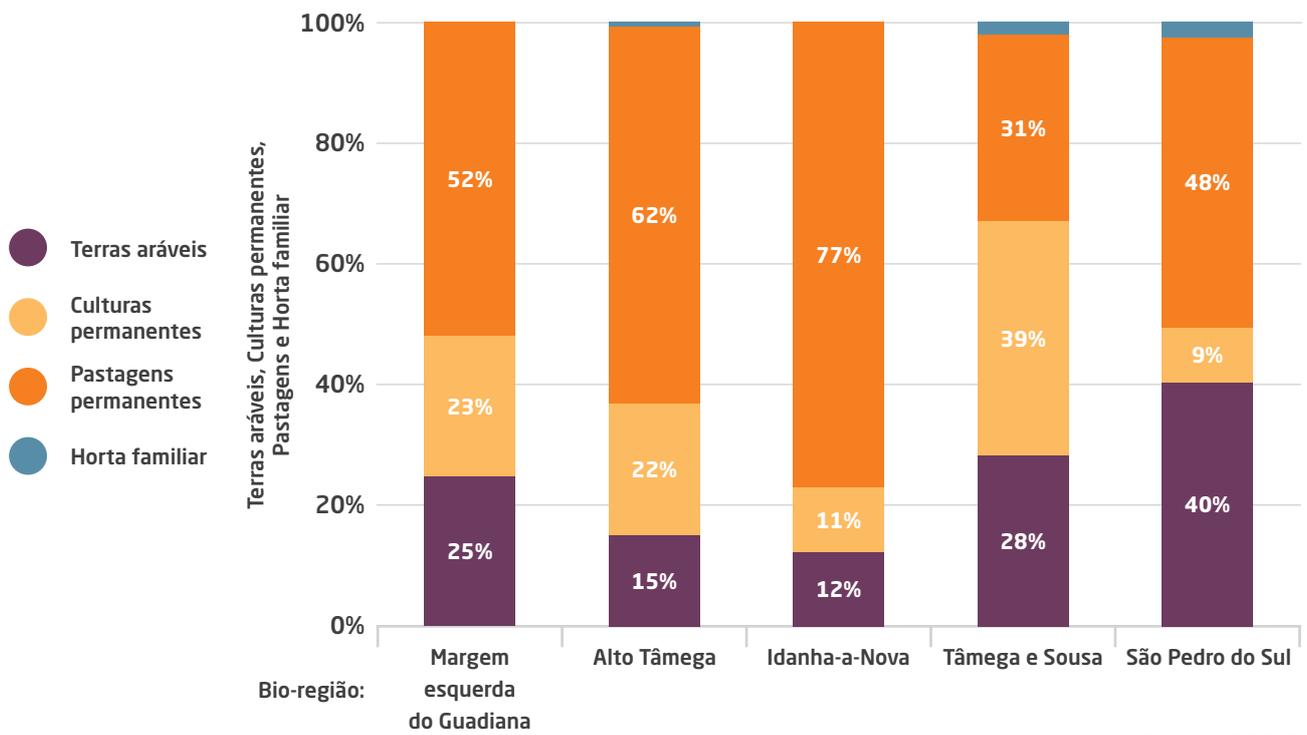


Figura 12 Proporção de ocupação das principais culturas da SAU por Bio-região

3.3.2. SAU com agricultura biológica

Na figura 13 está representada a proporção da SAU com agricultura biológica por Bio-região. Idanha-a-Nova destaca-se das outras Bio-regiões, apresentando 20% da SAU com agricultura biológica, a Margem Esquerda do Guadiana 5%, enquanto no Alto Tâmega a área de agricultura biológica representa 1% da SAU e em São Pedro do Sul 2%.

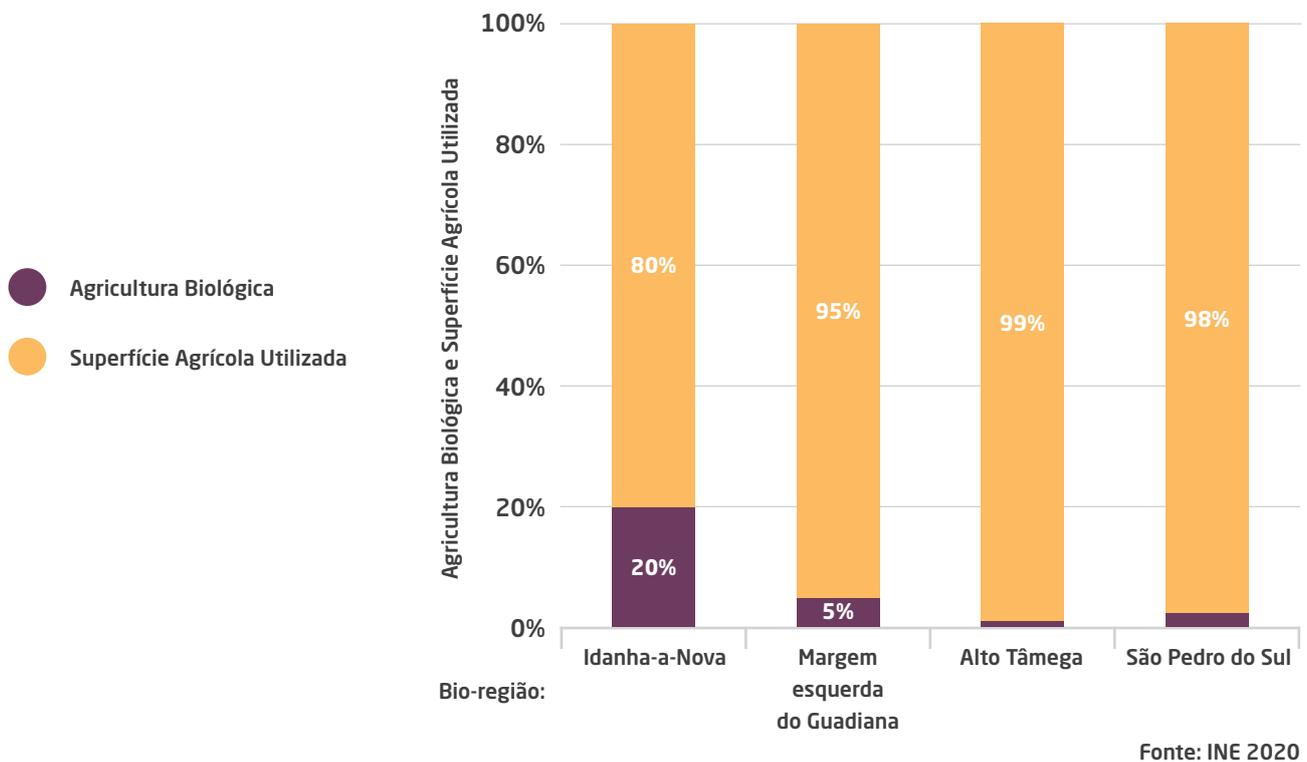
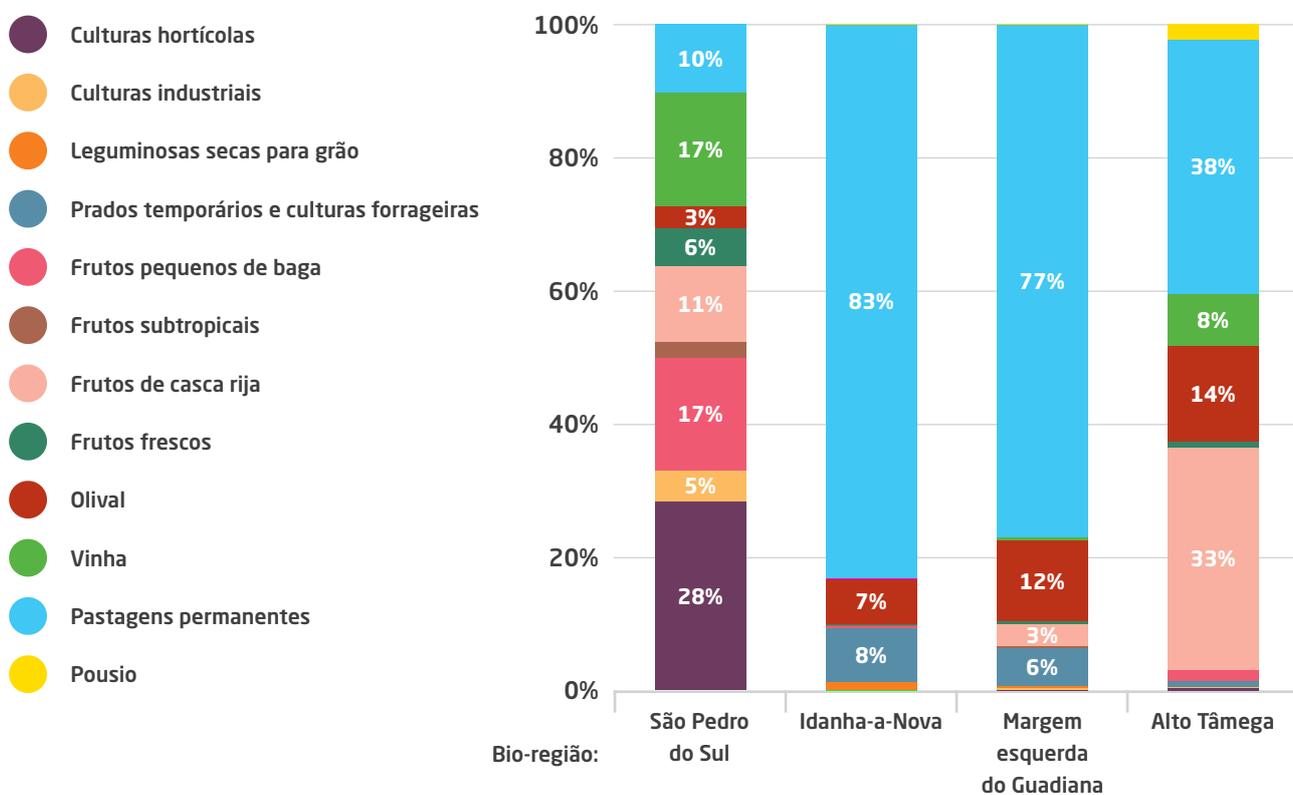


Figura 13 SAU com agricultura biológica por Bio-região

3.3.3. Culturas em agricultura biológica

Na figura 14 estão representadas as percentagens de área em agricultura biológica por cultura. Nas Bio-regiões de Idanha-a-Nova e Margem Esquerda do Guadiana, destacam-se as pastagens permanentes, representando respetivamente 83% e 77% da área em agricultura biológica. Na Bio-região de São Pedro do Sul, destacam-se as culturas hortícolas em maior percentagem, ocupando 28% da área em agricultura biológica, os frutos de pequena baga e a vinha, representam a segunda ocupação predominante, representando 17% cada cultura. Na Bio-região do Alto Tâmega as ocupações culturais em agricultura biológica que predominam são as pastagens permanentes (38%) e frutos de casca rija (33%).



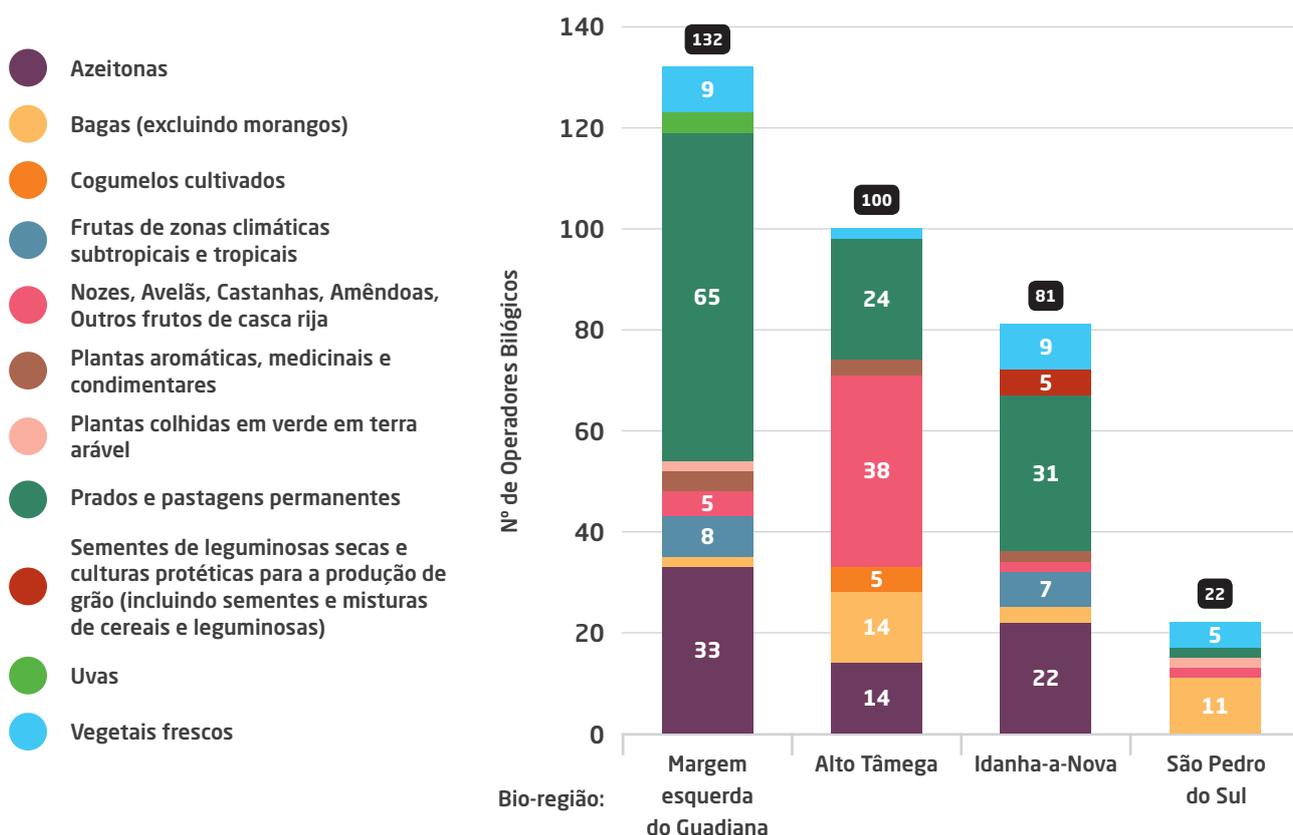
Fonte: INE 2020

Figura 14 Principais culturas de agricultura biológica por Bio-região

3.4.1. Operadores biológicos de produção vegetal

Na figura 15 estão representados por, Bio-região, os operadores biológicos que se dedicam à produção vegetal.

Na Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana predominam os operadores com prados e pastagens permanentes em agricultura biológica (65 operadores), os operadores que se dedicam à produção de azeitonas biológicas aparecem em segundo lugar (33 operadores), e em terceiro lugar aparecem os operadores ligados à produção biológica de vegetais frescos (9 operadores). Na Bio-região de Idanha-a-Nova também predominam os operadores biológicos com prados e pastagens permanentes (31 operadores), em segundo lugar surgem os operadores que se dedicam à produção de azeitonas biológicas (22 operadores), e em terceiro lugar os operadores ligados à produção biológica de vegetais frescos (9 operadores). Na Bio-região do Alto Tâmega dominam os operadores biológicos ligados à produção de frutos de casca rija (38 operadores), enquanto que na Bio-região de São Pedro do Sul destacam-se os frutos de pequena baga com o maior número de operadores biológicos (11 operadores).



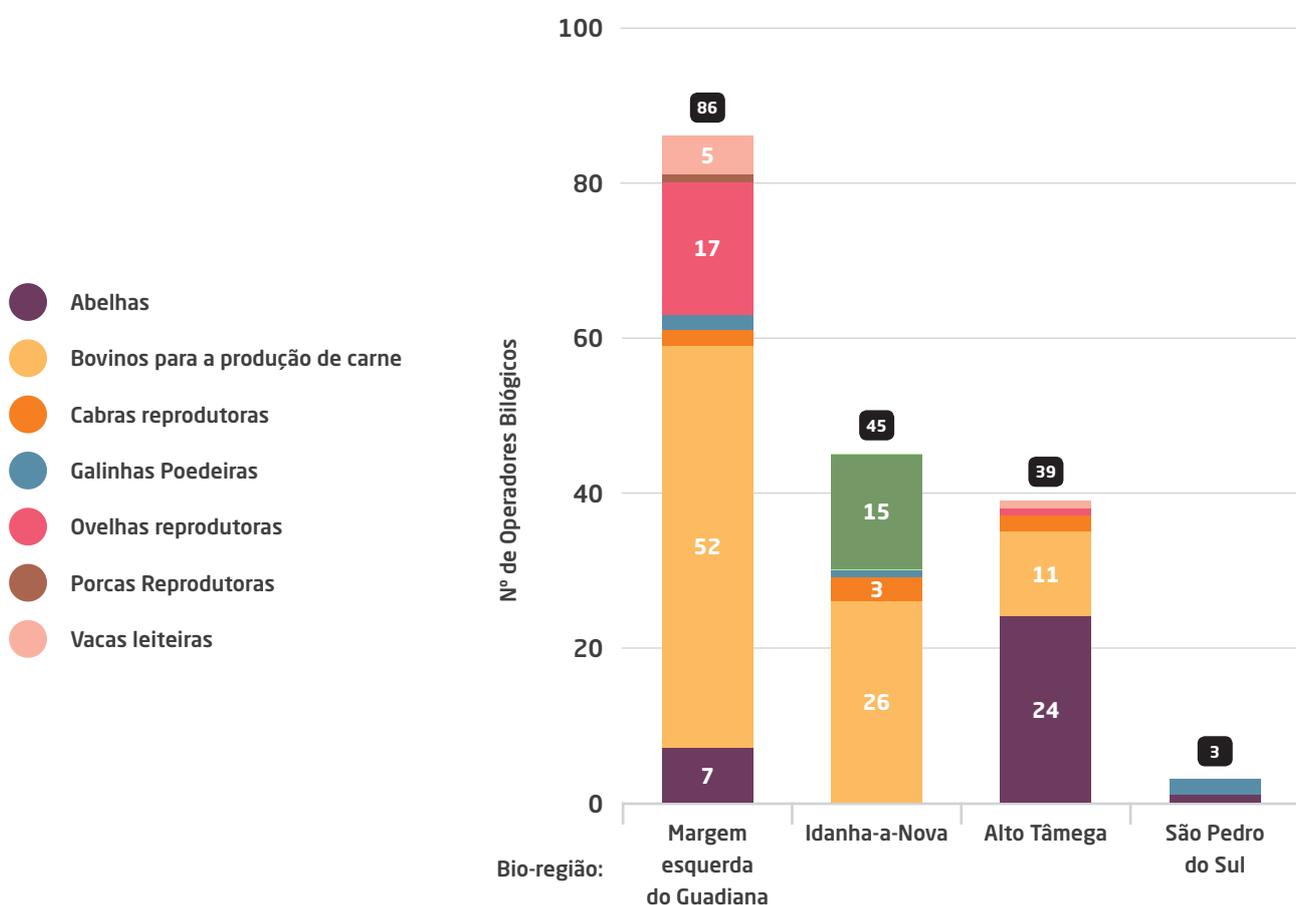
Fonte: Dados DGADR 2020

Figura 15 N° de operadores biológicos (produção vegetal)

3.4.2. Operadores biológicos de produção animal

Na figura 16 estão representados por Bio-região os operadores biológicos que se dedicam à produção animal.

Nas Bio-regiões da Margem Esquerda do Guadiana e de Idanha-a-Nova predominam os operadores biológicos que se dedicam à criação de bovinos para a produção de carne, situando-se nos 52 e 26 operadores respetivamente. Em segundo lugar aparecem nestas Bio-regiões os operadores biológicos ligados à produção de ovelhas reprodutoras, com 17 operadores na Margem Esquerda do Guadiana e 15 operadores em Idanha-a-Nova. Na Bio-região do Alto Tâmega dominam os operadores biológicos ligados à apicultura (24 operadores), enquanto na Bio-região de São Pedro do Sul apenas existem 3 operadores ligados à produção animal biológica, em que 2 estão ligados à produção de ovos biológicos (galinhas poedeiras) e um apicultor.

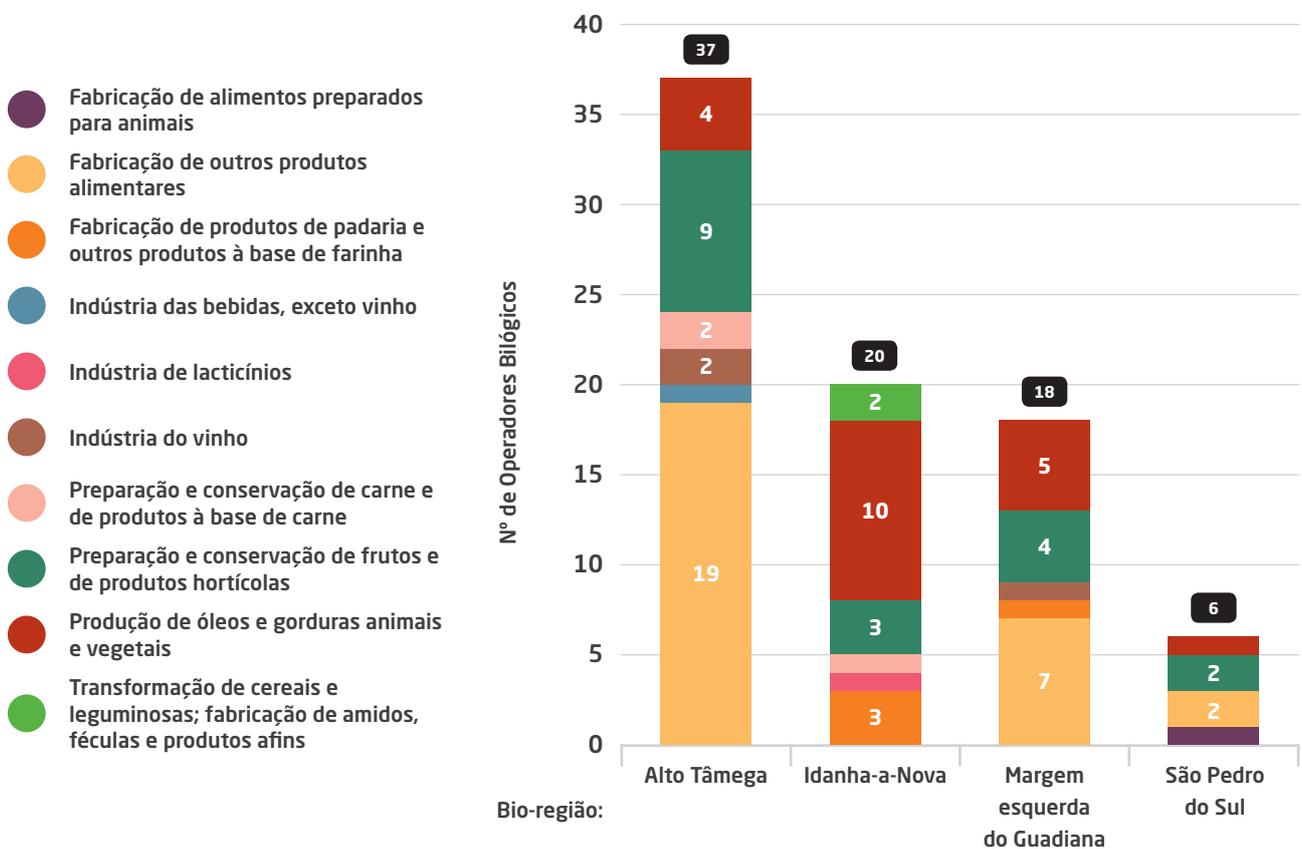


Fonte: Dados DGADR 2020

Figura 16 N° de operadores biológicos (produção animal)

Na figura 17 estão representados por Bio-região, os preparadores de alimentos biológicos*** de diferentes produtos/alimentos.

Na Bio-região do Alto Tâmega, os preparadores de alimentos biológicos ligados à produção de outros alimentos são os predominantes (19 preparadores), verificando-se ainda que os preparadores ligados à conservação de frutos e de produtos hortícolas aparecem em segundo lugar (9 preparadores). Na Bio-região de Idanha-a-Nova predominam os preparadores ligados à produção de óleos e gorduras animais e vegetais (10 preparadores), enquanto os preparadores ligados à fabricação de produtos de padaria (3 preparadores) e à conservação de frutos e de produtos hortícolas (3 preparadores), aparecem em segundo lugar. Na Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana predominam os preparadores ligados à produção de outros alimentos (7), destacando-se ainda os preparadores ligados à produção de óleos e gorduras animais e vegetais (5 preparadores) e à conservação de frutos e de produtos hortícolas (4 preparadores). Na Bio-região de São Pedro do Sul existem 6 preparadores, ligados à conservação de frutos e de produtos hortícolas e produção de outros alimentos.



Fonte: Dados DGADR 2020

Figura 17 N° de Preparadores de alimentos biológicos



*** Definição de preparadores de alimentos biológicos: Operador que:

- Adquire matérias primas agrícolas, transforma e comercializa produtos acabados ou semi-acabados;
- Adquire alimentos biológicos, muda as embalagens e vende-os reacondicionados (a transformação aqui é limitada à mudança de embalagens);
- Utiliza as matérias primas cedidas pelos seus clientes na produção de alimentos biológicos;
- Adquire produtos pré-embalados e vende esses produtos sob o seu próprio nome, sem modificação do produto ou embalagem, e sem que o nome da empresa produtora apareça na embalagem.

As quatro Bio-regiões apresentam características muito semelhantes entre si, nomeadamente no que respeita à densidade populacional, setor de atividade, tipo de alojamento turístico e qualidade ambiental. Nestes territórios existe uma percentagem considerável de áreas classificadas e massas de água com bom estado/ potencial ecológico, o que confere a estas regiões um grande potencial para produção de alimentos de grande qualidade.

Pela análise da figura 7, verifica-se que a densidade populacional é relativamente baixa (inferior a 50 hab/Km²) nas quatro Bio-regiões, acompanhada por uma percentagem considerável de população mais envelhecida, o que vai tornando estes territórios mais suscetíveis à desertificação e despovoamento. Verifica-se ainda que a classe etária predominante nas Bio-regiões está entre os 25-65 anos, correspondendo a uma população apta a exercer uma atividade económica. A actividade agrícola e produção animal é a predominante nas quatro Bio-regiões, o que torna estas atividades significativas, destacando-se outros setores de atividade, nomeadamente o alojamento e restauração, com predomínio do alojamento em espaço rural (figura 10).

A produção biológica continua a ser um grande desafio das Bio-regiões, apresentando um grande potencial de crescimento. Na Bio-região de Idanha-a-Nova e Margem Esquerda do Guadiana, a produção de carne de bovinos/ovinos e azeite/azeitonas em agricultura biológica, destaca-se em relações às outras produções biológicas, verificando-se ainda que estes territórios apresentam como ocupação cultural dominante as pastagens permanentes. Enquanto na Bio-região de São Pedro Sul a produção biológica predominante é de hortícolas, salientando-se que estas culturas, sendo de regadio, estão inseridas num território que tem 85% massas de água com bom estado/ potencial ecológico. A Bio-região do Alto Tâmega destaca-se na produção biológica de frutos de casca rija e produção de carne de bovinos aliada à apicultura.

4

Primeira Bio-região de Portugal

Idanha-a-Nova

Em fevereiro de 2018, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento efetivaram a adesão do concelho à Rede Internacional das Bio-Regiões, com o principal objetivo trabalhar e promover as potencialidades do território de uma forma diferenciadora e sustentável. Neste sentido, a promoção dos produtos biológicos converge com a promoção desta região e das suas particularidades com vista ao desenvolvimento das suas capacidades económicas, sociais e culturais. Hoje, Idanha-a-Nova é uma Bio-região, fruto de um território rural que visa um progresso baseado na sustentabilidade, na valorização da qualidade, sempre atento às políticas europeias e às tendências de produção e consumo mundiais.

4.1

O território

Idanha-a-Nova é um território rural localizado no interior centro de Portugal, no distrito de Castelo Branco, no limiar da fronteira com Espanha. É o quarto município mais extenso de Portugal com cerca de

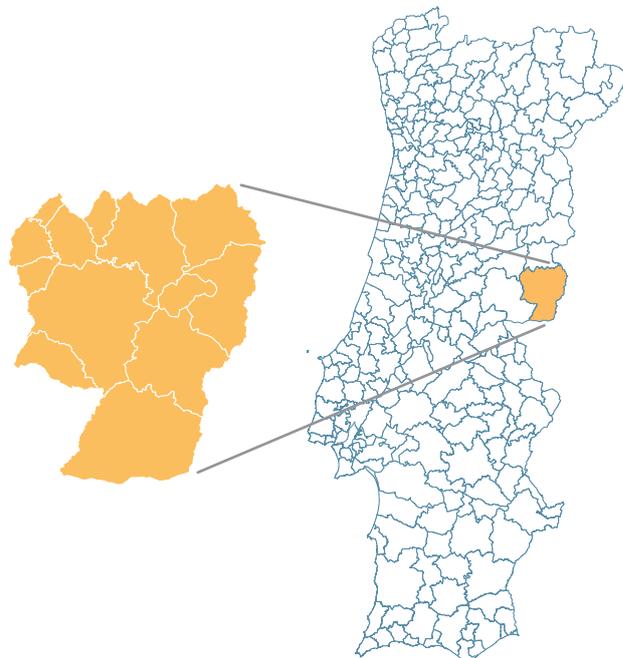


Figura 18

Idanha-a-Nova, um território rural no interior centro de Portugal (distrito de Castelo Branco), no limiar da fronteira com Espanha

O presente capítulo inclui informação apresentada nos documentos: Du61630? Díaz A.H. & Dias J. 2020. Diagnóstico Territorial Rápido Sistemas Alimentares - Idanha-a-Nova. Idanha-a-Nova: ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, 44pp. Du61630? Reis C., Lourenço F. & Freitas S. 2019. Plano de Ação Estratégico para a Biorregião de Idanha-a-Nova. Idanha-a-Nova: Município de Idanha-a-Nova, 89pp.

1.416 Km, dividido em 13 freguesias e com uma população de 8.340 habitantes (INE 2021). Entre a fronteira a este, e os concelhos de Penamacor, Castelo Branco e Fundão a norte, oeste e noroeste, respetivamente, Idanha-a-Nova está equidistante entre Lisboa e Madrid (Reis et al. 2019). Relativamente a estes dois importantes centros populacionais (Lisboa e Madrid), existem boas vias de comunicação viária e digital, o que se apresenta como uma oportunidade, quer pela proximidade que proporciona no acesso a grandes mercados de consumo, quer pela distância que permite preservar a sua ruralidade, tradição e património histórico. Estes fatores têm estado na génese das estratégias de inovação e desenvolvimento desta região.

De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2019, a superfície agrícola utilizada representa cerca de 62,2% da superfície total do Município com um aumento de 5,6% face a 2009 (Tabela 2).

Ano	Superfície total (ha)	Superfície Agrícola Utilizada - SAU (ha)	Percentagem de SAU em relação à superfície total
2009	141.600	80.156	56,6%
2019	141.600	88.078	62,2%

Tabela 2 Evolução da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e Superfície Total do Município de Idanha-a-Nova entre 2009 e 2019. Fonte: INE, 2021

O património natural de Idanha é marcado por ambientes bioclimáticos e paisagísticos do mediterrâneo, com uma conformação geológica antiga e um ambiente climático mediterrânico de chuvas sazonais, invernos amenos e frescos e verões curtos, secos e quentes. As áreas no sul do concelho apresentam cotas mais baixas, marcadas pela bacia hidrográfica do rio Tejo, cujos principais afluentes são o rio Erges e o rio Ponsul, que por sua vez possuem vários afluentes como as ribeiras do Aravil, Toullica, Arades e Gavião. Nas áreas a norte encontram-se a cotas mais altas e são, predominantemente, caracterizadas por relevos rochosos como o cabeço granítico de Monsanto (com 763 metros de altitude) e as cristas quartzíticas de Penha Garcia (serras do Ramiro, do Medro-nhal e da Gorda, com altitudes entre os 700 e os 830 metros).¹¹

Segundo Diaz and Dias 2020, a “Zona de sequeiro” apresenta com acesso limitado, ou sem acesso, a água para a agricultura e distribui-se por uma geografia em forma de ferradura que abrange o norte, este e sul, que inclui a quase totalidade dos centros urbanos e que tem vindo a perder população a uma taxa acentuada.

É na Sub-zona de Sequeiro Norte que se encontra a maior parte da população do concelho (cerca de 60%) e maior intensidade de infraestruturas de alimentação e hospedagem turística. As produções mais relevantes são a floresta de eucalipto para a indústria de papel, olival com pastoreio ovina e/ou caprina e áreas de pastagem para bovinos, sempre em sistema de sequeiro. O olival, essencialmente composto por variedades tradicionais adaptadas ao sequeiro, inclui árvores bastante antigas (entre 100 e 500 anos), contribuindo para a obtenção de azeite com características únicas (Diaz and Dias 2020).

A Sub-zona de Sequeiro Oeste e Sudeste conta apenas com um aglomerado populacional - Rosmaninhal e enfrenta a maior taxa de despovoamento. A Este, junto à fronteira com Espanha, encontra-se algumas iniciativas de turismo ambiental, rural e histórico. No Centro Oeste, surgem áreas de floresta de azinheira e pinheiro manso e esporádicas explorações fruteiras (maçã, pera, laranja, figo). A sul, o olival e a floresta de eucalipto são dominantes. No Parque Natural do Tejo (sudeste, sul e sudoeste da sub-zona) existem algumas restrições ao desenvolvimento produtivo agroalimentar, por se tratar de uma área protegida (proteção da riqueza natural que alberga as arribas do Tejo, biótopos meridionais como as zonas de montado de sobre e azinho e estepes cerealíferas, espécies da flora e da fauna), que constitui ao mesmo tempo um conjunto de oportunidades para a atividade de turismo ambiental e conservação e recolha de espécies aromáticas e medicinais (Diaz and Dias 2020).



11 Delimitação da ARU de Toulões_Vfinal.pdf (cm-idanhanova.pt)

A “Zona de campina e regadio”, conhecida como a Campina ou Campanha da Idanha, apresenta orografia suavemente ondulada, acompanhando de nordeste a sudoeste a bacia do rio Ponsul. Em 1947, com a construção do projeto hidroagrícola da barragem Marechal Carmona, a produção de cereais e o pastoreio transumante (bovinos provenientes do Alentejo e ovinos e caprinos da Serra da Estrela) foi substituída por culturas industriais como o tabaco e o tomate. Hoje, estes cerca de 8.000 hectares regados, estão dedicados à fruticultura, horticultura, incluindo a produção de sementes e bovinicultura. É neste espaço que se têm instalado diversas explorações biológicas e biodinâmicas, contribuindo para que a perda de população seja aqui menos acentuada.

4.1.1. Aspetos socioeconómicos

Idanha-a-Nova é um território de baixa densidade, e de acordo com os dados provisórios do Censo de 2021, é o terceiro município com menor taxa de densidade populacional de Portugal, ou seja, com 5,9 indivíduos por Km² (precedido apenas pelo município de Alcoutim e de Mértola). Apesar de acompanhar a tendência de diminuição do número de residentes verificada em Portugal, em particular nos municípios rurais, a variação sentida em Idanha-a-Nova é significativamente superior à taxa nacional, situando-se em menos 14,2% no período de 2011-2020 (Tabela 3). No entanto, nos últimos 10 anos esta tendência parece ter desacelerado comparativamente à década anterior (16,3%).

Local de residência	Período de referência dos dados			Variação (%)	
	2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021
Portugal	10.362,722	10.562,178	10.347,892	1,9	-2,0
Centro	2.348,162	2.327,755	2.227,912	-0,9	-4,3
Idanha-a-Nova	11.610	9.716	8.340	-16,3	-14,2

Tabela 3 População residente (N.º) e variação (%) em Portugal, na região Centro e no município de Idanha-a-Nova, em 2001, 2011 e 2020. Fonte: INE, 2021

Desta realidade destaca-se que Idanha apresenta um saldo migratório positivo (Pordata, 2021).

No que se refere ao índice de envelhecimento, Idanha-a-Nova apresenta valores muito acima da média nacional e regional, tendo mais de 400 idosos para cada 100 jovens (habitantes com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos). Apesar de este indicador ser claramente superior à média nacional, verifica-se que tem vindo a decrescer, contrariando a tendência regional e nacional (Tabela 4).

Local de residência	Período de referência dos dados		
	2001	2011	2020
Portugal	101,6	127,6	167,0
Centro	129,2	160,7	206,8
Idanha-a-Nova	453,7	420,4	410,1

Tabela 4 Índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens dos 0 aos 14 anos) em Portugal, na região Centro e no município de Idanha-a-Nova, em 2001, 2011 e 2020. Fonte: INE, 2021

Apesar de ser um território de pendur rural, a população empregada no setor primário sofreu uma redução de 14,8% entre 2001 e 2011, com um aumento no setor terciário de 16,4% (Tabela 5). Os dados do Censo de 2011 demonstram que a larga maioria da população empregada no Município de Idanha-a-Nova trabalha em atividades económicas integrantes do setor terciário (8). Apesar disso, verifica-se que comparativamente aos dados nacionais e da região Centro, Idanha-a-Nova ainda possui uma percentagem bastante mais elevada de população que se dedica ao setor primário.

% de população empregada por setor	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5	3,1	35,1	26,5	59,9	70,5
Centro	6,8	3,7	38,1	30,1	55,1	66,2
Idanha-a-Nova	31,2	16,4	19,1	17,6	49,6	66

Tabela 5 Percentagem de população empregada por setor de atividade, em 2001 e 2011, a nível nacional, na região Centro e no município de Idanha-a-Nova. Fonte: Pordata, 2021



Fonte: Pordata, 2021

Figura 19 Percentagem de população empregada em Idanha-a-Nova por setor de atividade, em 2011

No que se refere ao número de empresas por setor em Idanha-a-Nova, houve um aumento significativo de empresas no setor da agricultura, produção animal, caça e pesca, tendo registado um aumento de 86 empresas entre os anos de 2009 e 2019 (Tabela 6). Este setor representa 35,6% do total de empresas da região, com inegável e crescente importância económica e social concentrada no território.

Ano	2009	2011	2017	2018	2019	Varição entre 2009 e 2019
Total	913	857	989	985	945	32 ▲
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	250	247	352	346	336	86 ▲
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	34	37	68	67	55	21 ▲
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	38	32	52	60	55	17 ▲
Atividades de saúde humana e apoio social	18	17	27	27	27	9 ▲
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	4	4	5	4 ▲
Atividades imobiliárias	6	6	9	9	10	4 ▲
Atividades artísticas, espetáculos, desportivos e recreativos	12	10	15	17	13	1 ▲
Indústrias extrativas	0	0	0	0	0	0 ►
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0	0	0	0	0	0 ►
Atividade de Informação e comunicação	5	6	3	3	4	-1 ▼
Transporte e armazenagem	23	20	14	15	21	-2 ▼
Educação	30	33	35	33	28	-2 ▼
Alojamento, restauração e similares	133	126	128	132	127	-6 ▼
Indústrias transformadoras	50	45	44	44	42	-8 ▼
Outras atividades de serviços	36	35	30	26	28	-8 ▼
Construção	90	81	70	66	61	-29 ▼
Comércio por grosso e a retalho (...)	187	161	138	136	133	-54 ▼

Tabela 6 Número e variação de empresas por setor de atividade entre 2009 e 2019. Fonte: Pordata, 2021

Idanha-a-Nova apresenta-se assim como um território rural, que no decorrer das últimas décadas, à semelhança dos territórios rurais do interior, tem sofrido uma pressão constante decorrente dos processos de desertificação, abandono rural, despovoamento e perda de competitividade no que diz respeito às atividades económicas.

Com uma área de 1 416 Km², uma densidade populacional de 5,9 habitantes por Km², e um índice de envelhecimento de 416, mais do dobro do índice de envelhecimento da região Centro. Esta dinâmica populacional constitui uma matriz de risco que compromete a manutenção dos sistemas produtivos e culturais destes territórios, colocando um conjunto de desafios à inovação junto dos diversos setores e grupos etários.

No entanto, este território de matriz rural apresenta um conjunto de potencialidades de desenvolvimento, nomeadamente, no que se refere ao potencial natural e paisagístico, produtos endógenos de qualidade reconhecida, património histórico-cultural, e crescimento o setor agroalimentar, podendo favorecer o desenvolvimento regional e atratividade turística, científica e educativa.

De facto, observa-se em Idanha-a-Nova uma dinâmica de imigração para o território, por jovens e adultos, com ou sem vínculos à região, veículos de inovação, que procuram recolher o conhecimento ancestral e moderno, e inovar a partir daí. Detentores de formações e talentos diversos, esta geração de empreendedores vem reforçar os principais eixos de desenvolvimento territorial com a premissa de “semear tradição para colher inovação”, uma das mensagens associada à dinâmica de desenvolvimento de Idanha-a-Nova. Os diversos exemplos destes jovens inovadores distribuem-se por diversos setores de atividade, desde o campo tecnológico (ex. robotização Padaria Gaspar e Fernandes), ao campo produtivo (ex. fertilidade e gestão microlocalizada da água na produção de Azeite Biológico Egitânia em Idanha-a-Velha), ou organizacional e produtivo da cadeia de valor (ex. Sementes Vivas; Nature Fields, Aromas do Valado) e cultural (ex. Geocakes, Boom Festival) (Diaz and Dias 2020).

4.2

A dinâmica territorial

Ao longo da última década, o desenvolvimento territorial de Idanha-a-Nova assenta em eixos - turismo e Bio-região - estruturados em torno de três pilares que emergem da identidade local - história, cultura e ambiente (Figura 20) (Diaz and Dias 2020). Com dinâmicas próprias, turismo e a Bio-região encontram-se fortemente relacionadas: o turismo beneficia da Bio-região através da oferta agroalimentar própria da região, associada à restauração e turismo rural, e a Bio-região fortalece-se com o turismo, através de maior promoção cultural, exposição de produtos e mercado.

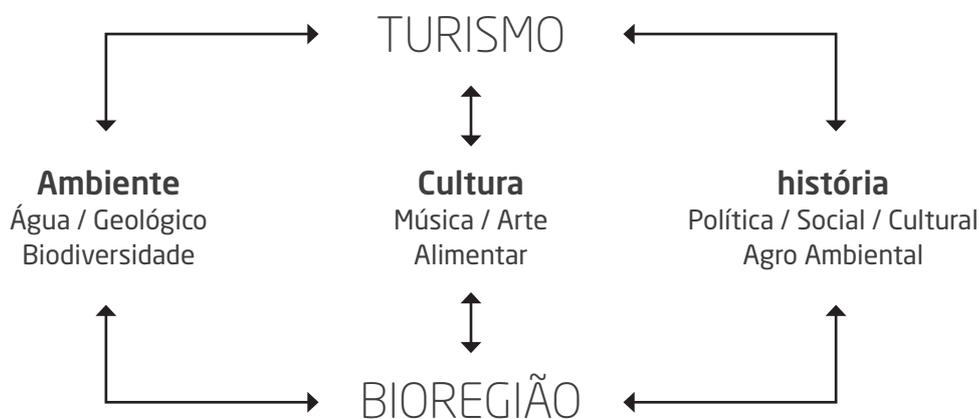


Figura 20

Eixos e pilares do desenvolvimento territorial de Idanha-a-Nova (Diaz and Dias 2020)

O concelho de Idanha-a-Nova, a par de Portugal, apresenta um potencial turístico elevado, assente no seu património cultural e histórico, onde se incluem as Aldeias Históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha e o Parque Iconológico de Penha Garcia. É considerável ainda destacar que Idanha possui a maior área territorial abrangida pelos limites do Parque Natural do Tejo Internacional, que em 2016 passou a integrar a Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo Internacional, instituída pela UNESCO. Assim como integra o Geopark Naturtejo, o primeiro geoparque mundial da UNESCO, o qual oferece uma grande variedade de produtos turísticos, tendo como mais-valia comum a natureza e as excelentes infraestruturas.

A cultura gastronómica assume um papel central na região, potenciando um sistema alimentar sustentável para este território. Com raízes na Dieta Mediterrânica, o consumo de azeite, queijo, fruta e ainda hortícolas associada à caça, carne de porco, cabrito/cabra e aves de capoeira estão na base de uma gastronomia simples e muito rica. A promoção destes produtos autóctones em conjunto com os produtos biológicos contribui para o desenvolvimento integrado e sustentável das potencialidades económicas, sociais, culturais e ambientais de Idanha-a-Nova.

A atividade económica da Bio-região concentra-se no setor primário (agricultura e pecuária). O uso agrícola do território beneficia do aproveitamento hidroagrícola do regadio de Idanha-a-Nova, com cerca de 8000 ha, facto que tem permitido a exploração de produções agrícolas que de outra forma não seriam viáveis. No entanto, as atividades agrícolas de sequeiro representam a maioria do território. Na Bio-região destacam-se a olivicultura, a fruticultura, a horticultura e a produção de queijo, que concentram uma significativa parte da mão-de-obra necessária no concelho. No contexto desta dinâmica, o Programa Recomeçar procura alicerçar a preservação e valorização económica dos recursos, naturais, culturais e ambientais, através de diversos projetos (Reis *et al.* 2019):

- **Idanha Experimenta** - proporciona aos interessados em viver em Idanha a oportunidade de experimentar a vida rural;
- **Idanha Made In** - divulga produtos, cultura, história e costumes endógenos;
- **Idanha Vive** - visa atrair novos residentes que possam trazer dinamismo e vitalidade ao território;
- **Idanha Green Valley** - disponibiliza conhecimento e inovação no âmbito do setor agroalimentar.

No âmbito do Programa Recomeçar, é possível identificar uma rede de inovação que conta com mais de 293 atores (11) (Rosa and Bittencourt 2020).

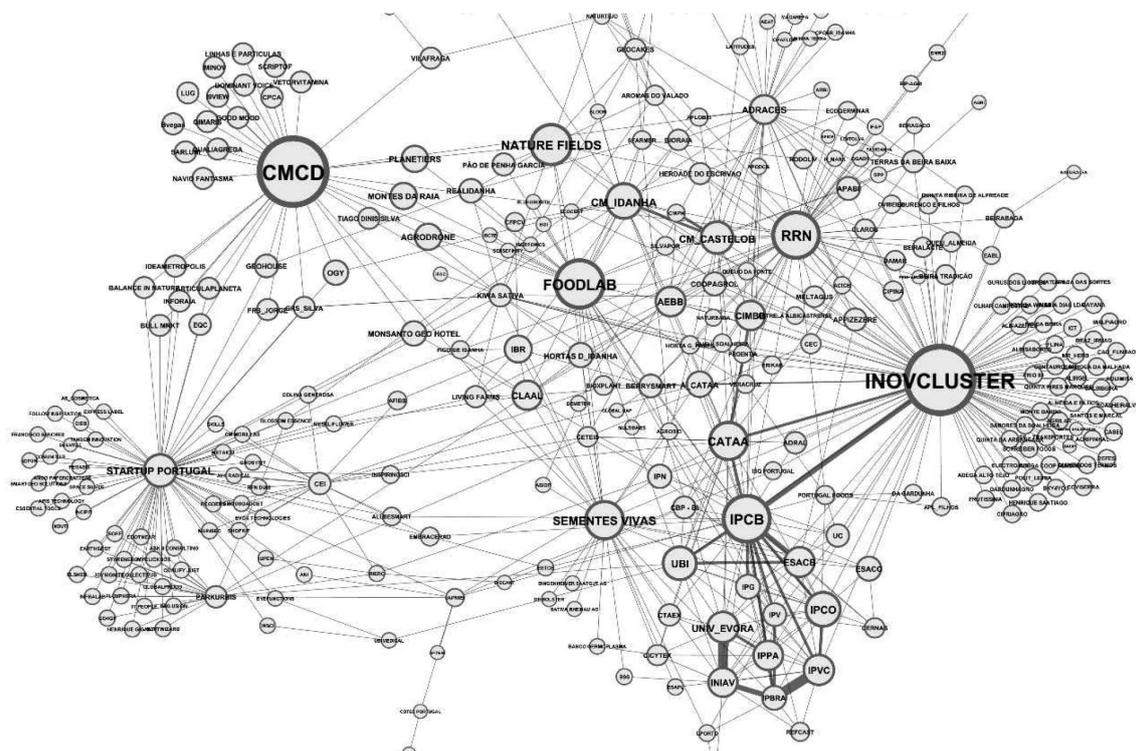


Figura 21 Rede do sistema regional de inovação de Idanha-a-Nova (Rosa and Bittencourt 2020)

4.3.1. Identificação e caracterização dos atores envolvidos

A Bio-região é uma área geográfica em que diversos atores, desde os agricultores, consumidores, empresas privadas ou organismos públicos, associações, operadores turísticos, comunidade, entre outros, estabelecem uma parceria para a gestão sustentável dos recursos locais alicerçada na produção e consumo alimentar de base biológica e agroecológica. Assim importa identificar e caracterizar os atores que contribuem para o desenvolvimento integrado e sustentável das potencialidades económicas, sociais, culturais e ambientais.

Os agricultores

Os agricultores são os principais atores da Bio-Região. Ao integrarem a estratégia, assumem o compromisso da produção e promoção da agricultura biológica e recebem inúmeras vantagens como a colocação dos seus produtos no mercado através de circuitos curtos, a sua maior valorização, integração em circuitos de ecoturismo e no plano de marketing da Bio-região. A rede de parceiros permite ainda apoio técnico diferenciado aos produtores da região.

Alguns destes agricultores descrevem, assim, a importância de integrar a Bio-região de Idanha-a-Nova:

“A importância de pertencer a uma Bio-Região, prende-se logo desde o início com a própria semântica do conceito Bio-Região. Quando falamos em região, falamos em pluralismo e não em individualismo. Abre-se-nos uma porta para o arredor, para o meio em que nos circunscrevemos. Permite-nos uma noção de identidade local/territorial. Define-se por aqui, igualmente, a noção de “vizinho”. Aquele com quem se partilha este território circundante, aquele que lhe traz personalidade, interacção, obstáculos, mas também a interajuda.

Penso que tem sido maioritariamente neste ponto - interajuda - que sinto a existência real de uma Bio-Região. Afinal, o que seria uma região sem a componente Bio? São as pessoas que dão significado à região, é a dinâmica da comunidade que nos define e nos direciona para o amanhã.

Apesar de a maioria dos vizinhos ser alheia e indiferente ao conceito em si, por vezes, basta um pequeno grupo de pessoas, nos bastidores da realidade cotidiana, para ir erguendo uma ideia, criando uma visão coletiva para o território e, uma vez contagiado o poder local, essa visão inicia o processo transformativo da realidade e da matéria.

Pertencer a uma Bio-Região, é ter essa ideia, essa visão comum entre pares e entre vizinhos. É ter um rumo para trilhar e fazê-lo conjuntamente, desvendando o potencial de tudo aquilo que está por materializar. É trazer espírito à matéria... é trazer Bio à Região.”

Tiago Lourenço
agricultor biológico desde 2016 e sócio da Real
Idanha, Lda. - Azeite Egitânia

“Significa responsabilidade a todos os níveis não só agrícola, mas também social e ao mesmo tempo uma oportunidade de poder diferenciar produtos, culturas e comunidade!”

João Valente
agricultor biológico e regenerativo desde 1999 e proprietário do Monte Silveira Bio

“Eu decidi, com uma equipa de 8 empresários, nos estabelecermos em Idanha-a-Nova em 2015 e instalámos a nossa empresa na região devido ao facto de o autarca apoiar projetos biológicos e de haver, no total 800 ha, disponíveis dedicados a projetos biológicos. Acredito fortemente que Idanha foi uma boa escolha e apoiamos a ideia do autarca de criar e registar a primeira Bio-região em Portugal. Para multiplicar sementes e para campos de ensaio para testar sementes e para o melhoramento de plantas, é crucial trabalhar numa área de bio, contínuo. Ficamos muito felizes que o município tenha investido no registo de Idanha como a primeira Bio-região em Portugal e dê um sinal para que outros façam o mesmo.”

Stefan Doeblin - sócio-diretor das Sementes Vivas, instalada em 2015 em Idanha-a-Nova

Os cidadãos

A comunidade tem acesso a produtos endógenos e saudáveis, com maior disponibilidade e facilidade de aquisição, disfrutando de relações diretas de confiança mútua e colaboração para com os produtores. Beneficiam ainda da melhoria no meio ambiente e da conservação dos recursos naturais. Os efeitos na saúde e qualidade de vida são diretos. A comunidade possui um papel fundamental no processo de sensibilização e de valorização dos recursos naturais e agrícolas e, portanto, são foco de ligação para o diálogo entre agricultores, investigadores e governo na Bio-região.

O tecido empresarial

As empresas de diferentes setores podem e devem contribuir com ofertas multiproduto, usufruindo de sinergias e de uma rede que se complementa visando uma maior eficiência e prosperidade.

As associações

As associações, seja qual for o seu objetivo, representam um contributo importante para a Bio-região. Adaptando as suas áreas de atuação a um modelo biológico e participando ativamente nas diferentes iniciativas do território.

As instituições de formação e investigação

As instituições de ensino e investigação apoiam a estratégia com iniciativas de estudo e investigação, numa relação de proximidade com vista à transição para modelos sustentáveis, trabalhando também diretamente na interface comunidade e agricultores. A Rede de Creches Municipal, o Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro de Idanha-a-Nova, a Escola Profissional da Raia, a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova e a Universidade Sénior são instituições que promovem o ensino qualificado, estimulando aprendizagens e práticas inerentes à Bio-Região.

4.3.2. Modelo de governança

A Bio-região de Idanha-a-Nova apresenta uma estratégia abrangente e transversal a diversos domínios. Assim, para a prossecução dos objetivos propostos de índole económica, social, ambiental e cultural, é necessária uma cooperação vertical e horizontal entre todos os atores envolvidos, num modelo de governança territorial que tem como principal preocupação a sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da região e o envolvimento de todos os cidadãos, administração local, associações, agricultores, empresas, ensino e investigação.

A entidade promotora da Estratégia da Bio-região é o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento. O modelo de governança da Bio-região é um modelo participativo com base no pacto multiatores, transversal a todos os setores e em permanente acolhimento de contributos. A comissão de acompanhamento da Bio-região, em processo de consolidação, propõe o plano de ação e acompanha todas as atividades desenvolvidas no âmbito da Bio-região através de reuniões periódicas.

O plano de ação prevê os seguintes eixos estratégicos (figura 22):

1. Gestão da Água
2. Saúde do Ecossistema
3. Regeneração do Solo
4. Energia Renovável
5. Agrobiodiversidade



Figura 22 Eixos e dimensões base da estratégia para a Bio-região de Idanha-a-Nova

Estes eixos são a base para o desenvolvimento de projetos e programas setoriais, ao nível da educação, cultura, turismo, comunicação, saúde e bem-estar da população, com captação de programas de financiamento, dinamização do tecido agrícola e empresarial, completada por uma abordagem de estímulo de mercados e de valorização de toda a fileira.

A Bio-região enquanto sistema de desenvolvimento integrado deve integrar todos os atores responsáveis pelo planeamento e execução, num processo permanentemente participativo e construtivo.

4.3.3. Atividades desenvolvidas

O Município de Idanha-a-Nova iniciou uma estratégia de desenvolvimento integrado do território através do programa “Recomeçar” já referido e da constituição do território como primeira Bio-região de Portugal. Desta estratégia resultaram vários projetos que visam contrariar a ideia de que o “campo” e a “ruralidade” são sinónimos de isolamento ou de subdesenvolvimento. No âmbito das diversas iniciativas da Bio-região destacam-se várias, nas áreas da educação, produção, associativismo e empresas, comunidade e setor social, investigação e inovação, divulgação, turismo e cultura (Tabela 7).

Educação	Publicações	“Cultivar, colher, comer” - familiarizar crianças com o património agroalimentar do concelho de Idanha-a-Nova.
		“À Mesa com a natureza - Por uma alimentação sustentável” - preservação das tradições alimentares locais, valorização dos produtos endógenos e o respeito pelo meio ambiente.
		“A Arte de cultivar - Por uma agricultura mais sustentável” - incentivo à prática da agricultura biológica.
		“A Viagem da azeitona - Da oliveira ao azeite”
	Atividades pedagógicas	Projeto <i>AliMenta</i> - visitas às escolas das mascotes pedagógicas - Ali francês e menta laranja - sobre alimentação saudável e sustentável.
		Semana da alimentação - Bio e local é lógico!
		Hortas pedagógicas - empreendedorismo de base rural, gosto pela agricultura e meio rural e atividades no âmbito da produção de alimentos aliada a escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis.
	Alimentação escolar	Incorporação de produtos biológicos e locais na alimentação escolar
		Participação no grupo de trabalho para refeitórios escolares biológicos promovido pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), no âmbito da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica.
		Rede de creches municipal com oferta alimentar natural.
Produção, associativismo e empresas	Empresas	Cerca de 148 empresas biológicas
	Idanha Green Valley	Incubadora de base rural (Herdade Couto da Várzea)
		Centro logístico agroalimentar
		Rede de lagares de azeite
	Associações dedicadas à produção biológica	Associação de Agricultores Biológicos da Raia (BIORAIA); Bluepanoply.
Mercado Bio Região	Mercado de produtores locais	

Comunidade e setor social	Infraestruturas	Biblioteca Municipal, Centro Cultural Raiano, Banco Social de Roupas e Bens
	Idanha experimental	Atividades para pessoas dispostas a uma nova vida em Idanha-a-Nova
Investigação e inovação	Centro documental raiano	Espaço de recursos ambientais e alternativos
	CARE-BIO	Centro de Agricultura Regenerativa e Biológica - Centro de Competências - Parceria de Agricultura e Produção Biológica
	Inovação	I-Danha Food Lab Accelerator
	CoLab F4S - Food-4Sustainability	Laboratório colaborativo para a investigação na área da produção de alimentos saudáveis e de modo sustentável
Divulgação	Participação e organização de feiras e eventos	Biofach Feira Nacional de Agricultura Natexpo
		Semana da alimentação - "Bio e Local, é Lógico", desde 2018
		Festivais temáticos (Melancia no Ladoeiro, Azeite e Fumeiro em Proença-a-Velha, Pão em Idanha-a-Velha, Vinhos e Licores)
		Feira Raiana - cooperação transfronteiriça entre Idanha-a-Nova e Moraleja (Espanha)
		FISAS - Fórum Internacional de Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Saudáveis
Turismo e cultura Idanha cidade criativa da música da UNESCO	"Idanha em família".	Oferta de cabaz a visitantes com produtos locais e biológicos
	Eventos	Boom Festival Eco Festival Salva-a-Terra Festival Internacional de Músicas Antigas "Fora do Lugar"
	Incubadora de indústrias criativas	Incubadora de projetos, empresas e investigação na área criativa - arquitetura, construção, património e cultura regional.

Tabela 7 Algumas iniciativas e infraestruturas da Bio-região

Setor educativo

A educação é um setor de intervenção prioritário pelo que podem destacar-se inúmeras atividades desenvolvidas. Desde logo, a transformação das cantinas públicas com a incorporação de produtos biológicos e locais na alimentação escolar. O Município de Idanha-a-Nova integrou, desde a sua criação, o primeiro grupo de trabalho para Refeitórios Escolares Biológicos promovido pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), no âmbito da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica. Num modelo em que é praticamente inexistente o consumo de alimentos ultraprocessados pelas crianças em que a Dieta Mediterrânica é a base da oferta alimentar. O modelo de gestão implementado na Cantina Escolar, cujo projeto destacamos, engloba um conjunto de medidas de acompanhamento. A título de exemplo, decorre periodicamente a iniciativa “Chef Convidado” e neste dia a ementa é especial e é confeccionada por um Chef que em conjunto com a equipa residente proporciona novas experiências gastronómicas saudáveis e sustentáveis. Está prevista também uma intervenção global nas determinantes do consumo, com a primeira atividade direcionada para instalação de som ambiente no espaço de refeitório.

Iniciativas como estas promovem a experimentação, combatendo muitas vezes a diminuta adesão aos espaços de refeitório, em especial em determinadas faixas etárias (3º ciclo e secundário).

O Município de Idanha-a-Nova, coma sua aposta na Educação, tornou possível a concretização de uma rede de creches municipal, em crescimento, e na qual a oferta alimentar é também pautada pelos valores da saúde e sustentabilidade. Os bebés comem papas naturais ou, vulgarmente designadas como “caseiras” com ingredientes naturais e biológicos em vez das usuais papas industriais oferecidas de forma generalizada nas creches do país.

Ao nível do ensino pré-escolar o Município editou uma publicação “Cultivar, Colher, Comer” em que através de jogos e atividades, pretende sensibilizar as crianças para a importância do património material e imaterial do concelho de Idanha-a-Nova, dando destaque aos produtos endógenos, ao receituário tradicional e fazendo sempre a ponte com os espaços que integram a rede museológica municipal.

“Cultivar, colher, comer” foi a terceira de um conjunto de publicações editadas pelo Município de Idanha-a-Nova: “À mesa com a Natureza - Por uma alimentação Sustentável” e “A Arte de Cultivar - por uma Agricultura sustentável” iniciaram este caminho de sensibilização, destinadas às faixas etárias do primeiro ciclo do Ensino Básico.

O incentivo à prática da agricultura biológica, à preservação das tradições alimentares locais, a valorização dos produtos endógenos e o respeito pelo meio ambiente estiveram na génese da criação destas edições, com especial enfoque para a estratégia da Bio-região que é assim explicada às crianças de forma lúdica e criativa.

O primeiro livro propõe uma viagem pelo mundo da alimentação, mostrando que aquilo que comemos e até a forma como cozinhamos afeta não só a nossa saúde, mas também a do planeta.

Já a segunda obra, revela o caminho para um equilíbrio entre a produção dos alimentos e a sustentabilidade, abordando conceitos como a agricultura biológica e a importância de cuidar da saúde dos solos, da água, das plantas e dos animais.

Há ainda a destacar uma terceira publicação: “A Viagem de Azeitona - Da oliveira ao Azeite”.

É uma publicação que enaltece o setor do olival e azeite, explicando às crianças de forma pedagógica a viagem da azeitona até ser transformada em azeite. Esta publicação segue a mesma orientação que as anteriores no diálogo entre a transmissão de conhecimentos científicos, mas também culturais e memoriais do território, ilustrando a estrutura museológica de Idanha-a-Nova e do seu património. Estas publicações infantis representam um contributo importante para a estratégia de desenvolvimento sustentável de Idanha-a-Nova, como a primeira Bio-região do país.



Figura 23 Conjunto de obras sobre alimentação e agricultura sustentável, a partir do património material e imaterial de Idanha-a-Nova, destinadas a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade: a. “À Mesa com a Natureza”; b. “A Arte de Cultivar”. c. “A Viagem da Azeitona”.¹²

Como forma de divulgar princípios de alimentação saudável e sustentável, foram criadas as mascotes pedagógicas do Município de Idanha-a-Nova - Ali Francês e Menta Laranja - que incorporam as publicações referidas e visitam periodicamente as escolas do Município no âmbito do Projeto AliMenta (Figura 24). Muitas destas iniciativas são destacadas e renovadas anualmente, aquando das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, numa programação cultural de educação e sensibilização designada Semana da Alimentação. Sob o mote “Bio e Local, é Lógico”, desde 2018 que esta semana traz conhecimentos e experiências a toda a comunidade educativa.



Figura 24 a. Mascotes Pedagógicas
b. Atividade no âmbito da Semana da Alimentação “Bio&Local? É lógico!” em escola do Município de Idanha-a-Nova



12 a. e d. Publicações co-financiadas por: Beira Baixa Cultural - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Programa Regional Centro 2020, Portugal 2020 - União Europeia, FEDER.

b. e c. Publicações co-financiadas por: Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Programa Regional Centro 2020, Portugal 2020 - União Europeia, Fundo Social Europeu.

Setor produtivo, associativo e empresarial

Em 2020, de acordo com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, existem no concelho de Idanha-a-Nova, certificados em modo de produção biológica: 81 produtores vegetais, 45 produtores do ramo animal, 20 preparadores, 1 empresa de produção de óleos essenciais para usos cosméticos e 1 empresa de distribuição de produtos alimentares biológicos. Do setor agroalimentar certificado destacam-se os seguintes produtos: azeites biológicos, queijos, pão, carnes, compotas e doces, frutos e hortícolas, produtos processados vegans, cereais e farinhas, leguminosas. Os produtores, as associações e o setor empresarial são fundamentais para o sucesso da Bio-Região. O Município de Idanha-a-Nova mantém esforços de suporte ao setor, desde logo através da aquisição, criação e manutenção de infraestruturas de apoio à atividade agrícola, comercial e empresarial, de forma direta ou indireta, através de parcerias. É um exemplo desta estratégia o Green Valley Food Lab e todas as suas estruturas e iniciativas. Podem destacar-se 3 lagares de apoio à atividade oleícola, um deles com certificação para o modo de produção biológico, o mercado municipal, zonas industriais, espaços de incubação de atividade agroalimentar e empresarial, entre outras. De um modo geral, o incentivo ao modo de produção biológico é permanente através da discriminação positiva no acesso a infraestruturas municipais.

O Green Valley Food Lab, um laboratório vivo que projeta soluções inovadoras e tecnológicas que respondem aos desafios do setor agroalimentar, em Portugal e no mundo, de que fazem parte a Incubadora de Base Rural (Herdade Couto da Várzea), a Herdade das Lombas, a Herdade do Ribeiro do Freixo e o Centro Logístico Agroalimentar.

A Herdade da Várzea situa-se em plena área de regadio da Campina de Idanha-a-Nova, dispendo de cerca de 500 hectares de terras de aptidão agrícola. Propriedade do Estado Português, nacionalizada em 1964, para apoiar e incentivar o desenvolvimento agrícola, a experimentação de novas culturas e novos métodos agrícolas, deixou de ser explorada em 2007, ficando inativa. Em 2011, o Município de Idanha-a-Nova celebrou com o Estado Português um contrato de arrendamento da Herdade da Várzea, iniciando um projeto inédito no país: proporcionar o acesso à terra, através de parcelas destinadas a promover o desenvolvimento de projetos agrícolas sustentáveis, em especial a agricultura biológica, tendo em vista a promoção do empreendedorismo, desenvolvimento económico, criação de emprego, fixação de população, fomento de sinergias, criação de valor e incremento da inovação e competitividade na atividade agrícola e agroindustrial.

A Herdade conta com 49 produtores biológicos com explorações de mirtilos, sementes, olival tradicional, figo da Índia, ervas aromáticas, hortícolas - abóbora, curgete, melancia, melão; pomares - dióspiro, marmelo, romã, ameixa, cereja, uva; bem como projetos de genética e melhoramento animal, o que se traduz em cerca de 90% de área certificado em modo de produção biológico.

O Município de Idanha-a-Nova ganhou com o projeto "Incubadora de Base Rural" o Prémio de Município do Ano 2014, na categoria "Região Centro - Menos de 20 mil habitantes", no âmbito do reconhecimento das boas práticas de projetos implementados por municípios com impacto no território, na economia e na sociedade, promovendo o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade.

O Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, criado em 2011, possui uma estrutura multiusos, com principal enfoque no sector agroalimentar que pretende transformar uma estrutura periférica numa nova centralidade logística, fornecendo uma grande variedade de serviços, apostando na qualidade, proporcionando também a colaboração entre o sector público e privado, criando valor, gerando investimento e potenciando emprego. Desde que a região recebeu a denominação de Bio-região foi necessária uma melhor adequação do Centro Logístico para responder eficazmente ao processamento de produção biológica. Ainda no que concerne ao setor produtivo e empresarial, O Município de Idanha-a-Nova estabeleceu em outubro de 2021, protocolo com a plataforma Winds. Assim, Idanha-a-Nova foi o primeiro Município a celebrar protocolo com esta plataforma de negócios com o objetivo de beneficiar os agentes económicos do concelho de Idanha-a-Nova, criando oportunidades de negócio a nível local e nacional por forma a ampliar a dimensão económica do tecido empresarial do concelho, em especial o que produz através do modo de produção biológico.

Desde a criação da primeira Bio-região em Portugal, registou-se no território um robustecimento de iniciativas que já existiam, mas foram também desenvolvidos vários novos protocolos e projetos:

Destaque também para a criação de um mercado de produtores locais, o Mercado Bio-Região, que assume uma importância relevante na valorização da produção local e dos seus produtos endógenos enquanto espaço de comercialização de proximidade entre consumidores e produtores, reforçando a estratégia concertada de desenvolvimento integrado e sustentável, ancorado numa matriz de base rural, do território de Idanha-a-Nova. Pretende-se, assim, que o Mercado Bio Região seja um espaço dirigido, em exclusivo, aos produtores locais de Idanha e que funcione como uma mostra para o exterior do que melhor se produz no território, ao nível das hortofrutícolas, carne, queijo, ovos, pão, artesanato, por forma a atrair, também, consumidores de concelhos limítrofes e da envolvente regional.

Considera-se, assim, que esta operação permitirá criar condições estruturais de suporte à comercialização de produtos locais, garantindo o conforto de produtores e consumidores facilitando assim a proximidade entre ambos e contribuindo para um maior escoamento da produção local.

No plano imaterial, o Município de Idanha-a-Nova e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento têm organizado diversas missões agrupadas a feiras nacionais e internacionais de estímulo à competitividade dos produtores e empresários do setor agroalimentar, alguns exemplos são: Feira Nacional de Agricultura, Biofach, Natexpo, entre outras.

Comunidade e setor social

A Bio-região deve envolver todos e é através de diversas iniciativas que se envolve a comunidade nesta estratégia.

Têm sido desenvolvidas diversas iniciativas de promoção da literacia na área do modo de produção biológico, alimentação saudável e ambiente algumas já citadas neste documento como o FISAS ou a Semana da Alimentação. Há outras iniciativas que podem ser destacadas, como por exemplo o jantar pobre - promovido no âmbito do Festival Internacional de Músicas Antigas. Este jantar é descrito como uma provocação. "É uma provocação. Parte de uma premissa de desconstrução de algumas ideias feitas acerca da gastronomia da região". Apesar do trabalho desenvolvido no sentido da sua valorização, muita dela continua pouco visível no panorama da restauração local. A alegada pobreza alimenta-se de memórias com as quais ainda hoje é difícil lidar. Todavia, a simplicidade do receituário é capaz de proporcionar uma experiência prodigiosa ao paladar. A ementa é uma surpresa, a descobrir no momento, a par da história que a acompanha."

Podem destacar-se também outras infraestruturas que estando ao serviço de todos, de forma permanente, como a Biblioteca Municipal ou o Centro Documental Raiano que contribuem para o envolvimento da comunidade nas dinâmicas territoriais.

O setor social tem beneficiado de diferentes iniciativas enquadradas no âmbito da Bio-Região. As Instituições Particulares de Solidariedade Social foram apoiadas na introdução de alimentos locais e em Modo de Produção Biológico, através de um programa pensado para responder às necessidades de fornecimento destas, mas também facilitar relações comerciais, aproximando os atores do território.

Ao nível do banco alimentar, já foram realizadas diversas campanhas de canalização dos excedentes para os beneficiários. As campanhas realizadas assumem também uma componente de sensibilização para hábitos alimentares saudáveis através da implementação de medidas de acompanhamento do processo de doação.

Investigação e desenvolvimento

Vários têm sido os protocolos assinados entre o Município e Instituições de ensino e outras entidades, com vista à disseminação do conhecimento científico e capacitação dos atores da região, dos quais se destacam:

- O Centro Documental Raiano, inaugurado em 2017, que reúne e disponibiliza informação técnica e científica nas áreas do ambiente, ecologia, saúde natural, agricultura biológica e biodinâmica, botânica, nutrição, espiritualidade, entre outras. O Centro foi fundado por Jean-Claude Rodet e pela sua esposa, Francine Rodet;

- O projeto I-Danha Food Lab Accelerator desenvolvido pela BGI em parceria com o Município de Idanha-a-Nova é um programa de aceleração que visa criar uma instalação de testes onde muitas tecnologias podem ser testadas (tanto de empresas tradicionais como de empresas em fase de arranque: startups), com o intuito de melhorar a mitigação de CO2; uso nulo de produtos químicos; uso sustentável da terra; impacto ambiental e eficiência por toda a cadeia de valor na indústria de alimentos;
- Com o objetivo de testar e implementar novas abordagens aos sistemas de produção alimentar que possam contribuir para reduzir os impactos negativos das cadeias de valor associadas e de criar e partilhar conhecimentos centrados em sistemas sustentáveis, regenerativos e circulares na produção de alimentos, surge o laboratório colaborativo Food4Sustainability. Este COLAB contribui para a criação de empregos qualificados geradores de valor económico e social na região de Idanha-a-Nova e reúne diversas empresas, universidades e outras entidades locais e nacionais;
- O Centro de Agricultura Regenerativa e Biológica integra o Centro de Competências “Organic Farming – Parceria de Agricultura e Produção Biológica”, estabelecido no início de 2020, com sede em Idanha-a-Nova, apoiado pelo INIAV e pelo Ministério da Agricultura, reúne entidades públicas, municipais, académicas e empresariais. A visão do CARE-BIO é investigar, capacitar, desenvolver e disseminar práticas regenerativas participativas e de trabalho em rede que estejam alinhadas com a necessidade de ir além da sustentação das condições existentes por forma a gerar dinâmicas de mudança nos sistemas agrícolas atuais e na consciência dos atores envolvidos.

Turismo e cultura

Em Idanha-a-Nova, a Bio-região representa um modelo de desenvolvimento global e uma forma de viver o território o que se materializa também na programação cultural. Em Idanha, Cidade da Música pela Rede de Cidade Criativas da Unesco, destacam-se projetos e iniciativas que são reconhecidos mundialmente. São exemplo o Boom Festival, o Eco Festival Salva-a-Terra, o Festival Internacional de Músicas Antigas “Fora do Lugar”, entre muitas outras iniciativas inovadoras com um papel fundamental na sensibilização e consciencialização da comunidade.

O Boom Festival, diversas vezes premiado (por exemplo, “*Outstanding Greener Festival Award*”), é um dos eventos musicais mais sustentáveis do Mundo. Implementam ações de reflorestação; soluções sustentáveis de saneamento, bioconstrução, reciclagem, reaproveitamento e compostagem, rede de transportes públicos; a que se associa um projeto de responsabilidade social ‘*Boom Karuna Project*’ - prática premiada. Mas também o uso de rede de transportes públicos disponibilizada pela organização por cerca de 30% dos festivaleiros, a eliminação de alimentos de origem animal, a primazia a fornecedores de alimentação biológica, em grande percentagem portugueses bem como da beira baixa.

O “Salva a Terra” é um Eco Festival bienal, em Salvaterra do Extremo, sendo na sua génese um evento 100% “Pro-Bono”, no qual toda a organização, artistas, formadores, guias, e restante equipa trabalham de forma voluntária com vista a contribuir para a angariação de fundos para o CERAS - Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens.

O Festival “Fora do Lugar” decorre em Idanha-a-Nova - UNESCO Cidade Criativa da Música com música, histórias, passeios, cinema, viagens, conversa, troca e aprendizagem. “A música dá o mote, num evento que vai mais além e se converte numa experiência única do lugar. É o sabor da terra, uma terra que se revela, se reinventa e persiste em trilhar um caminho feito de legados, mas de rosto voltado para o futuro. Certamente por isso, na cumplidade de uma identidade partilhada, Idanha-a-Nova e o Fora do Lugar se entendem tão bem.” nas palavras de Armindo Jacinto, Presidente do Município de Idanha-a-Nova. Resultado da parceria entre a Arte das Musas e o Município de Idanha-a-Nova (e com o apoio do Ministério da Cultura e da Direção Geral das Artes), o Fora do Lugar - Festival Internacional de Músicas Antigas - assume uma proposta inspirada no mundo rural, virada para o país, a Europa e o Mundo. Com a direção artística de Filipe Faria, o Fora do Lugar é, hoje, um dos projetos culturais nacionais mais inovadores. Pondo em diálogo diferentes formas e tempos desafia a uma nova atitude perante as músicas antigas, e aborda, de uma forma inovadora, os diálogos decorrentes dos conceitos binómios de erudito/popular e antigo/contemporâneo.

Boas práticas

As boas práticas agrícolas visam recuperar e regenerar os ambientes, de modo que os processos produtivos estejam cada vez mais equilibrados e assentes em relações e interações da natureza. Na Bio-região todos os atores e projetos convergem no sentido da adoção de boas práticas agrícolas, as quais visam a redução ou uso nulo de pesticidas, o cuidado, a conservação e a regeneração dos solos, o uso de rotação e diversificação de culturas, incentivando sistema biodiversos como os agrossilvopastoris.

No contexto estrito de atuação da autarquia, desde 2018 que o Município erradicou o uso de glifosato nos espaços públicos para o controlo das ervas daninhas e aderiu à rede Nacional de Autarquias Sem Glifosato/Herbicidas, promovida pela Quercus ANCN. As vantagens são a não utilização de químicos, a não contaminação de solos e recursos hídricos e, sobretudo, um maior respeito pelo ambiente, pela qualidade de vida e saúde dos cidadãos.

Também ao nível das compras públicas são tidos critérios de adjudicação específicos, com vista à aquisição de produtos sustentáveis.

Foi também já referido na análise setorial das atividades desenvolvidas o facto de o Município discriminar positivamente os operadores do modo de produção biológico no acesso a infraestruturas e serviços municipais.

Desafios

No Município de Idanha-a-Nova, primeira Bio-região de Portugal, pretende-se no âmbito local contribuir para os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no cumprimento das metas impostas pela Agenda 2030 e pelo Green Deal.

Segundo as estimativas da OCDE, 65% das 169 metas dos 17 ODS não podem ser alcançadas sem a participação dos órgãos de poder local e regional ou a coordenação com os mesmos. (Miglietta, M 2021). A importância de políticas públicas locais enquadradas nos ODS e na Agenda 2030 afigura-se assim, como determinante para um desenvolvimento responsável e justo à escala global.

Pela sua urgência, pertinência e contributo para a sustentabilidade ambiental, a intervenção na conservação e regeneração do solo é algo que se considera prioritário no território, sendo a base de toda a atividade agrícola. Esta intervenção, que se destaca, integra uma forte componente de sensibilização da comunidade e da comunidade escolar em particular.

O Concelho de Idanha-a-Nova integra o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional e o Parque Natural do Tejo Internacional, fazendo parte da Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo Internacional. Assim, existe uma biodiversidade local e regional que importa preservar e conciliar com as atividades agrícolas.

Considera-se necessário integrar a Bio-região com outros modelos, como é o caso dos Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM). O Município de Idanha-a-Nova pretende candidatar o sistema agrícola do olival tradicional, por forma a proteger, preservar e valorizar um sistema tão marcante na história da agricultura do Concelho.

A preservação da paisagem, a salvaguarda de todo o património histórico-cultural, o incentivo ao turismo rural e de natureza constituem desafios que permanentemente não devem ser negligenciados.

Os desafios citados convergem com o estímulo e incentivo à permanência dos jovens e do combate ao despovoamento.

Perspetiva exploratória do modelo das Bio-regiões em Portugal

Nos últimos anos, a Comissão Europeia tem investido na promoção de grupos focais com peritos na área da agricultura, em particular com o objetivo de sistematizar casos de boas práticas em diferentes sub-setores da atividade.

Seguindo esta orientação, foram promovidos grupos focais como uma técnica de recolha de informação numa perspetiva exploratória de escuta dos principais atores sobre os modelos de governação, envolvimento das partes interessadas e parâmetros mínimos para o reconhecimento de uma Bio-região. O objetivo foi compreender a perspetiva dos participantes (individualmente e em grupos) através da partilha das suas experiências, opiniões e significados.

5.1

Consulta pública através dos grupos focais

Sob iniciativa da Rede Rural Nacional, no contexto do projeto “Bio-regiões: uma estratégia integrada para o desenvolvimento dos territórios rurais”, foram organizados três grupos focais com participantes de diferentes setores (agricultores, autoridades locais, escolas, associações, consumidores, entidades turísticas), representando diferentes Bio-regiões portuguesas: Viseu (Bio-região de S. Pedro do Sul), Serpa (Bio-região da Margem Esquerda do Guadiana) e em videoconferência (Bio-região da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega) (Tabela 7).

Estes três grupos permitiram contactar com três contextos diferentes de criação de Bio-regiões, mas todos com o mesmo interesse e vontade de construir este tipo de dinâmica de desenvolvimento territorial. Os participantes foram convidados a participar de acordo com as suas especificidades e potenciais contribuições para o tema em análise, cumprindo os critérios de familiaridade com o tema.

Grupo focal	Viseu	Serpa	Penafiel (videoconferência)
Data	18 fevereiro 2020	26 fevereiro 2020	10 novembro 2020
Número de participantes	44	28	50

Tabela 7 Participantes dos grupos focais

Os participantes incluíram agricultores e as suas associações, que constituem o grupo de atores que acreditam na Bio-região como uma dinâmica de sucesso para a comercialização dos seus produtos, para assegurar alimentos mais saudáveis e para a sustentabilidade do ambiente; consumidores que procuram alimentos mais saudáveis; escolas que procuram o acesso a alimentos de qualidade, nutritivos e apostam na educação dos consumidores; entidades relacionadas com o turismo, para as quais as Bio-regiões constituem fatores de atração para turistas; e autoridades locais e técnicos governamentais que atuam como facilitadores no desenvolvimento destas dinâmicas.

Foi utilizada uma metodologia participativa “World-café” para organizar os grupos focais, uma vez que permite o envolvimento de um elevado número de interessados no processo de recolha de dados, especialmente em abordagens de investigação participativa bottom-up. O tipo de funcionamento que foi aplicado para a organização dos grupos focais e as questões abordadas são apresentados nas Tabelas 8 e 9.

Característica	Descrição
Sistema	rotação
Número de grupos	3
Número de participantes por grupo	6 to 15
Número de facilitadores por grupo	2
Número de relatores por grupo	1
Duração de cada ronda (minutos)	30
1ª ronda 2ª e 3ª ronda	20
Duração do debate final (minutos)	60

Tabela 8 Funcionamento dos grupos focais

Cada ronda foi pré-desenhada com uma pergunta adaptada ao contexto e objetivo específico da sessão (quadro 3). A mesma pergunta foi repetida para o grupo seguinte.

Tópico	Questão
Atores	Quem são os atores a envolver no processo de construção da Bio-Região/SIPAM e qual o seu contributo/papel?
Governança	Quais os modelos/processos de governança que consideram de maior relevância para a constituição de Bio-Regiões/SIPAM?
Reconhecimento	Dentro do quadro de parâmetros mínimos que permitem reconhecer uma Bio-Região, quais os que considera de maior relevância?

Tabela 9 Questões para os grupos focais

A sessão iniciou-se, tendo em cada sala sido explicada a metodologia de trabalho, apresentada a questão para debate, seguida da primeira ronda de conversações.

Para as rondas seguintes, os participantes mudaram-se para nova sala / questão e os facilitadores/relatores mantiveram-se para dar as boas-vindas ao grupo seguinte e para os informar sobre o que foi discutido na ronda anterior.

No final, os contributos de cada grupo foram recolhidos em cada uma das salas, quer os documentos escritos quer os vídeos realizados durante a discussão. Foi garantido o consentimento informado dos participantes e o anonimato do discurso de acordo com os requisitos éticos e deontológicos da investigação. A informação recolhida foi sujeita a uma análise categórica do conteúdo.

5.1.1. Quem são os atores a envolver no processo de construção da Bio-região e qual o seu contributo/papel?

A resposta à primeira pergunta colocada durante os grupos focais, “Quem são os atores a serem envolvidos no processo de construção da Bio-região e qual é a sua contribuição/papel?” ou seja, que grupos de atores precisam de estar presentes numa Bio-região? Quem deve fazer parte dela? foi unânime: os agricultores são os pilares de uma Bio-região.

Em todas as sessões, os agricultores foram considerados atores centrais nestas dinâmicas territoriais, pois são eles que, através de sistemas de produção sustentáveis como a agricultura biológica, garantem aos consumidores produtos de qualidade, promovendo ao mesmo tempo a sustentabilidade dos seus territórios, preservando o solo, a água, a biodiversidade e a paisagem, entre outros.

Também foi evidente em todos os grupos, que a formação e o ensino são fundamentais numa Bio-região, pois só a partir delas é possível assegurar o conhecimento técnico, aliado ao conhecimento tradicional, e a capacitação adequada para produzir mais e melhor.

A restauração e hotéis, escolas e instituições de solidariedade são outros intervenientes considerados importantes, já que podem consumir uma parte da produção alimentar local, através das refeições preparadas com produtos biológicos locais, mas na educação e divulgação destas iniciativas através das gerações mais jovens (os futuros consumidores) e das dinâmicas turísticas.

O papel do poder local (câmaras municipais) é essencial, quer na facilitação dos processos de constituição e manutenção das Bio-regiões, quer do ponto de vista do apoio financeiro, por exemplo nos processos de certificação, formação, entre outros. A maioria dos participantes refere que os municípios devem promover estratégias que não coloquem em causa as características de sustentabilidade dos territórios (por exemplo, que apoiem a agricultura intensiva ou a utilização de glifosato), já que essas opções podem colocar em causa este tipo de dinâmicas territoriais.

5.1.2. Quais os modelos/processos de governança que consideram de maior relevância para a constituição de Bio-Regiões?

Relativamente à segunda questão - Quais os modelos/processos de governança que consideram de maior relevância para a constituição de Bio-Regiões? - as opiniões divergiram, embora a maioria acredite que os agricultores devem estar na base do modelo de governança a ser estabelecido na Bio-região, sempre com o apoio de outros actores, especialmente as entidades públicas como as câmaras municipais, para que haja uma governança pacífica e positiva e se possa criar um ambiente positivo com todos os atores e para o território.

Em relação ao tipo de processo conducente à construção da Bio-região, os participantes concordaram que o modelo a seguir deveria partir da iniciativa dos atores locais (de baixo para cima ou *bottom-up*) e não por determinação do poder local (de cima para baixo ou *top-down*). No entanto, também foi referido por muitos a necessidade de existirem critérios, regras e orientações emanadas pelo poder local e/ou nacional.

Da discussão foi referido que o tipo de modelo de governança deve ser definido em função do território e atores envolvidos, e que deve existir uma estrutura que impulse o desenvolvimento de atividades e projetos que assegurem a implementação e monitorização da estratégia participativa da Bio-região.

Quanto ao reconhecimento das Bio-regiões, nomeadamente se o processo deverá ser formal ou informal, a maioria concordou que é indispensável implementar um processo/modelo que não origine mais burocracia. Neste sentido, deveria ser prevista a possibilidade de um processo de reconhecimento informal, entre pares, seja a nível local, regional, nacional ou internacional.

5.1.3. Dentro do quadro de parâmetros mínimos que permitem reconhecer uma Bio-região, quais os que considera de maior relevância?

Na última questão, relativa aos parâmetros necessários para o reconhecimento de uma Bio-região, o fator a que foi dada maior relevância foi a existência de agricultura biológica no território, em conjunto com um processo de certificação e mecanismos que garantam o escoamento da produção. Para além da agricultura biológica, considerou-se também que as Bio-regiões devem integrar e promover a agricultura familiar, pela importância que estes agricultores têm no desenvolvimento e gestão dos territórios.

Em relação aos três tópicos analisados, foram capturadas diferentes representações e perceções, mas a maioria dos participantes mencionou que os agricultores e a agroecologia devem estar no centro das Bio-regiões, sempre em colaboração direta com um vasto conjunto de intervenientes, que um modelo *bottom-up* favorecerá uma implementação participativa da Bio-região e que diretrizes informais e menos burocráticas são mais facilitadoras da adesão de um maior número de atores e territórios, nomeadamente os grupos mais desfavorecidos, como os agricultores familiares.

O mapa cognitivo da figura 25, resume os resultados dos três grupos.

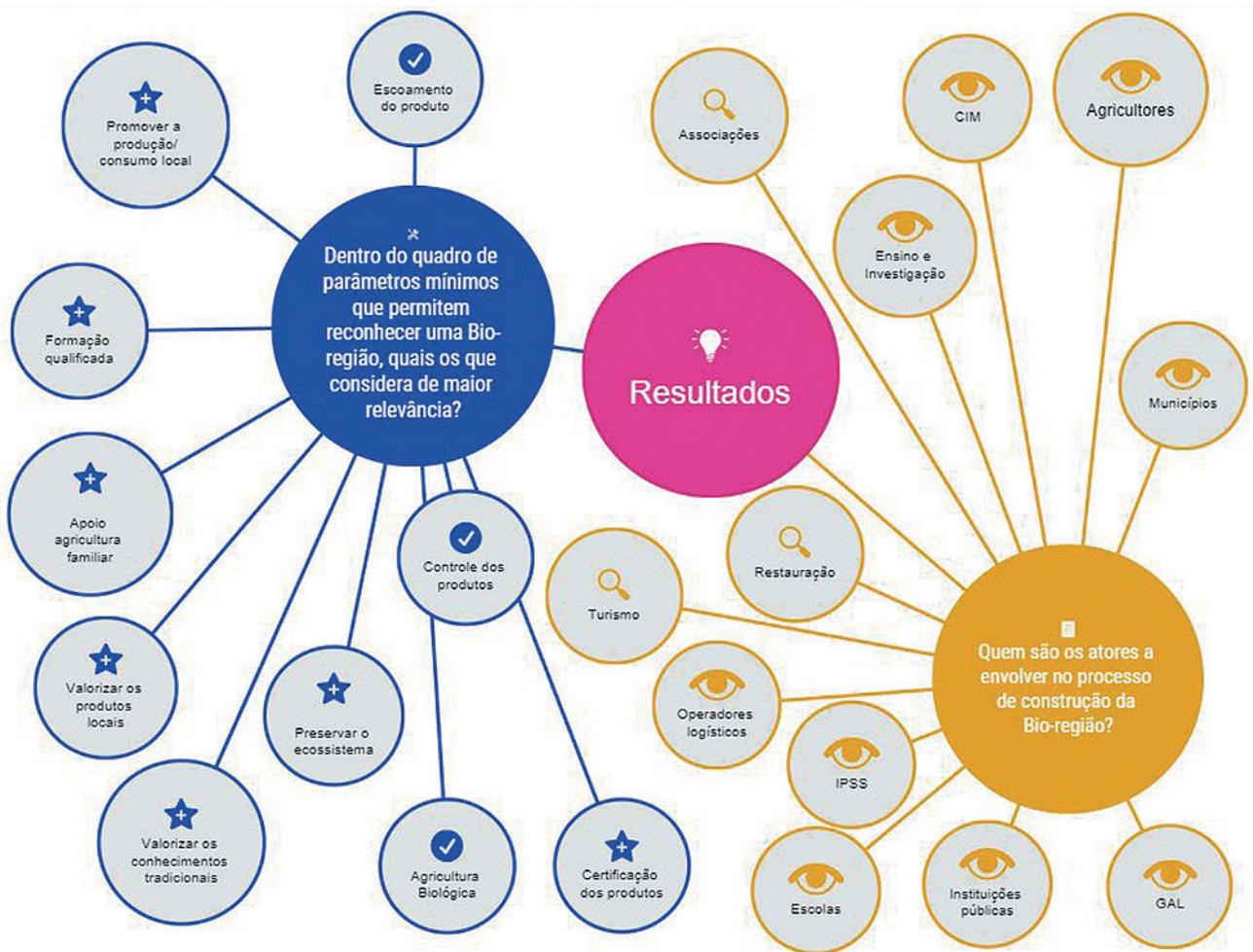


Figura 25 Mapa cognitivo com os resultados dos três grupos focais

6 Implementação de uma Bio-região

6.1

Objetivos

Os objetivos a estabelecer para as Bio-regiões devem abranger os três pilares da sustentabilidade (ambientais, sociais e económicos).

A produção sustentável de alimentos, como pilar estratégico de uma Bio-região, faz parte do pilar 6 do Pacto Ecológico Europeu e apresenta-se como referencial para a aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) em Portugal.

FUTURO DOS ALIMENTOS E DA AGRICULTURA

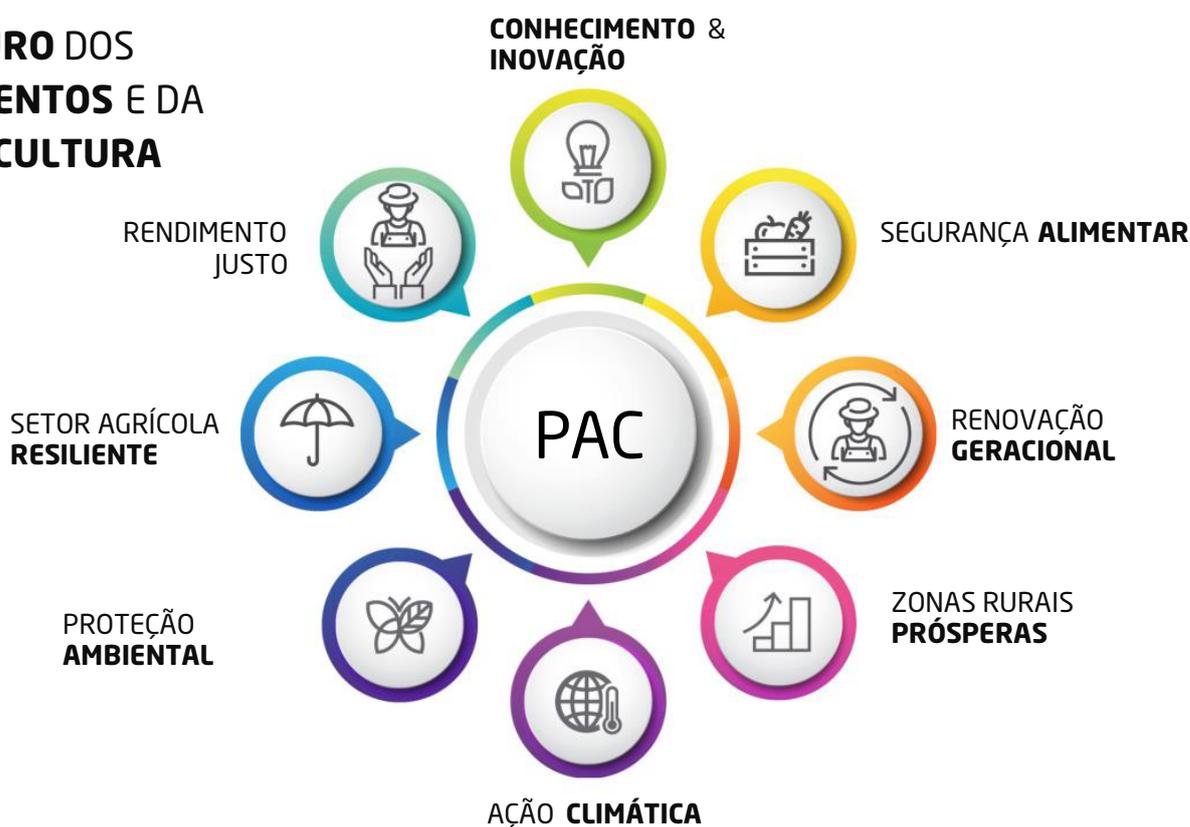


Figura 26 Objetivos da PAC para o futuro dos alimentos e da agricultura

FONTE: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017DC0713&from=EN>

Assim, os objetivos a delinear para uma Bio-região devem atender às expectativas da sociedade quanto a uma produção alimentar sustentável, em especial no respeitante à segurança e qualidade alimentar, à proteção do ambiente e ao combate às alterações climáticas, à dinamização dos territórios e à criação de emprego, à capacitação do capital humano e à criação de condições para a renovação geracional, e à investigação e inovação.

6.2

Etapas de implementação

01 Decisão política

A decisão política de estabelecer uma Bio-região é tomada por grupos de atores locais ou pelo poder local competente, função de dinâmicas e prioridades territoriais normalmente consensualizadas.

Para apoiar esta decisão, é importante a realização de um pré-diagnóstico que identifique os problemas comuns sentidos pelas organizações relevantes no território acompanhado por e confrontado com levantamento das estatísticas e estudos disponíveis.

O pré-diagnóstico deve cumprir dois objetivos. Em primeiro lugar deve promover a discussão participada, nem sempre consensual. Frequentemente, organizações com trajetórias distintas valorizam de forma diferente as causas que estão subjacentes a um determinado problema. A discussão participativa desses problemas e a sua confrontação com os dados existentes tem por objetivo não tanto solucionar pontos de vista diferentes, mas explicitar essas diferenças para que eles sejam resolvidos ao longo do processo.

Em segundo lugar, o pré-diagnóstico estabelece as balizas - ou, mais exatamente, as prioridades políticas - do diagnóstico e da intervenção na Bio-região. Na priorização consensualizada dos problemas devem ser considerados dois critérios: não apenas a relevância que eles têm para os diferentes grupos de atores, mas também a dificuldade em criar consensos acerca das suas causas. Importante notar que a falta de uma visão comum é frequentemente o motor da perpetuação dos problemas.

Importa envolver, desde o início, um vasto conjunto de atores, associados ao território em causa, na construção destas dinâmicas, de modo a identificar (e ir de encontro) às suas necessidades, expectativas e interesses, para que ninguém seja excluído e todos possam contribuir para o desenvolvimento da iniciativa (Tabela 8).

Agricultura	Produtores (agricultores) Operadores logísticos Técnicos (dos serviços oficiais e associações) Trabalhadores rurais Proprietários (não residentes) Empresas de fatores de produção Comércio e distribuição	Associações
Turismo e cultura	Turismo Restauração Hotelaria Cultura	
Sociedade civil	Pais e encarregados de educação Jovens Idosos Consumidores	
Educação/Investigação	Escolas Ensino superior	
Setor social	Instituições de solidariedade social Beneficiários dos apoios sociais Saúde	
Desenvolvimento local	Associações de desenvolvimento local (GAL)	
Poder público local ou regional	Comunidade intermunicipal (cim) Instituições públicas Câmaras municipais	

Tabela 8 Identificação dos intervenientes a envolver na construção do sistema alimentar territorial sustentável, da Bio-região e/ou do SIPAM

02 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo visa uma compreensão dos problemas identificados no acordo político. Por essa razão, torna-se indispensável analisar:

1. As atividades económicas do território, em particular a produção, transformação e comercialização de alimentos.
2. Os recursos endógenos do território.
3. A população e as suas dinâmicas.

4. A atratividade do território para as novas gerações.
5. As políticas públicas e instrumentos com influência no território.

Dada a complexidade e dimensão, torna-se impossível fazer um diagnóstico completo, sendo necessário focar nos elementos que forem considerados prioritários para a implementação da Bio-região.

Para a elaboração deste diagnóstico é imprescindível mobilizar diversos tipos de conhecimento para alcançar uma boa compreensão de todo o sistema. Isto implica não apenas mobilizar conhecimentos científicos de várias disciplinas, mas também envolver entidades públicas e privadas e a sabedoria daqueles que vivem nesses territórios.

ELEMENTOS A CONTEMPLAR NO DIAGNÓSTICO

1. As atividades económicas do território, em particular a produção, transformação e comercialização de alimentos.
2. Os recursos endógenos do território.
3. A população e as suas dinâmicas.
4. A atratividade do território para as novas gerações.
5. As políticas públicas e instrumentos com influência no território.
6. Recomendações

03 Planeamento estratégico: pacto territorial

O diagnóstico deve servir de base à discussão de uma estratégia de desenvolvimento e promoção da Bio-região, resultando esta estratégia num Pacto Territorial de multi-atores.

O desenho de um plano estratégico passa pela definição de objetivos e metas que se pretendem alcançar a curto, longo e médio prazo.

Definir os Planos de Ação e concretizá-los através da criação de projetos com enquadramento financeiro, deve constituir o Pacto Territorial. Por outro lado, o planeamento estratégico deverá contemplar os resultados que se pretendem atingir e a sua monitorização. Assim, devem ser definidos indicadores que permitam avaliar e aferir os objetivos estabelecidos para a Bio-região.

A definição de indicadores torna-se imprescindíveis, na medida que permitem avaliar o sucesso de implementação de uma Bio-região a nível ambiental e socioeconómico.

Na figura 28 apresentam-se indicadores para uma Bio-região que devem ser claros e objetivos, basearem-se em metodologias fáceis de aplicar e com custos financeiros que a Bio-região possa suportar.

A utilização sustentável dos recursos naturais deve ser um parâmetro a avaliar e a monitorizar no âmbito deste Pacto. É o caso dos solos agrícolas, os quais são a chave para garantir a sustentabilidade de uma Bio-região, pois estão na base da produção de alimentos.



Figura 27 Passos do planeamento estratégico

Quando são utilizadas práticas culturais que protegem e conservam o solo, favorece-se o aumento da biodiversidade, melhoria da fertilidade do solo e aumento da disponibilidade de água, permitindo ainda a acumulação e sequestro de carbono.

Por outro lado, a capacitação e o rejuvenescimento, da população está na base da continuidade das diferentes atividades económicas, que fortalecem e potenciam as dinâmicas de cada território.

A produção sustentável de alimentos, base de um Bio-região, deve ser dinamizada, nomeadamente a produção biológica, através da criação de condições para a sua comercialização e consumo. O estabelecimento de prioridades ao nível do abastecimento público de cantinas, pode ser a alavanca para a criação de uma cadeia de distribuição em que sejam privilegiados os produtos de época e locais e a comercialização através de circuitos curtos.

Na figura 28 estão resumidos os parâmetros que devem ser tidos em conta na monitorização das Bio-regiões.

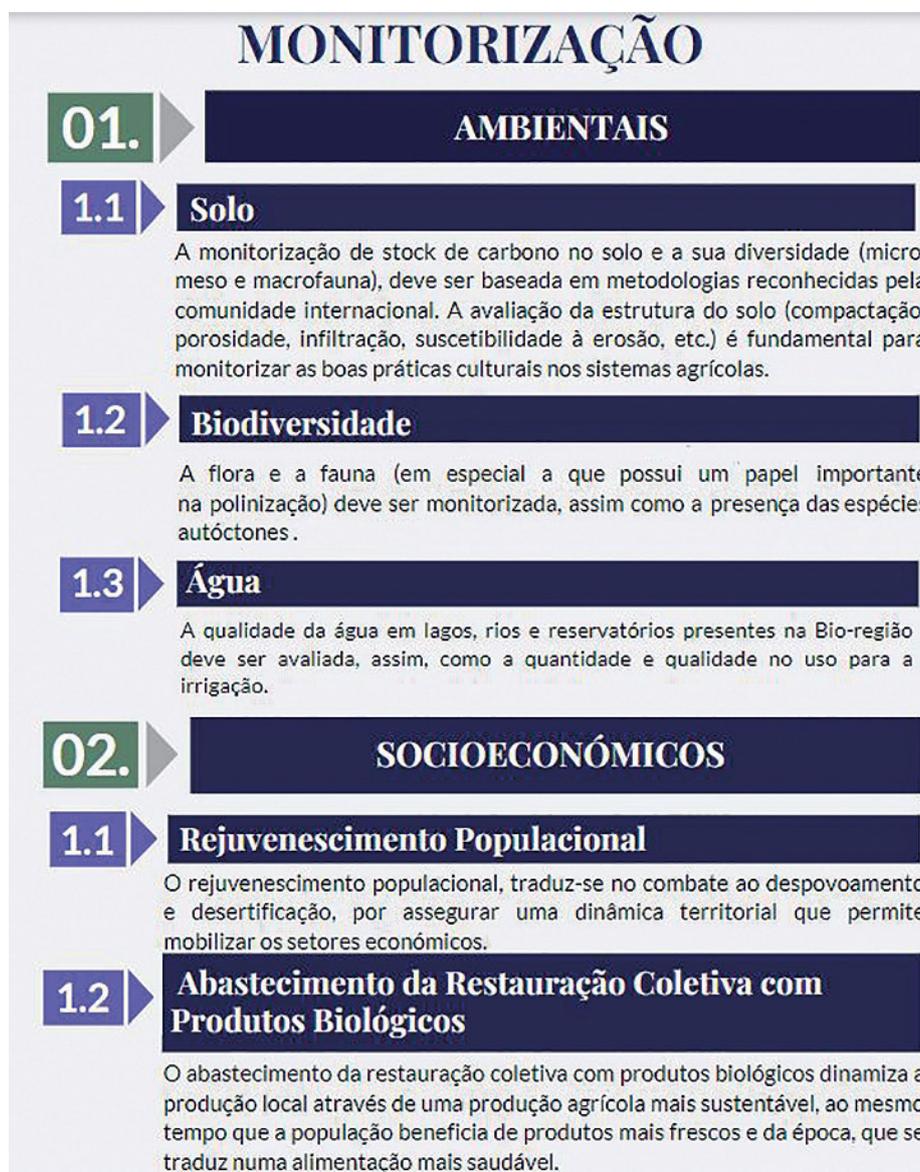


Figura 28 Parâmetros de monitorização das Bio-regiões

Existem disponíveis práticas simples como observação da estrutura do solo, perfil do solo, colheita, contagem e identificação de grupos de organismos do solo e superfície, e mesmo para a qualidade da água, que auxiliam a comunidade e pessoas envolvidas a entender por que o cuidado e proteção do solo possuem relação direta sobre o carbono, biodiversidade e água, e consequentemente sobre a produtividade.

A implementação do plano de monitorização deve estar contemplada na estrutura de Governança da Bio-região, através de protocolos e parcerias com instituições governamentais, universidade, laboratórios reconhecidos etc, e deve prever ações para o processo participativo da comunidade.

A organização da informação é de extrema importância para abastecer um banco de dados, com o qual será possível realizar análises que permitem demonstrar a evolução da Bio-região como um todo, e mapear zonas ou comunidades/agricultores prioritários, para detetar falhas e proceder a melhorias.

04 Política alimentar

Os compromissos formais, com a implementação de Bio-regiões, devem ser vertidos em políticas públicas, construídas em diálogo com atores do território, isto é, como resultado da construção do pacto territorial.

No que se refere a uma Política Alimentar, com vista a assegurar que todos os cidadãos têm acesso a uma alimentação adequada, esta deve abranger:

1. Produção Agrícola - atender a questões como a organização da produção/produtores; a adoção de práticas agrícolas ambientalmente mais sustentáveis; e a formação e assistência técnica dos produtores;
2. Concentração e Transformação - com preocupações ao nível da criação de infraestruturas de concentração da produção e rede de frio, preparação e transformação da produção agrícola local; desenvolvimento de PME agroalimentares e de serviços de apoio ao empreendedorismo;
3. Distribuição e Comercialização - fomentar a criação de circuitos curtos agroalimentares (CCA) e a definição de estratégias de marketing para os produtos locais;
4. Consumo e Desperdício Alimentar - informar e sensibilizar para o consumo de produtos locais; promover atividades de educação alimentar e de combate ao desperdício;
5. Sustentabilidade da Cadeia de Valor - assegurar rendimento aos agricultores locais; manter a ocupação dos terrenos agrícolas; proteger os recursos naturais, em particular a água, a biodiversidade e o solo;
6. Saúde - assegurar o acesso a uma alimentação mais saudável, nomeadamente ao nível da restauração coletiva; contribuir para o consumo de produtos frescos e de época;
7. Programas e medidas de apoio - identificar os diferentes programas e os apoios, europeus, nacionais ou regionais, que podem contribuir para a implementação da Política Alimentar; definir apoios ao nível local; criar programas e normativos que garantam a segurança alimentar no âmbito de entidades públicas e coletivas da região; prever as capacidades institucionais, tecnológicas e organizacionais necessárias; vincular medidas de conservação dos recursos naturais, culturais e patrimoniais relevantes.

05 Estrutura de governança

Enquanto estratégia de desenvolvimento territorial, a governança das Bio-regiões assenta na participação e negociação de múltiplos atores.

O desenvolvimento territorial resulta de uma coordenação dos atores locais, em que o sucesso depende da capacidade coletiva de aprender, construir e empreender um projeto e estruturar um modelo de governança que facilite a coordenação entre atores (indivíduos e organizações). Esta forma de organização - *bottom-up* - confere ao sistema vantagens competitivas, já que o desenvolvimento territorial resulta de dinâmicas e processos próprios que levam o coletivo a organizar-se e a reinventar-se. Tratando-se de um processo que requer planeamento e gestão de dinâmicas territoriais numa ótica inovadora, partilhada e colaborativa, é fundamental que os vários atores se relacionem com o objetivo de encontrar uma forma eficiente de gestão, tomada de decisões e partilha de poder. Por outro lado, a participação dos atores nos processos e procedimentos de negociação e decisão, requer transparência de informação e clareza dos compromissos assumidos.

O modelo de governança deve ser pensado em função da dinâmica do processo de construção da Bio-região. A abordagem LEADER é um exemplo de implementação de políticas comunitária e nacionais de desenvolvimento rural, que assenta na elaboração e execução de estratégias locais de desenvolvimento para os territórios rurais, e cujo modelo de governação assenta em parcerias públicas e privadas, que pode, aqui servir de modelo.

A governança territorial de uma Bio-região deve integrar membros representativos dos vários setores / atividades e com competências para garantir:

1. A coordenação da Bio-região e assegurar a articulação entre políticas;
2. A articulação com todos os atores do território e transparência nas discussões e decisões;
3. A implementação do Plano Estratégico, assegurando o financiamento das atividades. Esta implementação pode ser trabalhada por áreas temáticas, como exemplo agricultura, ambiente, turismo, saúde e outras, para uma melhor execução do Plano de ação;
4. A avaliação e a monitorização dos indicadores.

Na figura 29 estão representados os elementos que devem ser considerados na construção de um modelo de Governança e a sua interação.

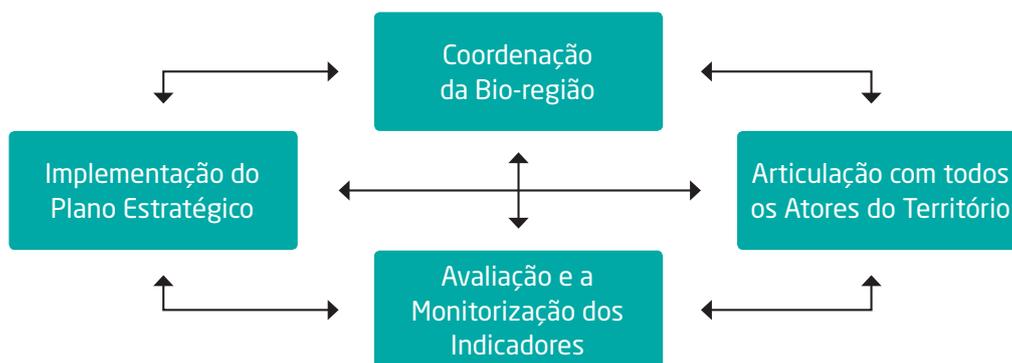


Figura 29 Estrutura do modelo de governança

O pacto territorial assumido para **a criação e implementação da Bio-região deve ter subjacente uma política alimentar**, na figura 30 estão representadas as principais etapas da sua construção.

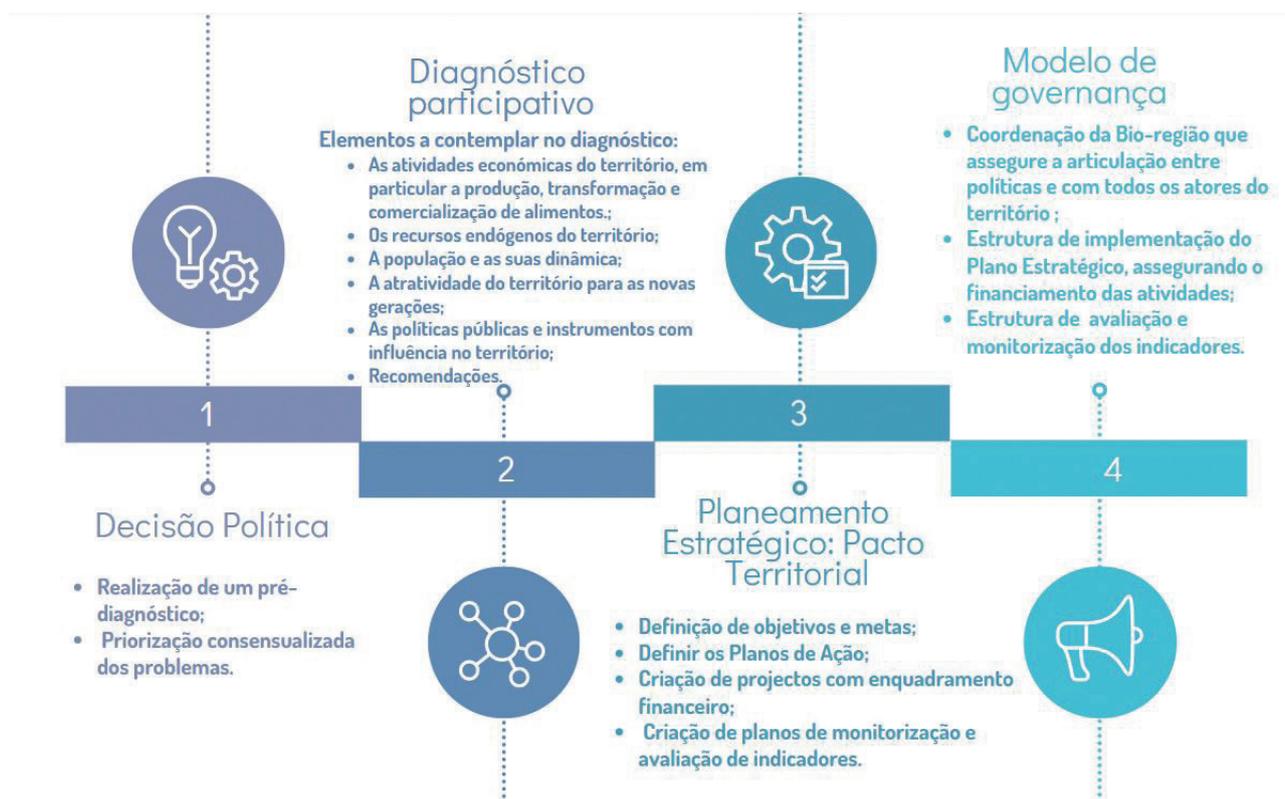


Figura 30 Etapas de implementação de uma Bio-região

7

Processo de Integração e reconhecimento das Bio-regiões a nível internacional

Atualmente o processo de certificação das Bio-regiões ocorre a nível internacional, no âmbito do reconhecimento pelo I.N.N.E.R. (Rede Internacional de Bio-regiões), de acordo com um conjunto de diretrizes, que decorrem da experiência de Cilento, e que assentam no reconhecimento de uma nova Bio-região ou de uma Bio-região já existente. Os passos considerados neste processo incluem o pedido de adesão por uma entidade regional (câmara municipal, associação local de agricultores, consumidores ou outra), verificação da viabilidade da região através de visita de peritos, organização de fóruns de discussão e preparação do plano estratégico da Bio-região, após o que, cumpridos todos os requisitos, ocorre a decisão por parte do I.N.N.E.R e o reconhecimento internacional da Bio-Região. Segue-se a fase de avaliação e implementação de medidas de correção, que irão permitir a emissão do certificado de reconhecimento da Bio-Região. A partir daqui, o I.N.N.E.R e os seus diferentes órgãos e parceiros disponibilizam-se para dar o apoio necessário em termos de gestão, formação, divulgação (<https://biodistretto.net/>).

As etapas preconizadas pelo I.N.N.E.R, a nível internacional, para a construção da Bio-região encontram-se alinhadas com as etapas agora propostas:

1. e 2. Decisão política e diagnóstico territorial:

- Criação de uma comissão/grupo de atores que dinamizem fóruns de discussão de objetivos, definam a visão do grupo e estabeleçam o conjunto de linhas de ação e projetos a desenvolver; realizam o diagnóstico territorial e elaboram um documento programático;

3. Pacto territorial:

- Após a manifestação de interesse na criação de uma Bio-região, identificação e envolvimento progressivo dos atores territoriais dispostos a apoiar o processo (autoridades públicas, associações de produtores, etc.) e definição do território abranger;
- Estabelecimento programa de atividades, por uma comissão/grupo de atores, a serem realizadas a partir dos recursos existentes (públicos e privados), suportadas por uma estratégia de comunicação que permita encontrar outros recursos e estabelecer parcerias com atores locais e externos;

4. Estrutura de governança

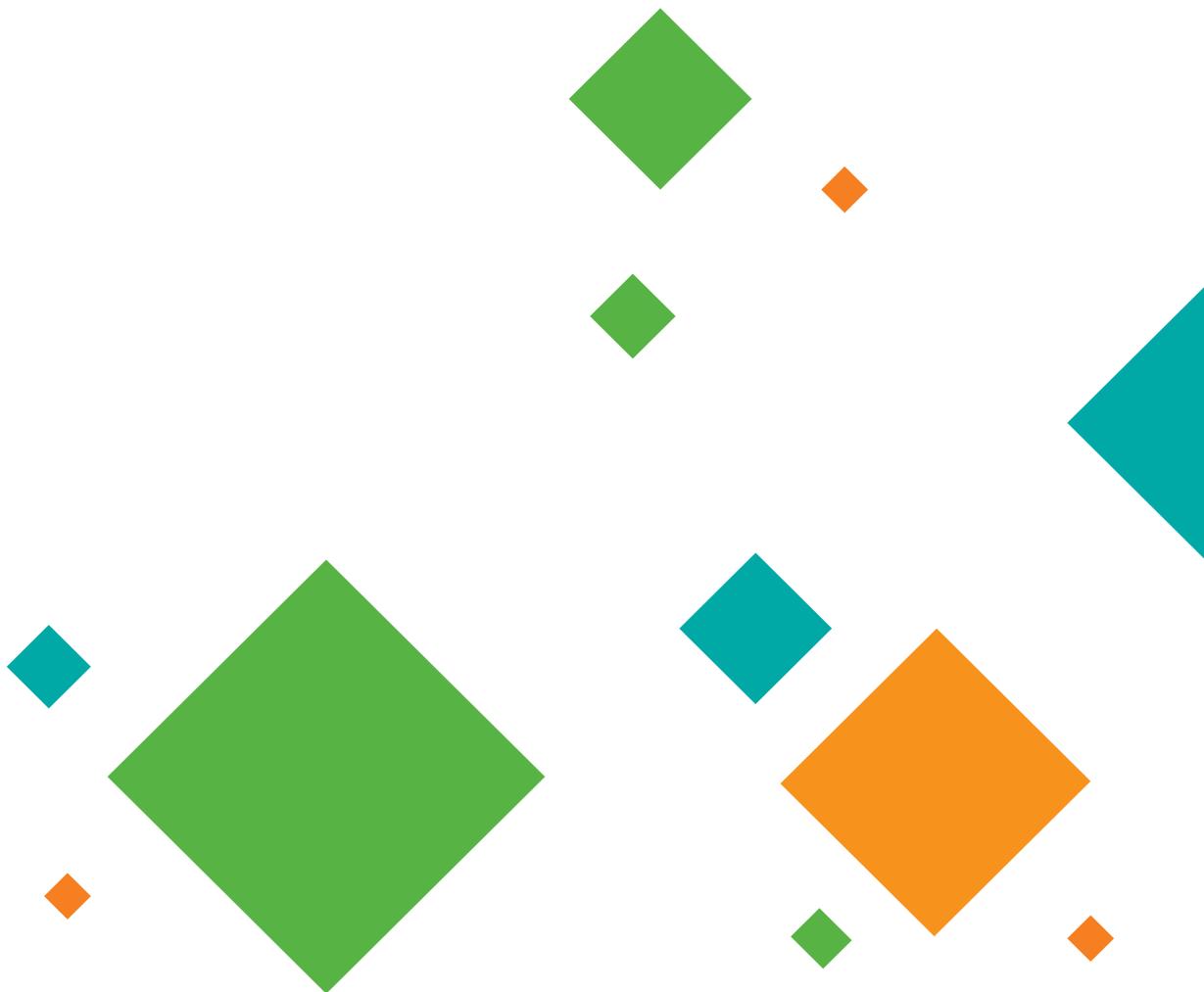
- Participação das autoridades públicas e realização de atividades de coordenação através de canais oficiais; todos os níveis do governo local devem ser envolvidos;
- Identificação de associações e cooperativas locais para prestar serviços de gestão das atividades (marketing, promoção, logística, gestão de eventos, etc.);

Referências bibliográficas

- 01 Arnés García M, Santivañez T (2021) Hand in hand with nature - Nature-based Solutions for transformative agriculture: A revision of Nature-based Solutions for the Europe and Central Asia region, supported by Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS) examples. FAO, Budapest, Hungary
- 02 Assael K (2014) The new Eco-district of Alicante in Spain for agroecological mediterranean strategies. Italy
- 03 Assiri M, Barone V, Silvestri F, Tassinari M (2021) Planning sustainable development of local productive systems: A methodological approach for the analytical identification of Ecoregions. *Journal of Cleaner Production* 287:125006. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.125006>
- 04 Basile S (2017) 52 Profiles on Agroecology: La experiencia de los bio-distritos en Italia
- 05 Basile S (2018) Bio-Região: Novo modelo de desenvolvimento rural. Idanha-a-Nova, 59pp
- 06 Basile S (2014) Bio-distretti: istruzioni per l'uso. *Bio Agricoltura* 4-8
- 07 Brasili C, Fanfani R (2006) Agri-food Districts: Theory and Evidence. In: *The New European Rurality*. Routledge
- 08 Bui S, Lamine C (2015) Full case study report: Biovallée - France. INRA
- 09 Carmo F (Coord) (2020) Território Portugal. Onde o País encontra o Futuro. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Primeira Revisão Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro. *Diário da República* n.º 170/2019. Direção-Geral do Território, Lisboa
- 10 Cesaro S (2018) La experiencia de los bio-distritos: el ejemplo del Bio-Distretto Cilento y las oportunidades para los territorios de la Comunidad Valenciana. Trabajo Fin de Máster en Desarrollo Local e Innovación Territorial, Universidad de Alicante
- 11 Comissão Europeia (2006) A abordagem LEADER. Um guia básico. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo

- 12 Comissão Europeia, 2019. PActo Ecológico Europeu. COM/2019/640 final
- 13 Comissão Europeia, 2020. Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente. COM/2020/381 final
- 14 Cristóvão A (2020) Introdução ao tema. In: Sistemas alimentares locais. Território, Igualdade, Ecologia e Democracia. Associação Animar, Lisboa, pp 7-8
- 15 Cuoco E, Basile S (2014) BIO-DISTRICTS to boost organic production. Italy
- 16 Dias RC, Seixas CP (2018) Modelos Regionais de Governança da Sustentabilidade: Uma Análise às Primeiras Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial em Portugal. Revista portuguesa de estudos regionais 5-16
- 17 Diaz AH, Dias J (2020) Diagnóstico Territorial Rápido Sistemas Alimentares - Idanha-a-Nova. ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, Idanha-a-Nova
- 18 Domenech T, Bahn-Walkowiak B (2019) Transition Towards a Resource Efficient Circular Economy in Europe: Policy Lessons From the EU and the Member States. Ecological Economics 155:7-19. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2017.11.001>
- 19 European Commission (2021) European Agricultural Fund for Rural Development. Open Data Portal for the European Structural Investment Funds
- 20 FAO (2022a) Territorial approaches and community development to drive local change and prevent all forms of malnutrition. FAO, European Commission of Agriculture, Budapest
- 21 FAO (2022b) GIAHS - Globally Important Agricultural Heritage Systems. Selection Criteria and Action Plan
- 22 Ferreira M de F, Salavisa I, Bizarro S, Soares M (2020) O sistema alimentar em Portugal. Cidades Comunidades e Territórios
- 23 Freitas AE, Alves AT. 2019. Serpa está a criar a "Bio-Região da Margem Esquerda do Guadiana". Voz da Planície. 28.06.2019.
- 24 Galli A, Moreno Pires S, Iha K, et al (2020) Sustainable food transition in Portugal: Assessing the Footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies. Science of The Total Environment 749:141307. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.141307>
- 25 Garcia G (2018) O que são bio-regiões? Tribuna das Ilhas
- 26 Hjalager A-M (2000) Tourism Destinations and the Concept of Industrial Districts. Tourism and Hospitality Research 2:199-213. <https://doi.org/10.1177/146735840000200302>
- 27 Hurtado A (2014) Anotaciones para una aproximación al territorio y sus territorialidades, Notas de discusión académica
- 28 INE (2016) Estatísticas Agrícolas 2015, Instituto Nacional de Estatística. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- 29 INE (2020) Estatísticas Agrícolas 2019, Instituto Nacional de Estatística. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- 30 INE (2021) Plataforma de divulgação dos Censos 2021 - Resultados Preliminares
- 31 Lowe P, Murdoch J, Ward N (1995) Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: Beyond modernization. The Impact of Endogenous Rural Development. Van Gorcum & Comp. B, Netherlands, pp 87-105
- 32 Miglietta, M (2021) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030 devem orientar recuperação europeia .Press Release. Disponível em: <https://cor.europa.eu/pt/news/Pages/un-sustainable>
- 33 Monteiro AA (2019) Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança : A propósito do Programa Nacional para a Coesão Territorial. Sociologia ON LINE 19:127-151. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.6>
- 34 Ministério da Agricultura. 2020. Terra Futura. Agenda para a inovação da agricultura 20 | 30. GPP, Lisboa, 23 pp.
- 35 MIPAAF (2017) Distretti Biologici e Sviluppo Locale-II contributo dell'agricoltura biologica per lo sviluppo sostenibile delle aree rurali
- 36 Nicolletti D (2014) Un nuovo modello per le aree interne. Bio Agricultura 145-146:12-13
- 37 OECD (2021) Regional Development Policy, Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris
- 38 OECD (2018) Rethinking Regional Development Policy-making. OECD Publishing, Paris

- 39 OEP (2019) What are local and sustainable food systems (LSFSs). Comparative analysis. Osservatorio Europeo del Paesaggio, Italy
- 40 Oliveira C (2020) IN.N.E.R. International Network of Eco Regions - Portugal
- 41 Pinheiro CA (2021) A sustentabilidade no território difuso. Cidades Comunidades e Territórios, Sp21, OpenEdition Journals
- 42 PORDATA. <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente++m%C3%A9dia+anual-359>. Accessed 9 Nov 2021; <https://www.pordata.pt/Municipios/Saldos+populacionais+anuais+total++natural+e+migrat%C3%B3rio-376> Accessed 10 Mar 2021.
- 43 Pugliese P, Antonelli A (2015) Full case study report: Bio-Distretto Cliente -Italy. CIHEAM, Bari and AIAB
- 44 Reis C, Lourenço F, Freitas S (2019) Plano de Ação Estratégico para a Biorregião de Idanha-a-Nova. Município de Idanha-a-Nova, Idanha-a-Nova
- 45 Rosa A, Bittencourt B (2020) Governança da inovação e os desafios do isolamento: o apoio revelador da Análise de Redes Sociais.
- 46 Sacco D, Moretti B, Monaco S, Grignani C (2015) Six-year transition from conventional to organic farming: effects on crop production and soil quality. *European Journal of Agronomy* 69:10-20. <https://doi.org/10.1016/j.eja.2015.05.002>
- 47 SAPEA, Science Advice for Policy by European Academies. (2020). A sustainable food system for the European Union. Berlin: SAPEA.
- 48 UMVI (2016) Programa Nacional para a Coesão Territorial. Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Lisboa
- 49 UNCDF (2021) Territorial Food Systems for Sustainable Development: UN Capital Development Fund, New York
- 50 Young E, Quinn L (2012) Making research evidence matter. A Guide to Policy Advocacy in Transition Countries. Open Society Foundations, Budapest, Hungary



Financiamento:

